

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

SERGIO DUARTE JUNIOR

**ELABORAÇÃO DE ITENS PARA UMA TAREFA DE AVALIAÇÃO DA
COMPREENSÃO DE IRONIA VERBAL: INDICADORES DE VALIDADE DE
CONTEÚDO**

**PORTO ALEGRE
2019**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: ESTUDOS DA LINGUAGEM
LINHA DE PESQUISA: PSICOLINGUÍSTICA

SERGIO DUARTE JUNIOR

**ELABORAÇÃO DE ITENS PARA UMA TAREFA DE AVALIAÇÃO DA
COMPREENSÃO DE IRONIA VERBAL: INDICADORES DE VALIDADE DE
CONTEÚDO**

Dissertação de Mestrado em Estudos da Linguagem – Psicolinguística apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ORIENTADORA: PROFA. DRA. MAITY SIQUEIRA

PORTO ALEGRE
2019

CIP - Catalogação na Publicação

Duarte Junior, Sergio

Elaboração de uma tarefa de avaliação da compreensão de ironia verbal: indicadores de validade de conteúdo / Sergio Duarte Junior. -- 2019.

140 f.

Orientador: Maity Siqueira.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Ironia verbal. 2. Teoria da Pretensa Alusão do Discurso Irônico. 3. Teoria da Mente. 4. Psicolinguística. 5. Psicometria. I. Siqueira, Maity, orient. II. Título.

SERGIO DUARTE JUNIOR

**ELABORAÇÃO DE UMA TAREFA DE AVALIAÇÃO DA COMPREENSÃO DE
IRONIA VERBAL: INDICADORES DE VALIDADE DE CONTEÚDO**

Dissertação de Mestrado em Estudos da
Linguagem – Psicolinguística apresentada
como requisito parcial para a obtenção do
título de Mestre pelo Programa de Pós-
Graduação em Letras da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovado em _____ de _____ de 2019.

Profa. Dra. Maity Siqueira – Orientadora (UFRGS)

Prof. Dr. Marcos Goldnadel (UFRGS)

Profa. Dra. Joice Dickel Segabinazi (PUCRS)

Profa. Dra. Débora de Hollanda Souza (UFSCar)

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Solange, ao reafirmar naturalmente o amor incondicional indo além da minha ausência física, da distância e da minha falta de tempo. Pela coragem, amorosidade e pela disponibilidade que sempre me serviram de exemplo;

Ao meu pai, Sérgio, pelo apoio desde o primeiro dia que saí de casa e pela torcida que o trabalho acontecesse da melhor maneira possível;

À minha irmã, Deize, pelo incentivo, amor e coragem que sempre me ofereceu. E por normalizar minha ausência durante o desenvolvimento da Alice, que me fez tio e dindo;

À minha orientadora, Maity, que me acolheu. Durante essa aventura foi abrindo o caminho por uma estrada que me era desconhecida. Quando precisei parar ela parou e quando precisei voltar nós voltamos. Com muita paciência, disponibilidade e um legítimo interesse na minha formação. Pela confiança e autonomia que me confiou. Por compreender minhas limitações teóricas e de tempo hábil nesse desafio de conciliar a vida acadêmica com a clínica. Certamente é uma das minhas maiores referências profissionais e meu exemplo daquilo que significa ser mestre;

Ao Rafa, pela paciência e por gerenciar quando eu achava que não seria capaz de gerenciar coisa alguma;

Às minhas colegas de orientação Laura Baiocco e Caroline Girardi por dividirem muitas manhãs nas tantas horas de pensamento em conjunto e olhar crítico. À Letícia Presotto e Daniela Marques que trouxeram o interesse e o apoio nas certas conversas pontuais;

Ao grupo de pesquisa METAFOLIA pela disponibilidade nas etapas teóricas e práticas e nas (muitas) reuniões que foram necessárias;

À Bitácora – Centro de Neuropsicologia que me apoiou e me incentivou antes e durante este trabalho;

Aos meus grandes e queridos amigos e colegas: Giovanna Piccoli, Juliana Miranda, Luis Filipe Schimidt, Suelen Oliveira, Renata Giuliani Endres e Magda Bauer por se envolverem de muitas formas neste trabalho;

Aos participantes deste trabalho que gentilmente cederam seu tempo, aos pais que confiaram, às crianças que se permitiram e aos adultos que se interessaram;

Aos trabalhadores brasileiros que financiam as instituições públicas na esperança de um futuro próspero;

Ao Universo;

agradeço imensamente.

Existe uma teoria que diz que, se um dia alguém descobrir exatamente para que serve o Universo e por que ele está aqui, ele desaparecerá instantaneamente e será substituído por algo ainda mais estranho e inexplicável.

Existe uma segunda teoria que diz que isso já aconteceu.

ADAMS, Douglas. *O restaurante no fim do universo*.
SP: Editora Arqueiro, 2004.

RESUMO

A ironia verbal é um fenômeno multidimensional e requer um conjunto de diferentes concepções teóricas para explicitar o processo que leva a sua compreensão. Diante da escassez de instrumentos psicométricos que mensuram a compreensão da ironia no contexto brasileiro, este trabalho tem como objetivo sugerir evidências de validade baseadas na análise de conteúdo a partir do desenvolvimento de uma tarefa de compreensão de ironia verbal. A Tarefa de Compreensão de Ironia Verbal (TCIV) foi desenvolvida no contexto de validação de um instrumento mais abrangente, o Teste de Compreensão de Linguagem Figurada, COMFIGURA. O processo de elaboração da tarefa, descrito neste trabalho, foi conduzido através de três estudos-piloto. O primeiro estudo piloto foi composto por um grupo de 40 crianças com idades entre os seis e 11 anos ($M=8,2$; $DP=1,44$) e um grupo de 52 adultos, com idades entre 18 e 49 anos ($M=23,9$; $DP=6,73$). Foram desenvolvidos 15 itens de estímulo para a tarefa, um de exemplo e 14 de teste, com diferentes tipos de ironia (afirmação contrafactual, afirmação verdadeira, pergunta, oferta e solicitação exageradamente polida), e um questionário com duas perguntas para cada item. A tarefa foi composta a partir do referencial teórico encontrado em: Modelo Pragmático de Grice, Teoria dos Atos de Fala, Menção ecoica, Recordação ecoica, Teoria Pretensa e a Teoria da Pretensa Alusão do Discurso Irônico (TPA). O segundo estudo piloto foi composto por um grupo de seis crianças com idades variando entre os seis e sete anos ($M=6,28$; $DP=0,45$). A tarefa foi composta por nove itens, de natureza contrafactual, ajustados a partir do estudo piloto anterior. Nesta segunda versão o referencial teórico restringiu-se apenas à TPA e uma das duas perguntas do questionário foi reformulada. O terceiro estudo piloto, de maior expressividade para esta dissertação, foi composto por um grupo de 26 adultos com idades entre 18 e 42 anos ($M=23,2$; $DP=5,42$). O referencial teórico e a lista de itens de estímulos mantiveram a configuração da versão do estudo piloto anterior. O questionário foi ampliado para sete perguntas a partir das dimensões de alusão à violação de uma expectativa e da insinceridade pragmática oriundas da TPA e da habilidade de teoria da mente (ToM). Os indicadores de análise semântica dos itens foram investigados através do procedimento de análise de juízes e a análise empírica foi realizada através da sistematização das respostas dos participantes. Os resultados deste terceiro estudo piloto sugerem que a TCIV possui evidências de validade de conteúdo adequadas para aferir a compreensão de ironia verbal e que uma dimensão adicional, a ToM, não prevista pela TPA, intervém no processamento da ironia verbal. É necessário dar continuidade ao processo de validação do instrumento através do aprimoramento do sistema de pontuação das respostas e da exploração de outros indicadores de validade e de fidedignidade da tarefa.

Palavras-chave: Ironia verbal; Compreensão de ironia verbal; Teoria da Pretensa Alusão do Discurso Irônico; Psicometria; Psicolinguística.

ABSTRACT

Verbal irony is a multidimensional phenomenon and requires a set of different theoretical approaches to explain the process that leads to its comprehension. Considering the lack of psychometric instruments that measure irony comprehension in the Brazilian context, this study aims at suggesting validity evidence based on content analysis via the development of an irony comprehension task. The Verbal Irony Comprehension Task (VICT) was developed within the context of elaboration and validation of a more comprehensive instrument, the Figurative Language Comprehension Test (dubbed COMFIGURA). The elaboration of the task, described in this thesis, was conducted throughout three pilot studies. The first pilot comprised a group of 40 children aging from 6 to 11 years old ($M=8,2$; $SD=1,44$) and a group of 52 adults aging 18 to 49 ($M=23,9$; $DP=6,73$). Fifteen items were created as stimuli, one as a practice item and fourteen as test items, with different types of irony (counterfactual statements, true statements, question, offer and overpolite request), as well as a questionnaire with two questions for each item. The task was composed based on the theoretical framework found on Grice's Pragmatic Model, Speech Act Theory, Echoic Mention, Echoic Reminder, Pretense Theory of Irony and on the Allusional Pretense Theory of Discourse Irony (APT). The second pilot study was composed by a group of six children aged six and seven ($M=6,28$; $SD=0,45$). The task was then made of nine items, counterfactual statements, adjusted from the previous pilot. On this second version, the theoretical framework was narrowed to APT and one of the questions was reformulated. Finally, the third pilot, which was more expressive, included a group of 26 adults with ages ranging from 18 to 42 ($M=23,2$, $SD=5,42$). Theoretical framework and sentences-stimuli were the same as the previous study. The questionnaire was expanded, now with seven questions including the dimensions of allusion to a failed expectation and pragmatic insincerity from APT and Theory of Mind (ToM). Semantic analysis indicators were investigated through a multiple judge analysis and the empirical analysis was carried out through systematization of participants' answers. Results from this third pilot study suggest that the task presents appropriate content validity evidence to assess verbal irony comprehension, and that an additional dimension, ToM, not predicted by APT, acts on verbal irony processing. It is necessary to continue the process of validation of the instrument through an improvement on the scoring system and through the exploration of other task validity and reliability indicators.

Keywords: Verbal irony; Verbal irony comprehension; Allusional Pretense Theory of Discourse Irony; Psychometrics; Psycholinguistics.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Exemplo da ocorrência de ironia situacional	15
FIGURA 2: Exemplo da ocorrência de ironia literária	16
FIGURA 3: Imagem para aplicação da tarefa não verbal	47
FIGURA 4: Lâmina digital de apresentação do item exemplo, forma não-verbal.....	61
FIGURA 5: Modelo compreensivo da ironia verbal	76

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Exemplo de item da tarefa verbal de compreensão de metáforas primárias	46
QUADRO 2: Exemplo de item da tarefa não verbal de compreensão de metáforas primárias ..	46
QUADRO 3: Exemplo de item da tarefa de compreensão de expressões idiomáticas	47
QUADRO 4: Exemplo de item da tarefa de compreensão de provérbios	48
QUADRO 5: Exemplo de item da tarefa de compreensão de metonímia	48
QUADRO 6: Item de exemplo, forma verbal.....	59
QUADRO 7: Item de exemplo, forma verbal.....	69
QUADRO 8: Exemplo de item da tarefa elaborada por Creusere (2000)	73
QUADRO 9: Exemplo de item da TCIV - versão 3.....	77
QUADRO 10: Balanceamento da estrutura argumentativa dos contextos.....	78
QUADRO 11: Apresentação dos enunciados irônicos.....	79
QUADRO 12: Balanceamento da estrutura da pergunta geral.....	80
QUADRO 13: Balanceamento da estrutura das perguntas que referem alusão a)	80
QUADRO 14: Balanceamento da estrutura das perguntas que referem alusão a').....	81
QUADRO 15: Balanceamento da estrutura as perguntas que referem insinceridade a)	82
QUADRO 16: Balanceamento da estrutura das perguntas que referem insinceridade a').....	83
QUADRO 17: Balanceamento da estrutura das perguntas que referem Teoria da Mente de primeira ordem	83
QUADRO 18: Balanceamento da estrutura das perguntas que referem Teoria da Mente de segunda ordem.....	84
QUADRO 19: Apresentação dos resultados do procedimento de análise de juízes	87
QUADRO 20: Exemplo do sistema de correção da pergunta geral	90
QUADRO 21: Exemplo do sistema de correção da pergunta de alusão	93
QUADRO 22: Exemplo do sistema de correção da pergunta de Teoria da Mente	95
QUADRO 23: Teoria da Mente de primeira e segunda ordem	96

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

TCIV – Tarefa de Compreensão de Ironia Verbal

COMFIGURA – Teste de Compreensão de Linguagem Figurada

TPA – Teoria da Pretensa Alusão do Discurso Irônico

ToM – Teoria da Mente

ToM1 – Teoria da Mente de primeira ordem

ToM2 – Teoria da Mente de segunda ordem

CS – Cognição Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Uma breve caracterização da ironia verbal	19
<i>1.1.1 A importância do contexto no processamento da ironia.....</i>	<i>23</i>
<i>1.1.2 Funções sociais da ironia verbal</i>	<i>25</i>
<i>1.1.3 Indicadores do processamento cortical da ironia.....</i>	<i>26</i>
2 MULTICOMPOSICIONALIDADE DO FENÔMENO DA IRONIA VERBAL	28
2.1 Variável sociocognitiva	31
<i>2.1.1 Modelo conceitual de cognição social</i>	<i>34</i>
<i>2.1.2 Teoria da Mente</i>	<i>35</i>
2.2 Variável sociocomunicativa	37
3 O DESENVOLVIMENTO DE INSTRUMENTOS PSICOMÉTRICOS	40
3.1 Validade de construto	41
3.2 Validade de conteúdo	42
3.3 Elaboração de itens para testes quantitativos.....	43
<i>3.3.1 Análise teórica dos itens</i>	<i>43</i>
<i>3.3.2 Análise empírica dos itens.....</i>	<i>44</i>
4 TESTE DE COMPREENSÃO DE LINGUAGEM FIGURADA - CONFIGURA	45
4.1 Tarefa de Compreensão de Metáforas Primárias	45
4.2 Tarefa de Compreensão de Expressões Idiomáticas	47
4.3 Tarefa de Compreensão de Provérbios	47
4.4 Tarefa de Compreensão de Metonímias.....	48
4.5 Tarefa de Compreensão de Ironia Verbal	48
5 ESTUDO PILOTO 1	50
5.1 Marco teórico da Tarefa de Compreensão de Ironia Verbal	50
<i>5.1.1 A visão tradicional da ironia</i>	<i>50</i>
<i>5.1.2 O princípio colaborativo de Paul Grice</i>	<i>51</i>
<i>5.1.3 Teoria dos atos de fala</i>	<i>53</i>
<i>5.1.4 Teorias ecoicas da ironia</i>	<i>54</i>
<i>5.1.5 Teoria pretensa da ironia.....</i>	<i>56</i>
<i>5.1.6 Teoria da pretensa alusão</i>	<i>57</i>

5.1.7 A ironia como uma violação do grau de saliência/negação indireta	58
5.2 Itens e perguntas.....	59
5.3 Participantes	61
5.4 Aplicação do instrumento	62
5.5 Resultados e discussão	63
6 ESTUDO PILOTO 2.....	65
6.1 Marco teórico da Tarefa de Compreensão de Ironia Verbal.....	65
6.2 Itens e perguntas.....	68
6.3 Participantes	69
6.4 Aplicação do instrumento	69
6.5 Resultados e discussão	70
7 ESTUDO PILOTO 3.....	72
7.1 O sistema de perguntas referenciado	72
7.2 Marco teórico da Tarefa de Compreensão de Ironia Verbal.....	75
7.3 Definição operacional dos construtos	75
7.4 Itens e perguntas.....	77
7.5 Procedimento de análise de juízes.....	85
7.5.1 Resultados do procedimento de análise de juízes	87
7.6 Participantes	88
7.7 Aplicação do instrumento	89
7.8 Resultados e discussão	89
7.9 Proposta de sistema de pontuação das respostas da TCIV	99
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS	106
APÊNDICES.....	117
APÊNDICE A	117
APÊNDICE B	129

1 INTRODUÇÃO

Ao se discutir o fenômeno da ironia verbal, a primeira questão que se impõe é, evidentemente, caracterizar os limites operacionais deste construto. Partindo disso, se considera improvável uma definição única e consensual que consiga abarcar todas as diferentes facetas desse dispositivo frequentemente utilizado na linguagem não literal. Há uma multiplicidade de concepções teóricas que buscam sistematizar as diferentes formas de ocorrência da ironia derivando diferentes tipos do fenômeno. Para exemplificar a variação de nomenclaturas, temos a encontrada em Kreuz e Roberts (1993) que distinguem as diferenças entre quatro tipos de ironia (socrática, dramática, fato e verbal). Já Gibbs, O'Brien e Doolittle (1995) inovam ao propor um tipo não-intencional de ironia. Este trabalho considera a ironia a partir de duas formas de ocorrência: a ironia que ocorre no discurso e a ironia situacional.

A ironia que ocorre no discurso pode ser do tipo verbal ou do tipo literário. Já a ironia situacional possui uma estrutura diversa da que ocorre no discurso, uma vez que é determinada por processos extralinguísticos. Para exemplificar a amplitude das nomenclaturas, tomemos o caso da ironia situacional, especificamente, que apresenta uma taxonomia com sete diferentes tipos de ironia a partir de suas características tipificadoras e que juntas produzem 28 subtipos de ironia (LUCARIELLO, 1994). Diferentes autores sustentam, então, a conceitualização de diversos tipos de ironia, mas o que se observa em comum é a presença de uma estrutura relacional entre o observador/espectador/leitor/ouvinte, o contexto e/ou os personagens. Não é objetivo deste trabalho apresentar os detalhes de cada um dos modelos teóricos que embasam os diferentes tipos de ironia, porém é relevante apresentar a diferença entre três importantes e abrangentes formas de ocorrência deste fenômeno, como será descrito a seguir. Tomemos como ponto de partida a diferenciação inicial entre a ironia que ocorre em uma situação, a que ocorre no discurso (verbal e literária).

As situações irônicas são aquelas em que ocorre a violação de uma expectativa comum aos envolvidos no ato situacional e, para isso, não é essencial que haja algum tipo de fala irônica. Para exemplificar a ocorrência da ironia situacional veremos, como exemplo, um trecho da série de humor *nonsense Unbreakable Kimmy Schmidt*, produzida e disponibilizada pelo serviço de *streaming Netflix*. A série conta a história de quatro mulheres que foram resgatadas de um abrigo subterrâneo após ficarem presas por um pastor de uma seita religiosa fundamentalista durante 15 anos e convictas de que eram sobreviventes de um apocalipse. Logo no seu primeiro dia de liberdade em uma metrópole, após um período de privação emocional e com grande defasagem de habilidades sociais, Kimmy (a protagonista) encontra

uma criança sozinha na rua. Imbuída das melhores intenções, julga que deve conduzir a criança em segurança de volta até a casa em que (a criança) mora com a família. Kimmy toca a campainha do portão e a mãe da criança, uma típica *socialite* nova-iorquina, abre a porta da casa com seu *yorkshire* no colo. Após um rápido diálogo que beira o absurdo, a sofisticada mãe manda a criança ir para dentro de casa pois ela própria não pode sair. Kimmy pergunta: “Como assim não pode sair?”. “Fiz *peeling* no rosto”, respondeu a mãe da criança. Desconfiada e apreensiva, Kimmy olha de relance a foto na parede atrás da mãe do menino e pergunta “Esse é o seu reverendo? Ele mandou você fazer o tal *peeling*?”. “Como assim?”, pergunta a histérica mãe. “Responda com sinceridade: você precisa de ajuda?”, pergunta a alarmada Kimmy. Chorando, comovida com todas as suas obrigações e responsabilidades, a atarefada *socialite* responde que sim, que precisa de ajuda, e contrata Kimmy como sua funcionária.

No exemplo acima, a ironia não foi empregada no nível do discurso. A discrepância ocorreu em função do espectador a) conhecer o traumático passado da personagem Kimmy e b) inferir a rotina de dificuldades na vida da uma *socialite* de Manhattan, culminando na identificação da intenção comunicativa das duas personagens na situação; elas estavam fazendo menção a eventos diferentes. A ironia situacional emerge aqui a partir do contexto da cena, que é conhecido pelo espectador, e da quebra de expectativa, que resulta do diálogo, utilizando a ironia para causar humor.

FIGURA 1: Exemplo da ocorrência de ironia situacional



Fonte: Site TIME. Disponível em: < <https://time.com/3733894/jane-krakowski-on-unbreakable-kimmy-schmidt/>>. Acesso em: 18/05/2019.

A ocorrência da ironia em textos literários, por sua vez, tipicamente adota uma abordagem retórica, que acaba por definir a ironia como uma configuração de papéis

dramáticos e estruturas de enredo, ignorando seu conteúdo cognitivo (SHELLEY, 2001). A autora sustenta que a ironia literária é paradigmática pois, nela, a ironia situacional é um caso especial de vida imitando a arte. Vejamos o exemplo a seguir:

FIGURA 2: Exemplo da ocorrência de ironia literária

Outra carta aberta ao nosso excelentíssimo presidente da República, senhor Jair Bolsonaro

Quel idê genial de nomé votre fils come ambassadeur

Jô Soares

Humorista e escritor

Monsieur le president: come je sé que, etant troglodite, vous parlé multilangues, je comence em françois, langue de la diplomacie mondiale pour que ningán duvide: parabiéns! Parabiéns! parabiéns! Quel idê genial de nomé votre fils Eduardô come ambassadeur!

Tout come il faut respetant les regles: premier, comemoré la idé certe, 35 ans. Alors, petite feste, troque de petit presents etc.

Chanté le parabiéns, apagué les veles, comé le bolê! Comé le bolê! E depuis le present principale: lui, qui há déjà une graduation em hamburguér et talvois une pos-graduation em cheeseburguér? Aussi, si

nous avons deja um ex-president, FHC, pourquoi ne pas tenté aussi um ambassadeur KFC? Après ça, il faut tenté une master degre em pipoque. Afinale de contes, nous devons aproveité les oportunités que la vie nous oferece. Par exemple: Votre Majesté savé que Rafael Leonidas Trujillo Molina, quand a assumí le podé em 1930, a la Republica Dominicana, a nomé son filhó Ramfis, com apene quatre ans de idé, coronel de salário y privilégios del Exército dominicano?

En 1938, le president Jacinto B. Peynado (president que sucessé a Trujillo) promové le coronel Ramfis Trujillo Martinez, de neuf ans, a ge-

neral de brigada, promoción que fu outorgué "en mérito al serviço" em se constituant nel plus jeune general del histoire du monde? Regardé les fotôs: nést pas fôfe?



Bien avant, Napoleon, lembré dele? Nomée irmains e parents come rois de la Holandá, roi de Náples (aquele da pizzá), roi de Espanhe e rois da Westphalie. (Je ne coné pas Westphalie mais pesquisé avec vos amis dans le Twitter pour savoir onde é que fique.)

Enfin, chegue de converse. Jagarre dans le pape mais sempré pour colaborar avec Votre Majesté.

Signé: Jô Soares, influencieur analogique

Em verité: José Eugenio Soares, oficial da Ordem de Rio Branco

Fonte: *Jornal Folha de São Paulo, impresso, publicado em 22/07/19.*

No exemplo, o autor utiliza uma técnica literária que destoa da norma padrão brasileira e remete à um fato de conhecimento público, notoriamente de adequação moral duvidosa que causa uma reviravolta na expectativa do leitor, deixando evidente sua intenção comunicativa de utilizar a ironia para fazer uma crítica.

A ironia expressa no nível do discurso igualmente envolve a falha de uma expectativa e seu sucesso é fortemente relacionado com o contexto onde o ato irônico ocorre, porém são consideradas algumas particularidades. No exemplo abaixo é possível identificar, inicialmente, a importância do contexto para marcar a ocorrência da ironia verbal:

Ana se esforça para concluir todas as tarefas do dia e ter tempo de preparar um jantar romântico surpresa para Pedro, seu noivo. Depois de o jantar estar pronto, no horário habitual em que Pedro chega em casa para jantar, toca o telefone e Ana atende. “Ana, vou me atrasar, não me espere para jantar. Vou trabalhar até mais tarde”, fala Pedro. Ana responde: “Sem problemas, adoro quando você trabalha até tarde”.

No exemplo, Ana responde que adora quando seu companheiro trabalha até mais tarde. Essa resposta contraria o senso comum (expectativa violada) pois 1) Ana não adora quando Pedro trabalha até mais tarde e atrapalha os planos para o jantar e 2) Ana não foi sincera ao dizer que adora, tendo a intenção de comunicar outra coisa, isto é, que não gosta. Estes dois componentes, alusão à uma expectativa que foi violada e insinceridade, quando identificados pelo interlocutor ou pelo observador, podem estar envolvidos no fenômeno da ironia verbal. Quando se compara as duas formas de ocorrência da ironia, é possível observar que a ironia situacional não necessita da ironia no nível do discurso e a ironia no nível do discurso não necessita da ironia situacional. Cada uma carrega em si elementos distintos que servem para ancorar a compreensão do fenômeno. Porém, ambas possuem uma característica em comum: requerem um contexto onde o ato ou o discurso irônico ocorre, implicando uma considerável relação de dependência.

Especificamente na ironia verbal, elemento central deste trabalho, o contexto exerce uma função estruturante durante a compreensão do fenômeno. A relevância do contexto em que a ironia verbal ocorre é diferente da forma de outras figuras de linguagem como metáforas, metonímias, expressões idiomáticas e provérbios, que não são necessariamente dependentes do contexto para serem compreendidas. Nestas últimas, suas próprias estruturas demonstram ser suficientes por si só para a compreensão e podem depender mais de fatores como familiaridade, convencionalidade e ambiente sociocultural do que o contexto onde ocorrem. Gibbs (1994) afirma que muitas dessas expressões são passíveis de análise composicional e que os significados de suas partes contribuem para o significado da expressão. Em se tratando, especificamente, da compreensão de ironia verbal, muitos estudos exploratórios têm sido desenvolvidos para investigar os diferentes componentes envolvidos além da importância do contexto.

A compreensão da ironia pode ser vista como uma forma do sujeito tornar-se consciente sobre a multiplicidade de possibilidades do mundo real, ressaltando a noção de que nem sempre as ideias e os fatos acontecem de acordo com as expectativas construídas

(RODRIGUES, SILVEIRA e PELISSON, 2017). Para compreender os limites operacionais, os diferentes delineamentos ou a forma como a ironia verbal contribui para a comunicação humana, uma série de estudos foram observados e constituem o marco referencial deste trabalho, como os apresentados em Ackerman (1982, 1983), Banasik e Podsiadlo (2016), Akimoto, Miyazawa e Muramoto (2012), Burgers, Mulken e Schellens (2012), Caillies, Bertot, Motte, Raynaud e Abely (2014), Recchia, Howe, Ross e Alexander (2010), Creusere (1999), Gibbs (2012), Glenwright e Paxman (2009), Giora (1995), Milanowicz (2013), Filik e Moxey (2010), Colston (1997), Demorest (1984), Dews (1996), Dews, Kaplan e Winner (1995), Dews e Winner (1995), Villa e Souza (2011), Filippova e Astington (2008, 2010), Harris e Paxman (2003), Kumon-Nakamura, Glucksberg e Brown (1995), Kreuz e Glucksberg (1989), Kreuz e Link (2002) e Gibbs e Colston (2007). Estes estudos, juntos, sugeriram o contexto de uma inquieta procura de parâmetros para a compreensão da ironia verbal.

Há uma escassez de instrumentos que avaliam a compreensão de ironia verbal de forma padronizada e com indicadores de validade bem definidos. Nos estudos revisados para esta dissertação que investigaram a ocorrência da ironia verbal, foi recorrente encontrar uma metodologia correlacional entre a ironia e outros construtos, desde a habilidade de Teoria da Mente, a memória operacional e habilidades metalinguísticas até estudos que buscaram biomarcadores do processamento cortical, por exemplo. Não foi encontrado um estudo em português brasileiro em que o objetivo fosse discutir e delimitar as margens conceituais da ironia verbal, oferecendo uma fundamentação teórica que a sustentasse, circunscrevesse e operacionalizasse de forma que pudesse ser mensurada. Demonstrar a transposição controlada da teoria para um item de estímulo não é uma tarefa simples. Uma das propriedades centrais da ironia verbal é seu caráter pervasivo, tornando seus limites conceituais não tão claros, o que não é necessariamente uma limitação, mas sim uma característica inerente ao fenômeno.

Assim, buscando contribuir com o desenvolvimento de estudos experimentais psicolinguísticos em linguagem figurada, através da exploração da faceta linguística, o objetivo geral deste trabalho é elaborar uma tarefa de compreensão de ironia verbal. Como objetivos específicos, buscou-se a) explicitar o processo de composição semântica da estrutura dos itens, com a transposição de diferentes aspectos teóricos para o produto final, b) fornecendo indicadores de validade de conteúdo, através da análise de juízes especialistas e estudos piloto.

Em relação ao primeiro objetivo específico, Pasquali (2003) sugere que a validade semântica inicia o processo de validação de escalas capazes de acessar diferentes funções

psicológicas. Os construtos devem ser descritos com base em conceitos da teoria e transformados em itens que possam ser mensurados operacionalmente.

A continuidade da etapa de elaboração dos itens proposta por Pasquali (2003) está relacionada ao segundo objetivo específico onde os itens devem ser submetidos à análise de juízes especialistas para verificar sua adequação (por análise semântica) e, posteriormente, devem ser apresentados a uma parcela da população-alvo. Essa verificação inicial objetiva identificar se os itens são compreensíveis. Dentre os participantes, deve ser considerado o estrato mais baixo (em termos de habilidade) da população-alvo, bem como uma parcela de maior habilidade (PASQUALI, 1997), o que reflete em uma amostra de participantes formada por crianças e adultos. Há, ainda, dez indicadores imprescindíveis durante a elaboração dos itens que contribuem para a sua adequação: 1) critério comportamental – o item deve expressar um comportamento; 2) objetividade – facilidade na identificação da resposta; 3) simplicidade – expressar ideia única; 4) clareza – ser compreensível por todos os estratos da população-alvo; 5) relevância – avaliar o construto em questão; 6) precisão – cada item tem sua posição definida no construto, diferenciando-se dos demais; 7) variedade – deve ser variável no modo de formular os itens; 8) modalidade – não utilizar expressões como “muito” e “excelente”; 9) tipicidade – formular frases com expressões típicas do atributo; 10) credibilidade (*face validity*) – um item não deve parecer sem propósito ou inapropriado à faixa etária para a qual se destina (PASQUALI, 1999).

Se, por um lado, definir os limites conceituais da compreensão da ironia verbal é por si só uma tarefa desafiadora, por outro lado, se considera que a elaboração de um instrumento psicométrico deve ser orientada por uma gama de pressupostos que buscam respaldar as diferentes etapas de construção do instrumento. Transpor o desafio da multidimensionalidade que embasa o processamento do fenômeno para itens que compõem uma tarefa de avaliação de ironia verbal, resguardando o rigor psicométrico, evidencia um empreendimento ingente e esse percurso será demonstrado a seguir.

1.1 Uma breve caracterização da ironia verbal

Historicamente a exploração do fenômeno da ironia se desenvolveu através do paradigma dos estudos literários, com seu interesse implícito no valor estético e emocional, muitas vezes carecendo de rigor metodológico ou apresentando conceitualizações um tanto simplistas. Em sua concepção clássica, encontrada no senso-comum, vemos a ironia ser definida como “o uso

de palavras para expressar algo diferente, e especialmente do oposto, de seu significado literal” (BROWN e LEVINSON, 1978). Kaufer (1981) e Haverkate (1990) observaram que a teoria tradicional, que identifica a ironia como uma figura de linguagem é muito ampla e com limitações para diferenciar a sua estrutura interna de outras figuras de linguagem, como aquelas relacionadas ao processamento metafórico. Por exemplo, Levin (1982) propôs distinguir entre ironia como um tropo (quando a ironia é focada em uma palavra), ou como um processo no nível do pensamento (quando é focada em um enunciado).

Haverkate (1990) sugeriu que o efeito de negação da ironia, visto em uma palavra ou proposição, poderia ser o ponto central do processamento. A partir daí a concepção de ironia como sendo apenas o oposto do significado pretendido se mostrou limitada ao explicar a magnitude do fenômeno. Apesar das dificuldades para caracterizar e delimitar as diferentes nuances da ironia, algumas questões já são relativamente bem compreendidas. Por exemplo, as pistas com as quais o falante que emite a ironia sinaliza sua intenção irônica para seu interlocutor já são documentadas em algum detalhe (ATTARDO, 2003). Porém outros aspectos ainda precisam ser aprofundados, como as motivações que levam um falante a fazer uso da ironia ao invés de utilizar uma mensagem literal. Atualmente os diferentes marcadores da compreensão de ironia verbal ainda estão sendo explorados. No passado, trabalhos como os de Muecke (1969, 1970, 1973, 1978a, 1978b), Booth (1974), Chen (1990), Gibbs (1994), Barbe (1995) e Giora (1997) inauguraram a exploração do fenômeno da ironia com base em referenciais teóricos linguísticos delimitados e com a preocupação de sistematizar delineamentos experimentais contundentes. Conceber experimentalmente a ironia como um dispositivo cognitivo e linguístico significa situá-la, ao menos inicialmente, nos domínios da linguagem.

O elaborado sistema de comunicação humana se diferencia das demais formas de comunicação animal pois sua linguagem é estruturada através dos atributos de: 1) referência, compreendido como um conjunto de sinais arbitrários que simbolicamente representam conceitos, objetos, eventos e características; 2) gramática, tida como uma sequência de regras que comandam como os símbolos podem ser usados para produzir mensagens comunicativas; 3) produtividade, que é o potencial para expressar novas ideias - a gramática pode ser usada para produzir expressões novas e significativas; 4) liberdade situacional, o meio para fazer expressões que não são limitadas apenas às condições do estímulo que as provocam - uma maneira de comunicar mais do que o "aqui e agora"; e 5) comunicar novas informações, de modo que os falantes forneçam aos ouvintes informações relevantes que eles não tinham

anteriormente, e não simplesmente repetem expressões usadas por outros membros em uma conversa (ROITBLAT, 1987). Enquanto vários sistemas de comunicação animal exibem uma ou mais dessas características, parece que as línguas humanas são as únicas que, universalmente, demonstram todas as características acima (CREUSERE, 1999).

O estudo das habilidades inatas das crianças durante o processo de aquisição da linguagem encontra seu ápice nos fundamentos trazidos por Chomsky (1959), que considerou os atributos de referência, gramática e produtividade. Já os atributos de liberdade situacional e a comunicação de novas informações historicamente receberam menos enfoque nas teorias linguísticas, a despeito de suas implicações ao se considerar a natureza cognitiva e as funções comunicativas da linguagem humana (CREUSERE, 1999). E são, justamente, esses dois últimos atributos da linguagem os que mais se relacionam com o processamento da ironia verbal.

Em se tratando de ironia verbal o atributo de liberdade situacional evoca a necessidade de se considerar a amplitude de fenômenos que não estão postos, de forma explícita no discurso, enquanto o atributo de comunicação de novas informações propicia um meio de atualizar e dinamizar a comunicação de informações entre os falantes. Como será visto no decorrer deste texto, a liberdade situacional envolvida na ironia verbal pode conter elementos sociocognitivos e sociocomunicativos, como a habilidade de teorizar sobre a própria mente e a dos outros.

Sugerindo uma outra perspectiva, desenvolvimental, para a compreensão da ironia verbal, o estudo apresentado por Filippova e Astington (2008) sugere que as crianças inicialmente conseguem apenas perceber a discrepância entre a realidade e a fala irônica, sem alcançar a intenção real do enunciador. Na sequência elas se tornam capazes de identificar a crença ou a representação do falante sobre a situação. Só mais adiante surge a capacidade de identificar a intenção comunicativa do falante, isto é, de reconhecer que o enunciador do ato de fala irônico deseja que seu interlocutor compreenda que a sua intenção não condiz com o sentido literal da frase.

Neste momento do desenvolvimento linguístico, se infere que os falantes envolvidos na troca conversacional possuem habilidades para identificar o caráter predominantemente contrafactual comumente presente na ironia e se movimentar dentro do sistema referencial de crenças e intenções, simultaneamente.

Numa perspectiva descritiva, algumas condições podem ser consideradas como necessárias à compreensão de ironia verbal. As várias teorias linguísticas e psicolinguísticas que sugerem explicações para a compreensão de ironia verbal, de forma implícita ou direta, sugerem alguns requisitos que devem ser alcançados para que haja o sucesso da ironia verbal. Colston (2000) se ampara em Kumon-Nakamura, Glucksberg e Brown (1995) através da Teoria da Pretensa Alusão do Discurso Irônico (TPA), sistematizando essas condições necessárias ao discurso irônico. A primeira condição é a alusão à violação de expectativas, onde o enunciador da ironia deve aludir a uma predição, expectativa, preferência, comentários ou normas prévias que tenham sido violados. A segunda condição refere que o comentário irônico deve violar a condição de felicidade de um ato de fala bem formado, como apresentado por Grice (1975) ou que o comentário seja pragmaticamente insincero. De uma forma geral essas duas condições estão presentes em várias teorias da compreensão da ironia verbal.

No caso da condição da alusão, o enunciador pode mencionar crenças geralmente aceitas sobre uma situação, como uma norma social, para lembrar o destinatário dessas crenças quando elas não se sustentaram na situação subsequente. Por exemplo, um falante do enunciado irônico pode dizer “Obrigado! Você foi muito educado” para um funcionário mal-humorado de uma loja. Nesse caso o falante faz alusão a uma norma social que deveria sugerir polidez para as relações humanas, considerando este caso em que o funcionário foi rude. Já a insinceridade pragmática deriva de uma miríade de pressupostos onde a ironia verbal envolve um senso de contraditório, oposto, não-verídico, contrafactual, insincero entre o que é pronunciado e o que é ironicamente pretendido (CLARK e GERRIG, 1984; GIBBS, 1986; GRICE, 1975, 1978; KREUZ e GLUCKSBERG, 1989; KUMON-NAKAMURA et al., 1995; SEARLE, 1978; SPERBER e WILSON, 1981).

A intenção de Kumon-Nakamura et al. (1995), ao criar o termo insinceridade pragmática considera que os comentários irônicos não são insinceros no nível proposicional, mas sim no nível do ato de fala. Por exemplo, quando o enunciador diz “Você com certeza sabe muito” para alguém que exhibe seu conhecimento com arrogância, ele está proferindo uma proposição verdadeira - o orador é conhecedor do assunto de referência. Porém, o enunciador usa o comentário para elogiar insinceramente a pessoa e expressar ironicamente que a arrogância da pessoa não é de fato louvável (KUMON-NAKAMURA et al., 1995). Os comentários alcançam sua ironia por insinceridade no nível do ato de fala ou por sua força ilocucionária insincera (HAVERKATE, 1990).

A insinceridade pragmática também pode encontrar respaldo em teorias implícitas, isto é, teorias da linguagem que não foram idealizadas para a fundamentação da ironia verbal, mas são capazes de explicar muitas formas de linguagem não literal como o encontrado em Grice (1975, 1978) e Searle (1978). Essas perspectivas argumentam que os falantes normalmente seguem um "princípio cooperativo", segundo o qual eles aderem a um conjunto de regras, ou máximas, quando conversam. A máxima da qualidade, por exemplo, afirma que comentários que são falsos são impróprios. Quando uma pessoa faz um comentário (por exemplo, "Que clima agradável!"), que é inconsistente com a situação convencionalizada de clima bom (o clima está terrível), ela viola essa máxima (COLSTON, 2000). Nesse caso, um enunciador intencionalmente viola ou desrespeita uma das máximas para configurar uma implicatura conversacional, ou seja, uma inferência autorizada pelo enunciador a ser feita pelo destinatário de que algo diferente do significado da expressão é realmente o significado pretendido. O enunciador provavelmente selecionará um significado indireto que o destinatário seja capaz de derivar do comentário, uma vez que os interlocutores partilham um contexto comum (CLARK e CARLSON, 1981).

O leitor encontrará esses pressupostos teóricos descritos detalhadamente no transcorrer deste trabalho, especificamente nas três tentativas de articulação apresentadas nos respectivos estudos piloto que compuseram o processo de elaboração dos itens da Tarefa de Compreensão de Ironia Verbal (TCIV). Além das condições necessárias para a compreensão da ironia verbal outras características também são importantes, dentre elas o papel do contexto, a relevância social do uso da ironia e os promissores e diferenciais achados neuropsicológicos no processamento da ironia.

1.1.1 A importância do contexto no processamento da ironia

Dentre os fenômenos que são produzidos ou determinados pelo contexto e que influenciam na compreensão da ironia verbal está a tomada de perspectiva conversacional. Durante essa tomada de perspectiva, os interlocutores fazem referência a conhecimentos implícitos e mobilizam conhecimentos tácitos relativos às regras pragmáticas, que permitem a interpretação de enunciados (GALLO-PENNA e MALUF, 2013). As autoras sugerem que essas tarefas demandam que o interlocutor leve em conta, para produzir seu julgamento, diferentes perspectivas interpretativas, de tal maneira que ele possa inferir o conhecimento que há do contexto, da situação de interlocução e do enunciado. Os elementos presentes no

contexto podem se referir não só ao conteúdo da ironia, mas também à forma como a ironia é enunciada.

Ao considerar o papel da prosódia no contexto em que a ironia verbal ocorre, é necessário pontuar a influência da hipérbole como um fenômeno que pode influenciar algumas variantes desse processamento. Kreuz e Roberts (1995) notaram que a hipérbole e a ironia podem ser caracterizadas como tendo ênfase na pronúncia enfática de alguma palavra e uma fala mais lentificada. Ainda, que há uma relação importante entre hipérbole e ironia, na medida em que declarações irônicas que são faladas de maneira muito impassível são frequentemente muito exageradas na escolha das palavras usadas pelo falante, por exemplo; “a torta de morango estava apoteótica”. Em enunciados como este, o contorno prosódico geral pode ser plano, mas a hipérbole é frequentemente, embora nem sempre, enfatizada. Dessa forma, não está inteiramente claro se a discrepância entre o contexto e o significado é destacada pela entonação em si, o emprego de certas palavras para o efeito de exagero ou uma combinação dos dois.

Evidências trazidas por Kreuz e Glucksberg (1989) sugerem que o processamento da ironia é marcado por uma discrepância entre o significado literal de um enunciado e as informações contextuais disponíveis, que levam a uma maior probabilidade de que tais enunciados sejam percebidos como irônicos. Como é o caso do tipo de ironia contrafactual, que significa dizer o contrário daquilo que é dito literalmente, como no enunciado “parabéns pela limpeza de seu tênis”, para alguém que acabou de pisar na lama.

Porém, os achados encontrados em Kumon-Nakamura et al. (1995) indicaram que nem todas as formas de ironia podem ser marcadas pela discrepância entre o que foi dito e o contexto em que a ironia ocorreu. Em uma ironia do tipo afirmação verdadeira não ocorre uma discrepância entre o significado literal do enunciado e as informações do contexto, como pode ser observado em “você com certeza ama música” para um vizinho que escuta música alta pela madrugada.

Na discussão da Teoria Pretensa de Ironia (*Pretense Theory of Irony*), Clark e Gerrig (1984) sugeriram que um tom de voz “irônico”, que foi descrito por Cutler (1976) como consistindo de nasalização, pronúncia enfática de alguma palavra e uma velocidade mais lenta ao falar, facilita a percepção de fingimento. Se este é, de fato, o caso, então tal sugestão também pode sinalizar insinceridade pragmática, o que é considerado por Kumon-Nakamura et al. (1995) como um conceito que incorpora o “fingimento”.

1.1.2 Funções sociais da ironia verbal

De uma forma geral, as evidências emergentes sugerem que a ironia pode servir a uma variedade de objetivos importantes na comunicação interpessoal. Há, de acordo com Dews et al. (1995), quatro possíveis finalidades para utilizar a ironia verbal como um recurso da linguagem: humor, aceitação social, controle emocional e agressão. Os autores hipotetizaram que, em comparação com enunciados literais, os atos de fala irônicos seriam percebidos como mais engraçados, resultariam em menos discrepância de status entre emissor e destinatário, indicariam mais autocontrole do emissor e teriam um efeito menos negativo sobre o destinatário.

Em três experimentos, os resultados do estudo citado sugeriram que os adultos consideram tanto as críticas irônicas quanto os elogios irônicos mais engraçados do que suas paráfrases literais. Como em Dews e Winner (1995), a ironia serviu para cancelar o significado literal nas críticas e nos elogios. Por exemplo, as críticas não literais foram percebidas como menos agressivas do que as literais. É possível que as críticas irônicas sejam consideradas menos agressivas que as literais porque envolvem um significado implícito que é mais mitigado do que uma interpretação oposta. Este achado corrobora com as evidências sugeridas por Giora (1995) em sua aceção de negação indireta da ironia do discurso.

O estudo apresentado por Kumon-Nakamura et al. (1995) ainda ofereceu indicadores sobre o uso da ironia como forma de alcançar um efeito de humor. Especificamente, o subtipo de ironia *solicitação exageradamente polida* foi considerada insultante, mas não rude, como no exemplo: “seria muito difícil para você se controlar e colocar menos coentro na carne moída?”, para um cozinheiro de bom coração. A interpretação desses resultados sugere que a ironia pode servir para fazer considerações corteses, mantendo o trato social, e simultaneamente permitir que os falantes expressem atitudes negativas. É importante ressaltar que embora a atitude subjacente à ironia seja frequentemente negativa, ela pode, às vezes, ser positiva (DEWS et al., 1995; KUMON-NAKAMURA et al., 1995), como no exemplo “olha, parabéns! A carne moída e o coentro finalmente encontraram o equilíbrio no mundo”, para o mesmo cozinheiro que repensou sua forma de temperar.

Os estudos relacionados às funções da ironia indicam, de forma geral, que o emprego de atos de fala irônicos permite que os falantes demonstrem suas atitudes em relação a situações ou pessoas por meio de um modo indireto de comunicação. Ainda de acordo com Kumon-Nakamura et al. (1995), os efeitos do significado por trás da ironia são frequentemente cancelados, os falantes podem ser salvos (*face saving*) negando a intenção de suas

declarações, se confrontados. Além disso, a ironia também pode servir para proteger socialmente um destinatário, que pode ser percebido como menos insultado quando seu comportamento potencialmente embaraçoso é comentado de maneira indireta e humorística. Indo além dos efeitos previstos do uso da ironia e o contexto em que ela ocorre, encontramos os marcadores que estão, cada vez mais, sendo explorados, como é o caso do processamento cortical de enunciados irônicos.

1.1.3 Indicadores do processamento cortical da ironia

Os estudos sobre o processamento cognitivo da ironia verbal consideram que a ironia tipicamente carrega em sua estrutura conceitual a propriedade de contrafactualidade, que acaba por requerer uma mudança de enquadre. Essa mudança exige inputs que irão integrar a nova informação e ativar um suposto cenário paralelo a um modelo cognitivo que é idealizado a partir de uma dada situação, de acordo com Neves (2015). Na exploração dos marcadores neuronais envolvidos no processamento da ironia verbal, Wakusawa et al. (2007) investigaram a circuitaria cortical subjacente aos significados implícitos da ironia e sua associação com a habilidade de Teoria da Mente (ToM). Através de ressonância magnética funcional (fMRI), uma amostra formada por participantes adultos com desenvolvimento típico foi exposta a estímulos visuais que recriavam situações sociais realistas, com foco em interações contextuais. Os autores concluíram que o córtex pré-frontal medial esquerdo mostrou ativação significativamente maior durante as tarefas que envolviam julgamentos situacionais do que durante julgamentos literais. O lobo temporal direito foi ativado independentemente da tarefa durante o processamento específico de ironia. Já o córtex orbitofrontal medial foi ativado de forma dependente da tarefa durante o processamento da ironia em tarefas de julgamento situacional. Foi possível depreender que a avaliação intencional da adequação situacional para a execução da tarefa é realizada no córtex pré-frontal medial esquerdo, enquanto a ironia é processada no lobo temporal direito, que avalia o contexto situacional automaticamente e é julgada com base no contexto situacional no córtex orbitofrontal medial.

Wakusawa et al. (2007) ainda evidenciaram que a compreensão de ironia envolve regiões cerebrais que também são ativadas na habilidade de ToM, como o córtex orbitofrontal medial e o lobo temporal direito. Essas áreas são especializadas nos comandos e processos que requerem acesso automático ao contexto social e tomada de decisão/julgamento. Os autores concluem que a compreensão dos significados implícitos em contextos situacionais depende

mais de mecanismos cerebrais envolvidos na ToM do que o processamento linguístico de significados implícitos. Isso reforça a associação entre a compreensão de ironia e o entendimento dos diferentes estados mentais.

Foram consideradas, até então, as diferentes formas de ocorrência da ironia, que pode ocorrer no discurso (verbal e literária) ou em uma situação. Foi ressaltada a ênfase na ironia verbal, que é o objeto de estudo deste trabalho e apresentadas algumas particularidades deste tipo de ironia como a influência do contexto, as funções sociais e os indicadores corticais. A seguir será apresentada uma forma particular de alocar os diferentes processos envolvidos na compreensão da ironia verbal, que possuem reflexos na determinação do tipo de item da TCIV.

2 MULTICOMPOSICIONALIDADE DO FENÔMENO DA IRONIA VERBAL

Assim como algumas sofisticadas formas de comunicação humana, como a poesia e a arte, a ironia apresenta uma dificuldade igualmente grande aos pesquisadores em encontrar uma definição que seja suficiente (MUECKE, 1978). Colston e Gibbs (2007) deixam em aberto a possibilidade de a ironia se constituir por uma família de fenômenos relacionados, onde cada um requer sua própria abordagem teórica. Esta dissertação considera, particularmente, uma superordenação de fenômenos que possam estar relacionados, favorecendo as evidências de validade de conteúdo da tarefa, ao direcionar para dois grandes eixos temáticos de processos linguísticos que se inter-relacionam na ironia verbal. Esse movimento de alocar os fenômenos em grupos poderá contribuir no momento de explorar as respostas dos participantes aos itens da TCIV. Para isso, foram considerados os estudos de Fillipova e Astington (2008; 2010), sua replicação no contexto brasileiro (VILLA e SOUZA, 2011) e a possibilidade de compreender os resultados da TCIV a partir da estrutura da ironia considerada por estas pesquisadoras.

Os estudos de Filippova e Astington (2008, 2010) representam um marco no desenvolvimento e na sistematização das pesquisas que buscaram explorar o processamento da ironia verbal. Com os resultados trazidos pelas autoras, é possível compreender a estrutura interna do fenômeno da ironia verbal, principalmente através de duas importantes variáveis: os componentes sociocognitivos e os componentes sociocomunicativos. Os aspectos sociocognitivos são aqueles que envolvem o significado da frase, a crença do falante, a intenção comunicativa e a atitude do falante. Já os aspectos sociocomunicativos relacionados com a função pragmática da ironia podem ser observados através do efeito de gerar humor e os atos de criticar, repreender ou elogiar alguém. Essa distinção será importante no desenvolvimento deste trabalho e devidamente explorada na discussão dos resultados.

No primeiro estudo (FILIPPOVA e ASTINGTON, 2008), participaram 72 crianças canadenses, estratificadas em três grupos compostos pelas idades de cinco (11 meninos e 13 meninas; entre 5 e 6 anos, $M=5,8$), sete (13 meninos e 11 meninas, entre 7 e 8 anos, $M=7,7$) e nove anos (11 meninos e 13 meninas, entre 9 e 10 anos, $M=9,7$) e um grupo de 24 adultos (11 homens e 13 mulheres, entre 23 e 63 anos, $M=32$). Todos os participantes apresentavam desenvolvimento típico. Para a tarefa, foram criadas oito histórias diferentes que continham um diálogo entre diferentes personagens. No final de cada história, um comentário irônico era realizado por um dos personagens. Para cada história contada pelo pesquisador, era

apresentada uma ilustração que revelava o rosto do ouvinte e não o do personagem que produzia a ironia.

Os comentários irônicos foram elaborados através dos tipos contrafactual e hiperbólico e variavam, também, pela valência que apresentavam, que poderia ser um elogio ou uma crítica. O comentário irônico hiperbólico expressava um grande exagero observado na fala do personagem, e o contrafactual expressava algo contraditório em relação ao que o falante pensava. Essa configuração resultou em quatro categorias diferentes de ironia: o elogio hiperbólico, elogio contrafactual, crítica hiperbólica e crítica contrafactual. Perguntas de controle que buscavam sondar a compreensão dos participantes eram feitas e, na sequência, as perguntas que avaliavam os componentes sociocognitivos que constituíam o ato de fala irônico. Essas perguntas carregavam em si: 1) a capacidade de perceber o significado semântico da frase ou a discrepância entre a fala e o contexto; 2) a crença de primeira ordem do personagem que produz a ironia; 3) a intenção comunicativa do falante; e 4) a motivação do falante. Por exemplo, em um item no qual uma crítica contrafactual era apresentada ao participante, um personagem dizia ao outro “você é mesmo um grande jogador” quando esse outro personagem havia jogado muito mal. As perguntas que buscavam explorar a compreensão de ironia verbal eram estruturadas da seguinte forma: “o que ele quis dizer? (detecção da discrepância entre fala e contexto), “o personagem X acha que Y é um ótimo jogador? (crença de primeira ordem), “X quer que Y acredite que ele pensa assim?” (intenção comunicativa) e “por que X disse: ‘você é mesmo um grande jogador?’” (motivação do falante). Perguntas adicionais que buscavam evidenciar o controle de variáveis, como a compreensão global das histórias e o humor que continha nelas, também foram realizadas.

Os resultados sugeriram diferenças importantes no desempenho dos participantes considerando as diferentes idades. Foi possível inferir uma sequência gradativa na aquisição das habilidades exigidas para a compreensão de ironia verbal. Em ordem desenvolvimental, primeiro as crianças foram capazes de perceber uma discrepância entre a fala irônica e o contexto, ainda que não conseguissem determinar a intenção real do falante. Na sequência, elas conseguiam determinar a crença ou representação do falante acerca da situação. Mais tardiamente as crianças foram capazes de identificar a intenção comunicativa do falante, que significa reconhecer que o personagem que fala a ironia deseja que o outro personagem compreenda que a intenção não está pareada com o sentido literal daquilo que foi dito. As autoras sugerem que há uma correlação positiva entre habilidade de ToM e a capacidade de perceber a atitude e a motivação de quem emite um ato de fala irônico.

Já no segundo estudo (FILIPPOVA e ASTINGTON, 2010), as autoras ampliaram as análises das respostas abarcando não só os componentes sociocognitivos, conforme vistos no estudo anterior, mas incluíram agora os componentes sociocomunicativos. Para isso, elas partiram do pressuposto de que a crítica irônica (contrafactual ou hiperbólica) poderia ser mais facilmente detectada e compreendida do que o elogio irônico. Os resultados encontrados através do julgamento das funções pragmáticas da ironia demonstraram um padrão desenvolvimental diferente quando comparado com os componentes sociocognitivos. Mesmo que crianças entre sete e nove anos demonstrem dificuldades para detectar as intenções comunicativas e a motivação do falante da ironia, os julgamentos sobre o humor (o quão o comentário foi engraçado) e a gentileza (o quão o comentário foi gentil) se assemelharam ao padrão observado no caso dos adultos.

Dentre as (auto)críticas comumente pontuadas nos estudos que exploram a compreensão da ironia verbal está a dificuldade de generalização dos resultados para contextos socioculturais diversos daqueles encontrados nas amostras de participantes. Crianças americanas ou canadenses costumam ser participantes mais frequentes em estudos desse tipo. Buscando compreender o processamento da ironia verbal no contexto brasileiro, uma valiosa contribuição foi apresentada por Villa e Souza (2011), que replicaram no Brasil o estudo de Filippova e Astington (2010). Participaram do estudo brasileiro 67 crianças alocadas em três grupos a partir da idade, com sete, oito e nove anos. A tarefa de compreensão de ironia verbal utilizada foi traduzida do estudo canadense. Como tarefas complementares, foram utilizadas duas tarefas de crença falsa e o Teste de Vocabulário por Imagens *Peabody* (TVIP) como medida de vocabulário receptivo.

Foram observadas correlações positivas entre compreensão de ironia e ToM ($r=0,488$, $p<0,001$) e entre compreensão de ironia e vocabulário ($r=0,322$, $p=0,006$). Além disso, houve um significativo efeito de idade no desempenho dos participantes na tarefa de ironia ($F(2,43)=5,66$, $p=0,007$) (VILLA e SOUZA, 2011). Os componentes sociocognitivos da compreensão de ironia demonstraram um efeito de idade, onde crianças de oito e nove anos tiveram um desempenho superior quando comparadas com crianças de sete anos ($F(2,64)=3,88$, $p=0,026$). O tipo de sentença também foi relevante, já que a ironia contrafactual foi compreendida com maior facilidade em relação ao tipo hiperbólico. Não houve efeito envolvendo a valência (crítica ou elogio). Já os componentes sociocomunicativos sugerem um padrão bastante semelhante ao encontrado nas crianças canadenses onde, mesmo as crianças de nove anos tiveram dificuldades em reconhecer a função humorística da ironia.

Villa e Souza, (2011) ainda sugerem que mais da metade da amostra de participantes brasileiros não julgou os comentários irônicos como engraçados e referem que o padrão de desenvolvimento da compreensão de ironia em crianças brasileiras foi semelhante ao encontrado no estudo de Filippova e Astington (2010).

A decomposição do processamento da ironia verbal através dos componentes sociocognitivo e sociocomunicativo, como já apresentado, auxilia na sistematização da miríade de fenômenos e de recursos teóricos sabidamente envolvidos na tentativa de delimitar os limites do construto. Essa perspectiva serve como um modo de alocar fenômenos, mesmo que sejam inter-relacionados, em classes superordenadas que aglutinam dispositivos cognitivos e linguísticos de diferentes origens, o que pode ser um mecanismo útil para a contextualização. A seguir serão apresentados os pressupostos das duas variáveis de interesse: sociocognitiva e sociocomunicativa.

2.1 Variável sociocognitiva

A perspectiva sociocognitiva apresenta a penetrância da socialização no desenvolvimento de habilidades cognitivas e afetivas, o que ocorre através de um processo gradual impulsionado pelas interações sociais ao mesmo tempo em que estas habilidades permitem à criança estabelecer um padrão de relações cada vez mais complexas com os outros (ROAZZI e SPERB, 2013). De acordo com Roazzi e Sperb (2013), o desenvolvimento das competências sociocognitivas é fundamentado na compreensão de que as pessoas possuem estados internos (emoções, pensamentos, intenções, noções) que orientam o comportamento e as relações não só com os outros, mas também com o sistema de normas e valores sociais.

No contexto de interações entre os múltiplos processos que são intrínsecos ao desenvolvimento humano e aqueles que são típicos e particularizados do contexto sociocultural onde a pessoa está inserida emerge a cognição social (CS). Autores como Lamb e Sherrod (1981) sustentam que a CS está situada na intersecção de vários domínios, como os perceptivos, cognitivos, sociais, emocionais e os de desenvolvimento da personalidade. Reiteram que a CS é um tópico que demanda de teóricos e pesquisadores o reconhecimento das múltiplas influências e inter-relações entre diversas áreas. É evidente o caráter integrador que a CS oferece ao absorver e acolher a multiplicidade de temáticas que permeiam a psicologia do desenvolvimento pois seu estudo facilita abordagens abrangentes, as quais ficam facilmente comprometidas quando o foco é muito estreito (LAMB e SHERROD, 1981).

Fiske e Taylor (1991) adicionam na conceitualização da CS, além da cognição sobre as outras pessoas, a cognição sobre elas mesmas, considerando não apenas a forma como as pessoas pensam sobre as outras, mas também a forma como elas pensam que pensam sobre as outras. De forma complementar, Flavell, Miller e Miller (1999) sugerem que a CS carrega a cognição sobre as pessoas e suas ações e Bee (1996) acrescenta que, além do pensar sobre as pessoas e sobre o que elas fazem, a CS inclui o pensar sobre o que as pessoas deveriam fazer e como elas se sentem.

Numa perspectiva abrangente, a CS vai além da compreensão das relações sociais, objetos e eventos sociais. Vai além, ainda, dos processos perceptuais e das inferências sobre outras pessoas, envolvendo a compreensão das relações entre os próprios sentimentos, pensamentos e ações, tanto quanto as relações entre esses fatores pessoais e os fatores correspondentes nas outras pessoas. Fu et al. (1987) defendem que, da perspectiva da CS, a compreensão da interação social depende da nossa organização dos conceitos sociais e da habilidade de integrar e coordenar perspectivas. A resposta comportamental passa a ser modulada, então, pela CS, já que é através dela que os comportamentos automáticos e volitivos são direcionados (ADOPHS, 2001; PENN, SANNA e ROBERTS, 2008). Porém, ainda que haja um consenso de que os processos cognitivos básicos como a atenção, a memória, a linguagem e as funções executivas sejam necessários à CS, eles são considerados construtos diferentes por utilizarem sistemas de processamento semi-independentes (ADOLPHS, 2009; COUTURE, PENN e ROBERTS, 2006).

Quando se considera os substratos neurais envolvidos no processamento dos estímulos sociais, destacam-se as regiões corticais do lobo temporal, enquanto a amígdala, o córtex somatossensitivo direito, o córtex orbitofrontal e o córtex cingulado participam da conexão da percepção de tais estímulos à motivação, à emoção e à cognição (ANDERSON e ADOLPHS, 2014). É importante considerar o córtex pré-frontal medial como um dos componentes cruciais dos sistemas neurais mediadores do conhecimento do contexto social, promovendo a adaptação do comportamento (KRUEGER, BARBEY e GRAFMAN, 2009). A maturação do córtex pré-frontal medial conflui, como sugerido acima, para o incremento das habilidades extrínsecas de adaptação comportamental requerida pelo conhecimento do contexto social, mas também para habilidades intrínsecas como o surgimento e aprimoramento da regulação executiva. O funcionamento executivo pode ser compreendido como um mecanismo de controle cognitivo que direciona e coordena o comportamento humano de maneira adaptativa,

permitindo mudanças rápidas e flexíveis do comportamento frente às novas exigências do ambiente (DIAMOND, 2013; LEZAK, 1982; ZELAZO et al., 2003).

Os modernos e promissores indicadores corticais do processamento da ironia verbal que sugerem o papel do córtex pré-frontal medial como mediador entre o conhecimento do contexto social e o comportamento (WAKUSAWA et al., 2007; KRUEGER et al., 2009) estão, portanto, associados aos pressupostos neuropsicológicos oriundos de Lezak (1982) e Luria (1980) que culminaram na concepção tradicional de Funções Executivas (FE). As FE e a linguagem parecem interagir, já que o surgimento da intencionalidade inerente ao desenvolvimento da linguagem (TOMASELLO et al., 2005) também parece necessário para a definição de metas e planos. Essa é uma característica das funções executivas e está envolvida na habilidade de intenção comunicativa (MARTINS, BARRETO e CASTIAJO, 2014). As vias corticais predominantes no processamento da ironia, o córtex pré-frontal medial e a mediação com o contexto, bem como as FE, colocam em evidência o período maturacional. Isso resulta, de certa forma concomitantemente, na expressão destas habilidades que emergem nos anos iniciais do período escolar do ciclo de vida humano.

Em termos de desenvolvimento sociocognitivo típico, o início, em sua faceta emocional, ocorre durante o processo de separação-indivuação e da conexão emocional com o outro nos bebês (RAMIRES, 2002). A compreensão crescente de emoções e habilidades perceptuais também se desenvolve e potencializa o conhecimento das crianças e adolescentes sobre seus próprios atributos pessoais e das outras pessoas. Esse desenvolvimento inclui, ainda, o conhecimento das causas do comportamento e a compreensão das relações sociais que acabam por implicar no reconhecimento de relações recíprocas como a amizade e os julgamentos morais.

Já em termos de desenvolvimento atípico, falhas no processamento sociocognitivo humano podem ser observadas em alguns transtornos mentais mais graves, como a esquizofrenia, os transtornos do espectro autista, transtornos da personalidade e na síndrome de Williams-Bauren (MECCA, DIAS e BERBERIA, 2016). Compreender os mecanismos envolvidos nas falhas, diferenciando-os dos déficits cognitivos básicos, é fundamental não só para o desenvolvimento de estratégias de investigação das disfunções cognitivas sociais, mas também para o desenvolvimento de programas de intervenção terapêutica (MONTEIRO e LOUZÃ, 2007).

Através da variável sociocognitiva, é possível considerar tanto as habilidades e competências que são típicas do desenvolvimento, como situações que destoam do esperado

(clínicas) no contexto de interação da pessoa com o meio social em que está inserida. Esse meio faz parte do escopo da ironia enquanto estrutura comunicativa.

2.1.1 Modelo conceitual de cognição social

O modelo conceitual de cognição social é um construto multifacetado que engloba diferentes domínios, como a percepção emocional (PE), a percepção social (PS), a Teoria da Mente (ToM) e o estilo de atribuição (EA) (COMBS et al., 2009; COUTURE, PENN e ROBERTS, 2006; GREEN et al., 2008; PENN, SANNA, e ROBERTS, 2008; PINKHAM et al., 2014). O primeiro componente, PE, se refere à capacidade de perceber emoções a partir das expressões faciais e dicas não faciais, tais como o tom de voz, bem como compreendê-las e gerenciá-las (MAYER et al., 2001). Já o segundo componente, PS, envolve decodificar, interpretar dicas sociais e compreender o contexto social. Para tal é necessário o conhecimento das regras sociais, suas funções e objetivos até como estes aspectos influenciam e modulam os comportamentos das pessoas (PENN et al., 2002). O terceiro componente, ToM, é utilizado para se referir a um sistema de inferências responsável pela compreensão das intenções, disposições ou crenças dos outros e de si mesmo (BARON-COHEN, 1997). Este sistema nos permite entender que o estado mental do outro difere dos nossos próprios (SODIAN e THOERMER, 2008). Por fim, o último componente, EA, é compreendido pelas declarações causais (atribuições) que indivíduos realizam acerca dos acontecimentos ou comportamentos dos outros. As atribuições possuem valência positiva ou negativa e direção externa (a outras pessoas), interna (a si mesmo) e a situações ou fatores ambientais (GREEN et al., 2008).

Fica evidente a associação entre compreensão de ironia verbal e a CS, uma vez que algumas habilidades previstas para o sucesso da primeira dependem do desenvolvimento e expressividade da segunda. Souza e Villa (2013) pontuam que a compreensão de ironia depende necessariamente de uma cognição social mais avançada; em especial, da capacidade de compreender que o falante deseja que seu interlocutor tenha uma representação distinta e, na maioria das vezes, contrária ao que foi dito. Neste ponto, os diferentes domínios da CS (PE, PS, ToM, EA) podem estar associados ou até mesmo sobrepostos aos domínios que compõem a variante sociocomunicativa. Antes de nos determos à exploração sociocomunicativa, vamos colocar em evidência um construto componente da CS e extremamente representativo na compreensão de ironia verbal, isto é, a ToM.

2.1.2 Teoria da Mente

A capacidade de atribuir estados mentais como pensamentos, crenças, desejos e sentimentos a si mesmo e aos outros inicia no decorrer dos quatro primeiros anos de vida (ASTINGTON e BARRIAULT, 2001; TOMASELLO et al., 2005) e se constitui numa estrutura conceitual denominada Teoria da Mente. Essa habilidade de teorizar sobre a própria mente e a dos outros ocorre nas relações cotidianas e nos permite prever e explicar o comportamento dos outros através de uma referência aos seus estados mentais (ASTINGTON e BARRIAULT, 2001). A designação de ToM foi inicialmente proposta por Premack e Woodruff (1978) e atualmente se traduz num importante marco no desenvolvimento sociocognitivo infantil, integrando o contexto de habilidades e competências inerentes à CS.

Desde sua aceção inicial, a ToM se constitui em um sistema de inferências onde uma pessoa é capaz de teorizar sobre não só os seus próprios estados mentais, mas também dos outros (que pode ser da mesma espécie ou de outra). Ainda, esse sistema de inferências é considerado como uma teoria porque esses estados não são observáveis diretamente e porque o sistema pode ser usado para fazer previsões sobre o comportamento de outros organismos (PREMACK e WOODRUFF, 1978).

Astington (2000) sugere que há uma relação muito próxima entre o desenvolvimento de ToM em crianças ocidentais e as habilidades da linguagem e da metalinguagem. Essas habilidades, de acordo com a autora, são metarepresentacionais e repousam sobre a linguagem permitindo à criança representar uma crença falsa em oposição à representação obtida através do contexto. Astington (2000) ainda sugere há uma forte dependência do meio sociocultural onde a criança está inserida e as representações oriundas da metalinguagem. Assim a variabilidade observada nos desempenhos das crianças em vários estudos poderia ser atribuída ao desenvolvimento da competência linguística. Inclusive, a autora salienta que essa relação de causalidade ocorreria num sentido unidirecional uma vez que o desenvolvimento linguístico promoveria o desenvolvimento da ToM.

A ToM pode ser acessada através de seu paradigma clássico proposto por Baron-Cohen, Leslie e Frith, (1985) que remete à crença falsa: a tarefa *Sally-Anne*. Leslie (1988) sugere que essa tarefa permite elencar três diferentes características: o conteúdo (refere o assunto sobre o estado mental), a atitude (indica se o conteúdo é esperado, desejado, etc.) e o sujeito (a pessoa que possui uma atitude sobre o conteúdo). Por exemplo, na tarefa, Sally (sujeito) acredita (atitude) que a bola de gude está dentro da cesta (conteúdo). Leslie (1988) considera, que para interpretar corretamente a situação, é necessário que a pessoa consiga manipular uma série de

modelos contraditórios da realidade e definir qual deles deverá ser considerado como modelo alternativo. Há, ainda, outros determinantes que acabam por influenciar no desempenho da tarefa, que se relacionam como o conhecimento de mundo que a pessoa possui, os aspectos linguísticos e o tipo de inferência requerida pela tarefa (HALFORD, 1993). Nas tarefas que avaliam a percepção da crença falsa, o ponto em que está o observador referencia a amplitude dos movimentos de atribuição de disposição ou estado mental entre os elementos do contexto.

Roazzi e Santana (1999) ponderam que é possível existir uma diferença na perspectiva e no movimento de atribuição quando se solicita ao respondente da tarefa de crença falsa que dê sua opinião sobre a atitude de algum personagem da cena e o que ele pensa sobre o ocorrido. Uma perspectiva sugere que, quando se solicita ao respondente que ele fale a sua opinião sobre a cena, não se espera nem se almeja necessariamente que ele tenha certeza absoluta sobre a resposta, já que o respondente não está no lugar dos personagens da situação, mas sim na posição de quem observa a situação. Neste caso, o participante apenas fornece sua opinião. Uma outra perspectiva considera que o participante fale sobre aquilo que ele estima que o outro pensa, requerendo um elevado grau experiencial sobre o que ocorre na mente do outro. Assim, além de dar sua opinião, o participante é levado a regular sua resposta na tentativa de se colocar o mais próximo possível da verdade do outro (ROAZZI e SANTANA, 1999). Esse processo de atribuir um conteúdo mental pelo respondente de uma tarefa de crença falsa pode variar através da distância entre um salto e outro considerado através da ToM de primeira ordem (ToM1) e da ToM de segunda ordem (ToM2). Na ToM1, Wimmer e Perner (1983) sugerem que o respondente da tarefa deve ter a habilidade de atribuir uma crença falsa a um personagem da cena. Já a ToM2, de acordo com Coull, Leekman e Bennet (2006), o respondente da tarefa deve ser capaz de atribuir uma crença a um personagem sobre a crença de um terceiro personagem envolvido na cena. Esses saltos de atribuição variam em complexidade evidenciando um caráter temporal na ordem de aquisição, já que a ToM1 antecede o surgimento da ToM2. Os processos inferenciais envolvidos na ToM1 são observados a partir dos quatro anos de idade, como sugerem alguns estudos (WIMMER, GRUBER, e PERNER, 1983; WIMMER e PERNER, 1983). Já a ToM2 fica evidenciada a partir dos seis ou sete anos de idade (PERNER e WIMMER, 1985).

Souza e Villa (2013) sugerem que, para alguém conseguir detectar e compreender a ironia em uma interação verbal, é preciso ter uma representação mental da representação do seu interlocutor sobre os seus próprios estados mentais (intenções, crenças e emoções). Como as representações mentais estão associadas com a habilidade de ToM e seus saltos de

atribuição de significados, se infere que a compreensão da ironia verbal pode ser correlacionada com a idade dos interlocutores. Isso será considerado durante o processo de elaboração dos itens que compõem a TCIV, em que se têm participantes que vão desde a faixa etária mais baixa na expressão da habilidade desse construto (crianças) até aqueles que já possuem o construto bem desenvolvido (adultos). Essa variação contribui para reunir indicadores de validade de conteúdo da TCIV uma vez que abarca diferentes momentos e variações na aquisição de habilidades diretamente relacionadas.

Em se tratando da relação entre a linguagem e a ToM, se observam alguns elementos linguísticos envolvidos nas habilidades intrínsecas à ToM, isto é, os recursos sintáticos, semânticos e pragmáticos (DE VILLIERS e PYERS, 2002; SOUZA, 2008). Isso nos remete à segunda variável envolvida na compreensão da ironia verbal assumida neste trabalho.

2.2 Variável sociocomunicativa

Algumas definições operacionais são necessárias neste momento e para isso iniciaremos a caracterização de três importantes construtos: sintaxe, semântica e pragmática. O desenvolvimento do recurso da sintaxe é responsável por fornecer à criança diferentes estruturas de representação, propiciando a capacidade de compreender a sequência correta das palavras que estruturam uma frase, depreendendo o conteúdo da conversação (DELGADO e MORENO, 2009). O recurso semântico é aquele que propicia o entendimento do significado dos vocábulos e podem ser identificados em conversações que remetem estados mentais através de termos como “sentir”, “querer”, “achar”, “pensar”, por exemplo, que direcionam a criança para diferentes concepções semânticas entre eles (DELEAU, MALUF e PANCIERA, 2008). O recurso pragmático se relaciona com um conjunto de habilidades que a criança necessita para compreender determinado assunto. Esse conjunto de habilidades, conforme Panciera et al. (2008) é denominado de compreensão conversacional e reúne em si um repertório de habilidades como reconhecer a quem dirigir uma pergunta, resposta ou saudação, saber informar sobre algo desconhecido, inclusive ter a habilidade de fazer contribuições que acrescentem algo ao assunto em questão, quando questionada. Panciera (2008) ainda sugere que a compreensão conversacional permite que a criança assuma uma perspectiva de protagonista ao compartilhar e considerar crenças comuns, além de distinguir entre crenças e perspectivas próprias e alheias. Dessa forma, o componente linguístico que demonstra se aproximar da ToM é a pragmática, dada a importância de se reconhecer e compreender as intenções comunicativas (ROCHA, 2012). Apesar de não se restringir a estas,

a discussão que este estudo apresentará parte de considerações oriundas dos domínios da pragmática inerentes aos processos da linguagem.

A intenção comunicativa presente nas trocas conversacionais, enquanto fenômeno pragmático, sugere indiretamente uma importante camada da ironia verbal e inicia a caracterização dos limites operacionais deste construto. Sperber e Wilson (1995) trazem a perspectiva da intenção informativa, que carrega em si o propósito de transmitir determinados conteúdos através de um enunciado. Dessa forma o falante, ao proferir um enunciado, tem a intenção de difundir determinada informação em detrimento de outras que seriam igualmente possíveis. Cabe ao interlocutor, então, interpretar o enunciado linguístico na tentativa de compreender qual a intenção informativa pretendida. Dentre as diversas possibilidades de interpretação de um enunciado, alguns marcadores auxiliam para que haja a compreensão pretendida pelo emissor.

Goldnadel (2019) apresenta a importância da identificação de variáveis que contribuem para a determinação do contexto em que ocorre o enunciado linguístico. O autor considera que as determinações influenciadoras que tornam possível acessar o sentido de um enunciado linguístico podem ser de ordem temporal, espacial, discursiva, interpessoal e cultural. Ressalta, ainda, a complexidade que existe na interação entre intenções, reconhecimento de intenções, planos, reconhecimento de planos, reconhecimento de elementos contextuais, e o reconhecimento do caráter mútuo dos elementos contextuais.

Podemos considerar neste ponto do trabalho o enunciado irônico como o elemento do contexto que restringe nossa análise envolvendo a intenção informativa e sendo o veículo para a intenção comunicativa. Emergem, então, as concepções sobre o significado do enunciado e da intenção do enunciador. Operacionalmente, temos o significado do enunciado tomado como seu significado literal em conjunto com a intenção do enunciador resultando na ideia que o enunciador procura transmitir. A capacidade de compreender o significado inferido pela pessoa que fala, isto é, compreender a intenção do enunciador, é o que define a competência pragmática e se configura no ponto central da variável sociocomunicativa considerada neste estudo.

Austin (1962) propôs que a linguagem possui uma função de ação. Assim, ao falar, se realiza um ato e não uma função descritiva. Isso consiste na noção de que dizer alguma coisa significa fazer alguma coisa, ou seja, realizar um ato, visto que cada fala é na realidade uma ação prática (PANCIERA e ROAZZI, 2010). Num enunciado como “eu juro que não disse nada”, o juramento realiza-se no ato de dizer “eu juro” e não há possibilidade de realizar este

ato senão enunciando-o. Um outro exemplo pode ser visto em “eu vos declaro marido e mulher”, dito por um padre em uma durante uma cerimônia de casamento. De acordo com a Teoria dos Atos de Fala proposta por Austin, a afirmação “eu vos declaro marido e mulher” se configura como um ato performativo que ocorre não só no enunciado, mas nas circunstâncias de enunciação adequadas. Se o pai da noiva dissesse “eu vos declaro marido e mulher” na cerimônia de casamento, este ato de fala não seria falso, mas seria nulo, uma vez que o enunciador não é conveniente já que apenas o padre, durante do casamento, pode casar os noivos. Sendo assim, o performativo não se realizaria e os noivos não poderiam selar a sua união diante da Igreja. Ainda como exemplo temos o que ocorre no ato de fala “como está frio aqui dentro!”, dito por alguém ao entrar em uma sala fria que está com uma janela aberta. Aqui, a intenção é fazer com que a janela seja fechada sem requerer diretamente esse pedido. A Teoria dos Atos de Fala coloca em evidência o caráter performativo do enunciado e será de considerável importância para a estrutura dos itens da TCIV.

Considerando uma outra perspectiva da pragmática da linguagem, temos em Grice (1975) os pressupostos que sustentam a ocorrência de uma distinção entre o significado de um enunciado e a intenção do enunciador. Com isso, fica em evidência que através da linguagem é possível comunicar mais do que aquilo que está na significação de um enunciado, uma vez que, pela fala, são comunicados outros conteúdos implícitos. Por exemplo, quando alguém diz “são oito horas” a alguém que está se aprontando para sair, ele não está fazendo uma simples constatação sobre o que marca o relógio, mas sim dizendo: “apresse-se, vamos chegar atrasados” (FIORIN, 2008). É possível depreender daí a importância de se reconhecer a intenção comunicativa, ou seja, o reconhecimento da intenção de tornar algum estímulo manifesto, para que o interlocutor saia em busca de uma intenção informativa, isto é, do conteúdo que o falante pretendeu veicular com o estímulo que produziu (GOLDNADEL, 2019).

Os pressupostos trazidos por Austin e Grice são rotineiramente referenciados nas diferentes abordagens que fundamentam a ironia verbal. Assim como os pressupostos trazidos por Austin, os encontrados em Grice também serão considerados neste estudo durante a composição da estrutura do ato de fala irônico da TCIV. Além disso, como um enunciado linguístico pode adquirir sentidos bastantes distintos apenas pela consideração do que poderia ser a intenção do falante (GOLDNADEL, 2019), este trabalho assume como um de seus desafios a possibilidade de referenciar para qual sentido do enunciado a intenção

comunicativa do emissor aponta. Isso poderá ser observado através do padrão de respostas dos participantes nos itens que compõem a TCIV.

3 O DESENVOLVIMENTO DE INSTRUMENTOS PSICOMÉTRICOS

A elaboração da TCIV foi psicometricamente orientada a partir da Resolução 09/2018, normatizada pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2018), que é um dos avanços técnicos e metodológicos disponíveis para a comunidade científica brasileira. Essa resolução é fruto do aprimoramento da função regulatória do SATEPSI – Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos, instância administrativa do CFP, e clarifica os limites operacionais da avaliação de funções psicológicas bem como seus instrumentos de acesso.

A avaliação psicológica é um procedimento estruturado aplicado à investigação de fenômenos psicológicos como a estrutura e funcionamento da personalidade, memória, atenção, funções executivas, orientação, e linguagem dentre outros. Sua composição envolve diferentes métodos, técnicas e instrumentos, com o objetivo de prover informações à tomada de decisão, no âmbito individual, grupal ou institucional com base em demandas, condições e finalidades específicas (CFP, 2018). Dentre os dispositivos utilizados em uma avaliação os testes psicológicos, ocupam lugar de destaque e podem ser encontrados na forma de inventários escalas, questionários e métodos projetivos/expressivos. No escopo de atribuições de um teste psicológico se evidenciam os objetivos de identificar, descrever, qualificar e mensurar características psicológicas, por meio de procedimentos sistemáticos de observação e descrição do comportamento humano, nas suas diversas formas de expressão, acordados pela comunidade científica (CFP, 2018). Cabe ao profissional que utilizará o instrumento em diferentes contextos (clínico, de pesquisa acadêmica, escolar e etc.) o julgamento da adequabilidade, que deve considerar uma série de parâmetros para além dos objetivos do instrumento, quer sejam os estudos de calibragem psicométrica do teste.

As propriedades psicométricas do instrumento se relacionam diretamente com a qualidade dos resultados que podem ser obtidos através dele, tornando necessário seguir cuidadosamente as etapas de construção de um instrumento. A fundamentação teórica utilizada na elaboração de um teste deve 1) contemplar a definição operacional do construto, 2) apresentar uma revisão clássica e atualizada da literatura científica sobre o construto/instrumento, especialmente as evidências empíricas existentes e 3) a revisão da

literatura científica deve sustentar e a utilidade do construto/instrumento para os propósitos e contextos declarados no manual de uso do instrumento (CFP, 2018). O pesquisador, ao se certificar desses critérios, ampara a consistência do instrumento em fundamentos teóricos bem estabelecidos e que contribuem para a validade dos resultados obtidos com o uso do teste.

O desenvolvimento de instrumentos de avaliação psicométrica é regido, principalmente, por dois dispositivos: fidedignidade e validade. A fidedignidade se relaciona com diferentes aspectos do teste, e todos eles se referem ao quanto os escores do sujeito se mantêm estáveis e ao quanto esses escores se aproximam da característica ou habilidade mensurada. Por exemplo, a precisão teste-reteste, a precisão de formas alternativas e a precisão de consistência interna são procedimentos e indicadores de acurácia e sensibilidade do instrumento (PASQUALI, 2001).

Já a validade refere-se ao quanto o teste é legítimo em relação àquilo que se mede, considerando o grau em que as evidências e a teoria corroboram a interpretação dos escores de um teste obtidos pelo seu uso proposto (PACICO e HUTZ, 2015). Ainda de acordo com os autores, não há uma fonte única de evidência de validade que seja suficiente para dar conta de todos os aspectos que precisam ser considerados para se admitir que a validade foi alcançada. O processo de validação de um instrumento psicométrico é marcado pela constante verificação e sistematização e evidências que sustentam a estabilidade temporal do construto a partir da forma como é mensurado, através de um processo longitudinal de busca por evidências de legitimidade (PASQUALI, 2009).

Segundo o *Standards for Educational and Psychological Testing* (AERA, 2014) a análise do relacionamento entre o conteúdo dos itens do teste e o construto que se pretende medir origina as evidências de validade baseadas no conteúdo no teste. Já a análise do quanto os itens do teste constituem amostras do domínio que se pretende avaliar constituem as evidências baseadas no construto do instrumento. Este trabalho coloca em evidência a composição dos indicadores de validade de conteúdo da TCIV como parte do processo de estabelecimento dos parâmetros da validade do construto da referida tarefa.

3.1 Validade de construto

Validade de construto é a extensão da medida de um teste (ANASTASI e URBINA, 2000). O processo de validação do construto ocorre pelo acúmulo gradual de informações que provêm de diversas fontes (ANASTASI e URBINA, 2000; COHEN et al., 2014). Aspectos

como homogeneidade do teste (os itens são todos da mesma variável?), a análise da variação dos escores no teste (variam conforme idade, distribuição em grupos, conforme o previsto nas hipóteses?) e a correlação do construto com outras variáveis (evidências de validade discriminante e convergente) são utilizadas para salvaguardar as evidências de validade de construto do teste (PACICO e HUTZ, 2015).

As relações teóricas também são frequentemente utilizadas como evidência de validade de construto (WESTEN e ROSENTHAL, 2003). Urbina (2004) enfatizou que, além dos estudos de correlação com outras medidas, a validade de um instrumento também considera que ele deve medir o construto de forma precisa e confiável.

3.2 Validade de conteúdo

A validade de conteúdo apresenta indicadores sobre a aproximação do instrumento com o construto teórico que está sendo avaliado, isto é, se ele abrange os diferentes aspectos do fenômeno que se propõe a mensurar. Não é necessário que se tenha uma determinação estatística, já que não é apresentada impreterivelmente através de um coeficiente de correlação, mas sim através do julgamento da adequação através de determinados indicadores. Estes indicadores podem ser obtidos, por exemplo, através da análise de diferentes examinadores especialistas que vão sugerir a representatividade dos itens em relação às áreas de conteúdo e à relevância dos objetivos a medir (RAYMUNDO, 2009).

Um teste apresenta validade de conteúdo, denominado por Pasquali (2001) como domínio, se ele abarca uma amostra representativa de um universo finito de comportamentos. Algumas especificações são necessárias: a) definição do conteúdo, b) explicitação dos processos psicológicos (os objetivos) a serem avaliados e c) determinação da proporção relativa de representação no teste de cada tópico de conteúdo (PASQUALI, 2001).

Na avaliação técnica da qualidade da validade, a Resolução 09/2018 (CFP, 2018) ressalta que os resultados dos estudos de validade devem ser suficientes para indicar evidências favoráveis à validade das interpretações pretendidas. Para isso, tem-se sistematizados os diferentes tipos de validade em diferentes e correspondentes métodos de avaliação da qualidade. As evidências de validade baseadas na análise do conteúdo (ou domínio) são consideradas a partir da a) qualidade da representação do conteúdo ou domínio, b) consulta, por meio de procedimento sistematizado, a juízes e c) de coeficientes de análise (Kappa, correlação, coeficiente de validade de conteúdo, dentre outros). Por outro lado, as evidências

baseadas na estrutura interna são avaliadas da apresentação, que é indispensável, de um estudo relacionado à verificação da estrutura interna do teste. Este procedimento pode ser verificado através de análise fatorial exploratória, análise fatorial confirmatória, modelagem de equação estrutural e/ou estudo de invariância (DIF, Multigrupos, *Mixture Models*, etc).

Para favorecer a qualidade dos indicadores de validade, é necessário ter um cuidado especial com o elemento que reduz, reflete e operacionaliza o construto teórico do instrumento, isto é, o item. As normativas técnicas que orientam o processo de elaboração de itens para tarefas psicométricas serão descritas a seguir.

3.3 Elaboração de itens para testes quantitativos

Por se tratar dos fundamentos estruturantes de um instrumento, alguns parâmetros foram desenvolvidos para realizar a análise dos itens de testes psicométricos. Pasquali (2001) divide a análise da qualidade dos itens em dois tipos: teórica e empírica ou estatística.

3.3.1 Análise teórica dos itens

Neste parâmetro, juízes determinam a compreensão dos itens (chamada de análise semântica) e, também, o quanto o item se aproxima da definição operacional do construto já realizada (análise de juízes). Este procedimento de analisar o quanto o item se aproxima do construto que o teste almeja mensurar é denominado de análise de construto. De uma forma um pouco mais específica, a análise de construto busca referendar o quão adequados estão os itens ao representar o fenômeno medido pelo próprio item, aproximando o resultado do teste com a teoria que o embasa.

Ainda de acordo com Pasquali (2001), a análise semântica possui os objetivos de verificar a adequação da inteligibilidade do item de acordo com a estratificação da população-alvo a partir da habilidade (mais baixa). Em função disto, uma análise deve ser feita com este estrato da amostra. Em contrapartida, um estrato da amostra deve ser investigado também a partir da habilidade (mais alta) para observar a elegância da formulação dos itens. Ao investigar como os itens se portam em uma amostra específica, considerando seus extremos (habilidades mais baixas e habilidades mais altas) referenciados na literatura, é possível extrair indicadores de validade aparente (ou validade de face) do teste.

3.3.2 Análise empírica dos itens

Nesta etapa da análise, é necessário que os itens sejam aplicados em uma amostra de sujeitos para, então, ser possível observar através de análises estatísticas como os itens se portam. Não se considera primariamente nesta etapa o fenômeno que está sendo avaliado, mas sim indicadores que remetem à estrutura dos itens. Esses indicadores podem ser extraídos através da dificuldade e da discriminação dos itens, conforme Pasquali (2001).

Neste ponto do trabalho, antes de apresentar o instrumento geral, o COMFIGURA, uma retomada é necessária. Para cumprir seus objetivos, este estudo considera e buscará elaborar evidências de validade baseadas na análise do conteúdo. Essas evidências serão consideradas a partir da qualidade da representação do conteúdo e obtidas através da análise semântica e empírica dos itens.

4 TESTE DE COMPREENSÃO DE LINGUAGEM FIGURADA - COMFIGURA

O Teste de Compreensão de Linguagem Figurada (COMFIGURA) é um instrumento que se destina a avaliar a linguagem não literal e é constituído por cinco tarefas: *Tarefa de Compreensão de Metáforas Primárias*, *Tarefa de Compreensão de Expressões Idiomáticas*, *Tarefa de Compreensão de Metonímias*, *Tarefa de Compreensão de Provérbios* e *Tarefa de Compreensão de Ironia Verbal*. As duas primeiras tarefas já foram desenvolvidas e validadas (SIQUEIRA, 2004; SIQUEIRA e LAMPRECHT, 2007; SIQUEIRA e MARQUES, 2018), as outras três tarefas encontram-se em diferentes etapas de elaboração e validação.

O instrumento foi concebido a fim de ser utilizado em contextos como o escolar, clínico e de pesquisa, com aplicação intuitiva e prática. O COMFIGURA está sendo construído na rotina do grupo METAFOLIA – Estudos em Semântica Cognitiva, coordenado pela Profa. Dra. Maity Siqueira, cuja equipe é composta por duas estudantes de doutorado, três de mestrado e duas graduandas bolsistas de iniciação científica. O grupo é vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Há uma preocupação em padronizar as características dos itens entre as cinco diferentes tarefas, buscando contribuir para a estabilidade da estrutura interna do COMFIGURA. Esse delineamento foi adotado para dar continuidade ao modelo de Siqueira (2004), no *Tarefa de Compreensão de Metáforas Primárias*, já validado. Dessa forma, para cada item foram elaboradas duas perguntas, uma aberta e uma fechada, além de manter uma estrutura equivalente em relação ao número de itens para cada tarefa, ao tipo de sentença, aos tipos de perguntas e à ausência de contexto nas sentenças. A seguir serão apresentadas as cinco tarefas que compõem o teste, com algumas particularidades.

4.1 Tarefa de Compreensão de Metáforas Primárias

A *Tarefa de Compreensão de Metáforas Primárias* foi primeiramente desenvolvida por Siqueira (2004), tendo em sua amostra normativa participantes com desenvolvimento típico (falantes de inglês americano e português brasileiro como língua materna), participantes diagnosticados com autismo (LEON et al., 2007), composto de uma tarefa verbal e de uma tarefa não verbal (SIQUEIRA e LAMPRECHT, 2007). A forma verbal busca identificar a compreensão de metáforas na língua oral, ao passo que a forma não-verbal busca identificar a compreensão dos mapeamentos conceituais.

QUADRO 1: Exemplo de item da tarefa verbal de compreensão de metáforas primárias

Metáfora primária	Item	Perguntas	Diretrizes para correção
A FELICIDADE É PARA CIMA	Lúcia está se sentindo para cima.	1) Como será que a Lúcia está se sentindo? 2) Ela está feliz ou triste?	1) Bem, feliz, alegre, contente, nas nuvens (qualquer emoção de valência positiva). 2) Feliz.

Fonte: Grupo METAFOLIA.

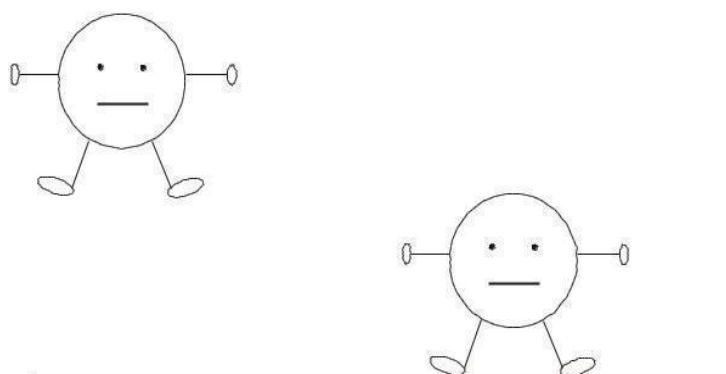
Acima, tem-se um exemplo de item da tarefa verbal (Quadro 1). O sistema de escore e as orientações para a correção das respostas têm como parâmetro os dados da tese de doutorado de Siqueira (2004). No Quadro 2, abaixo, apresenta-se um exemplo da tarefa não verbal.

QUADRO 2: Exemplo de item da tarefa não verbal de compreensão de metáforas primárias

Metáfora primária	Item	Perguntas	Diretrizes para correção
A FELICIDADE É PARA CIMA	1) Aponte para o Duni mais feliz.	2) Por que ele é o mais feliz?	1) Duni mais pra cima. 2) Porque está mais para cima, pulando, nas nuvens, alguma menção à altura do boneco (ex: maior na página).

Fonte: Grupo METAFOLIA.

Esta versão da tarefa era apresentada acompanhada pela imagem abaixo (Figura 3).

FIGURA 3: Imagem para aplicação da tarefa não verbal

Fonte: Grupo METAFOLIA.

4.2 Tarefa de Compreensão de Expressões Idiomáticas

A *Tarefa de Compreensão de Expressões Idiomáticas* foi elaborada por Siqueira e Marques (2018), tendo em sua amostra normativa participantes com desenvolvimento típico, falantes do português brasileiro como língua materna. Da mesma forma que a tarefa anterior, o instrumento de compreensão de expressões idiomáticas é composto de seis itens na forma de sentenças, cada um seguido de duas questões, sendo a primeira uma pergunta aberta e a segunda uma pergunta fechada (duas opções).

QUADRO 3: Exemplo de item da tarefa de compreensão de expressões idiomáticas

Expressão idiomática	Item	Perguntas	Diretrizes para correção
Quebrar um galho	Luisa quebrou um galho para a Carol.	1) O que a Luisa fez para a Carol? 2) Ela ajudou ou atrapalhou a Carol?	1) Ajudou, fez algo que a outra precisava ou queria. 2) Ajudou

Fonte: Grupo METAFOLIA.

4.3 Tarefa de Compreensão de Provérbios

Mantendo a mesma estrutura das tarefas anteriores, a *Tarefa de Compreensão de Provérbios* é composta de seis sentenças, cada uma seguida de duas questões, sendo a primeira uma pergunta aberta e a segunda uma pergunta fechada (duas opções). Já que os provérbios são estruturas sentenciais, estes mesmos são os itens do instrumento. As perguntas

abertas questionam sobre o significado dos provérbios ao participante, diferentemente dos instrumentos anteriores que mencionam o sujeito citado na frase. As perguntas fechadas seguiram o mesmo modelo dos instrumentos anteriores (duas opções). Semelhante aos outros fenômenos, os provérbios apresentam-se descontextualizados.

QUADRO 4: Exemplo de item da tarefa de compreensão de provérbios

Provérbio/Item	Perguntas	Diretrizes para correção
Em boca fechada, não entra mosca.	1) O que isso quer dizer? 2) O ditado quer dizer que é melhor falar ou ficar quieto?	1) Manter-se em silêncio; não falar demais; não se intrometer; cuidar o que se fala. 2) Ficar quieto.

Fonte: Grupo METAFOLIA.

4.4 Tarefa de Compreensão de Metonímias

Da mesma forma que as outras tarefas, *Tarefa de Compreensão de Metonímias* (SIQUEIRA et al., submetido) é composto de seis sentenças, cada uma seguida de duas questões, sendo a primeira uma pergunta aberta e a segunda uma pergunta fechada (duas opções). Semelhante à metáfora, as metonímias apresentam-se descontextualizadas.

QUADRO 5: Exemplo de item da tarefa de compreensão de metonímia

Metonímia	Item	Perguntas	Diretrizes para correção
CONTINENTE PELO CONTEÚDO	Ele bebe duas garrafas inteiras sozinho.	1) O que será que ele está bebendo? 2) Será que ele está bebendo a garrafa ou o que está na garrafa?	1) A bebida que está na garrafa. 2) O que está na garrafa.

Fonte: Grupo METAFOLIA.

4.5 Tarefa de Compreensão de Ironia Verbal

A TCIV possui um escopo de atributos específicos que a distingue dentre as outras tarefas do teste COMFIGURA, sugerindo que provavelmente (quando do início da

elaboração) alguns ajustes na estrutura dos itens precisariam ser feitos. Definitivamente (quando do final da elaboração), os ajustes tanto na estrutura dos itens, nas perguntas, como no sistema de escore tiveram de ser realizados. Buscando contribuir para o corpo de evidências de validade de conteúdo da TCIV, a seguir será demonstrado o processo de elaboração dos itens, das perguntas e a proposta para o sistema de correção, regulados pelos pressupostos psicométricos através do prisma da psicolinguística.

5 ESTUDO PILOTO 1

O primeiro estudo piloto teve como objetivo principal observar a adequação de 15 itens desenvolvidos para a avaliação da compreensão de ironia verbal. Considerou-se a coerência e assertividade das instruções para a aplicação, o tempo de aplicação, a forma como os itens são apresentados ao participante (se com presteza ou se com dificuldades técnicas), a forma como o participante responde ao item (se solicita ao examinador instruções adicionais ou repetições), se foram encontradas variações não previstas nas respostas esperadas dos participantes, se o sistema inicial de escore é estável a partir da uniformidade das correções, se os itens comportam uma variabilidade de dificuldade (evitam efeito de chão ou de teto) e se as análises dos itens demonstram alguma correlação entre os diferentes subtipos de ironia. Também verificamos a percepção dos participantes ao término da aplicação do instrumento (se acharam fácil ou difícil), fenômenos não controlados que possam interferir (como os participantes saberem se tratar de um teste de ironia antes de responder ao mesmo), se os avaliadores encontraram algum imprevisto no transcorrer da aplicação e as impressões qualitativas dos examinadores.

5.1 Marco teórico da Tarefa de Compreensão de Ironia Verbal

A definição operacional do construto da ironia verbal foi considerada a partir de uma gama de estruturas teóricas. Estas diferentes acepções teóricas, descritas a seguir, foram consideradas para compreender as nuances do fenômeno, elaborar os itens de estímulo e determinar as respostas esperadas.

5.1.1 A visão tradicional da ironia

A perspectiva tradicional da ironia verbal coloca a compreensão do fenômeno dentro de um espectro que a distingue entre significados explícitos (ditos) de implícitos (inferidos). Inerente a essa definição tradicional de ironia está a suposição de que as duas partes do significado irônico, tanto o que é dito como o que está implícito, são caracterizadas pela inversão; isto é, o significado implícito de um enunciado irônico é o oposto do significado aparente do enunciado (CLARK, 1996). De acordo com Grice (1975, 1978) e Searle (1993[1979]), os ouvintes devem comparar a estrutura da superfície de enunciados irônicos com a informação contextual disponível e, subsequentemente, inferir que a intenção comunicativa do falante é oposta ao que foi realmente dito.

Uma das hipóteses mais comumente criticadas é que aqui a ironia é compreendida através de inferências relacionadas ao oposto do significado literal de um enunciado (GIBBS e O'BRIEN, 1991; GIORA, 1995; KUMON-NAKAMURA et al., 1995). Tomemos como exemplo a situação em que Ana está contando para um amigo sobre sua vizinha, que rotineiramente pede emprestado ingredientes de cozinha e nunca se preocupa em repor ou devolver. Se o amigo faz um comentário irônico como “eu gostaria muito de ter uma boa vizinha como a sua”, a interpretação oposta do comentário de acordo com a visão tradicional da ironia poderia ser “eu não gostaria de ter uma boa vizinha como a sua” ou “eu gostaria de ter uma vizinha ruim como a sua”. Como se pode observar, nenhuma interpretação reflete a real intenção comunicativa do amigo de Ana, que é expressar que sua vizinha não é muito boa e só se preocupa em pedir, mas nunca em devolver ou retribuir. Como Gibbs e O'Brien (1991) notaram, o oposto do significado literal de uma sentença e a real intenção comunicativa de um falante são muitas vezes difíceis de determinar.

A visão tradicional da ironia comporta estruturas teóricas que não foram essencialmente elaboradas para fundamentar as falas irônicas, mas estão intrinsecamente relacionadas à forma de se compreender o fenômeno da ironia. Esses são as implicaturas e os atos de fala.

5.1.2 O princípio colaborativo de Paul Grice

Temos em Grice (1975) uma das estruturas teóricas que não foram elaboradas para a conceitualização da ironia verbal, mas que desempenham uma importante função e exemplificam o caráter multidimensional do dispositivo da ironia. O pressuposto sustenta que a cooperação dos indivíduos engajados na comunicação verbal deve ser baseada em princípios informativos, verdadeiros e relevantes. Especificamente, os interlocutores concordam com o princípio cooperativo seguindo quatro máximas: 1) quantidade - a contribuição conversacional deve ser tão informativa quanto necessária, isto é, que seja nem mais nem menos informativa do que aquilo que é fundamental para os objetivos de uma interação verbal; 2) qualidade - a contribuição conversacional deve ser o mais verdadeira possível; 3) relevância - a contribuição conversacional deve ser pertinente em relação ao objetivo da conversa para que se estabeleça uma relação de pertinência entre os enunciados; e 4) modo - a contribuição conversacional deve ser ordenada, clara e breve (CLARK, 1996).

Ao compreender os atos comunicativos, os ouvintes presumem que os falantes se referem às máximas de conversação acima. Para compreender o significado daquilo que é dito, no

entanto, os ouvintes devem considerar mais do que o que é realmente dito (GRICE, 1975). O significado do falante, portanto, é, na teoria griceana, considerado composto de duas partes: o que é dito e o que está implícito. Onde se encontra essencialmente a interpretação no nível superficial de um enunciado temos “aquilo que é dito”. O que é implícito, ou a implicatura conversacional de um enunciado, pode ir além do significado da estrutura superficial, na medida em que os falantes podem pretender um efeito ilocucionário (isto é, comunicativo) que não é acessado palavra por palavra durante a análise de uma sentença. Assim temos que, por exemplo, um pedido para alguém abrir uma janela em uma sala pode ser formulado indiretamente através da pergunta: "você não acha que está quente aqui?". Segundo Grice, os falantes podem criar implicaturas conversacionais apelando diretamente para as máximas que constituem o princípio cooperativo ou deliberadamente violar uma ou mais destas máximas. Fica, então, posto que as características de liberdade situacional e da comunicação de novas informações não são atributos triviais da linguagem humana.

A ironia, como um dispositivo comunicativo comum e universal (BOOTH, 1974), viola a máxima da qualidade. O falante que faz uso deste dispositivo não pretende que o ouvinte aceite suas observações como fatos puramente verdadeiros. Em algum grau, a ironia verbal também pode violar a máxima da quantidade pois os falantes não dizem o que realmente querem dizer. Também é possível observar a ocorrência do atributo de liberdade situacional pois o falante emite uma mensagem com significado superficial que contrasta com aquele que seria esperado a partir do cenário irônico. É a partir deste ponto que se pode considerar a ironia como um dispositivo que não é explicitamente informativo, mas, sim, como um dispositivo informativo indireto (DEWS, KAPLAN e WINNER, 1995; GIORA, 1995; KREUZ e GLUCKSBERG, 1989).

A função informativa da ironia pode ser encontrada em estudos de linguistas e psicólogos como Giora (1995), Kreuz e Glucksberg (1989) e Kumon-Nakamura et al. (1995). De modo geral, os autores sugerem que a ironia retém o seu valor informativo ao fornecer aos ouvintes pistas sobre a atitude do falante que faz uso deste dispositivo de linguagem não-literal. Estas pistas devem ser relevantes marcadores do contexto no qual a ironia ocorre e deverão compor a estrutura do ato de fala irônico. A partir destas pistas depreende-se a atitude apresentada pelo falante. Assim, como o princípio cooperativo, a Teoria dos Atos de Fala é outra estrutura teórica que não foi originalmente concebida para conceitualizar a ironia verbal, mas sua relevância é indubitável.

5.1.3 Teoria dos atos de fala

A Teoria dos Atos de Fala (AUSTIN, 1965; SEARLE, 1969) entende a linguagem como uma forma de ação, onde todo dizer é um fazer (SILVA, 2005). Até então, os linguistas e os filósofos, de modo geral, consideravam que as afirmações serviam apenas para descrever um estado de coisas, e, portanto, eram verdadeiras ou falsas (SILVA, 2005). Austin (1965) questiona essa visão descritiva da língua mostrando que certas afirmações não servem para descrever, mas sim para realizar ações. Ele distinguiu dois tipos de enunciados: os constativos e os performativos. Enunciados constativos são aqueles que descrevem ou relatam um estado de coisas e que, por isso, se submetem ao critério de verificabilidade, isto é, podem ser rotulados de verdadeiros ou falsos. Já os enunciados performativos não descrevem, não relatam, nem constata absolutamente nada e, portanto, não se submetem ao critério de verificabilidade (não são falsos nem verdadeiros). Mais precisamente, são enunciados que, quando proferidos na primeira pessoa do singular do presente do indicativo, na forma afirmativa e na voz ativa, realizam uma ação (SILVA, 2005).

Austin (1965) apresenta, também, que todo ato de fala é ao mesmo tempo locucionário, ilocucionário e perlocucionário. Por exemplo, em um enunciado como “Eu prometo que levarei o lixo para fora hoje” há o ato de enunciar cada elemento linguístico que compõe a frase. Este é o ato locucionário. Paralelamente, no momento em que se enuncia essa frase, realiza-se o ato de promessa. Este, então, é o ato ilocucionário: o ato que se realiza na linguagem. Quando se enuncia essa frase, o resultado pode ser de ameaça, de agrado ou de desagrado. Trata-se do ato perlocucionário: um ato que não se realiza na linguagem, mas pela linguagem (SILVA, 2005).

Searle (1969, 1993[1979]) amplia e diferencia cinco grandes categorias de atos de linguagem, a saber:

1. os representativos (mostram a crença do falante quanto à verdade de uma proposição: afirmar, asseverar, dizer);
2. os diretivos (tentam levar o ouvinte a fazer algo: ordenar, pedir, mandar);
3. os comissivos (comprometem o falante com uma ação futura: prometer, garantir);
4. os expressivos (expressam sentimentos: desculpar, agradecer, dar boas-vindas);
5. e os declarativos (produzem uma situação externa nova: batizar, demitir, condenar).

A associação entre a estrutura sintática dos enunciados (declarativa, interrogativa, imperativa, etc.) e o seu valor ilocucionário (de asserção, pergunta, ordem, pedido, etc.) nem sempre ocorre de modo linear. Isto levou ao estabelecimento de uma outra distinção no interior da teoria: a distinção entre atos de fala diretos e atos de fala indiretos (SILVA, 2005). O ato de fala direto ocorre em sintonia com a estrutura linguística típica do ato em questão. Por exemplo, no caso de perguntas há uma entonação apropriada, as ordens e os pedidos são tipicamente apresentados de modo imperativo, as solicitações são acompanhadas por expressões como ‘por favor’, ‘por gentileza’. Já o ato de fala indireto é caracterizado através da estrutura linguística de um tipo de ato diferente, nesse caso a fala significa fazer uma coisa sob a aparência de outra coisa (SILVA, 2005). “fala é fazer uma coisa sob a aparência de outra” (AUSTIN, ano, p. XX). Por exemplo, na frase “acabou o café da térmica”, é possível observar um pedido com a aparência de uma constatação, pois quem emite a frase pode estar interessado em sinalizar para o seu companheiro que agora é a vez dele de preparar o café e não apenas comentar o fim da bebida.

É a partir deste ponto que a teoria de Grice (1975, 1978) integra novamente o raciocínio sugerindo que o processo de decodificação de um ato de fala indireto é influenciado por suas máximas conversacionais. Assim, quanto menos convencionalizado é um ato de fala indireto, mais ele necessita do contexto para esclarecer seu valor ilocutório (SILVA, 2005). Uma das principais contribuições da teoria dos atos de fala para este estudo é sua capacidade de descrever, decompor e marcar os elementos do contexto verbal (quem fala, com quem se fala, para que se fala, onde se fala, o que se fala, etc.), fornecendo importantes pistas para a compreensão dos enunciados.

Como vimos até aqui, a visão tradicional do processamento da ironia verbal apresenta o fenômeno na perspectiva de dois estágios. Inicialmente, o ouvinte calcula o significado literal do enunciado e julga a adequação ao contexto. Percebida a discrepância entre o significado literal do enunciado e o contexto, parte, então, para um segundo cálculo de significado do enunciado considerando aspectos não literais. Fazem parte, assim, da estrutura que auxilia na fundamentação teórica da compreensão da ironia verbal em dois estágios o princípio cooperativo e a teoria dos atos de fala. A seguir, serão apresentadas as estruturas teóricas que sustentam o processamento da ironia verbal em um só estágio.

5.1.4 Teorias ecoicas da ironia

De acordo com os pressupostos oriundos das teorias ecoicas da ironia, os ouvintes compreendem declarações irônicas remetendo à pensamentos, comportamentos, enunciados ou normas sociais implícitos ou explícitos (KREUZ e GLUCKSBERG, 1989; SPERBER e WILSON, 1995). Diferentemente da teoria tradicional, aqui a compreensão de enunciados irônicos envolve um processo de apenas um estágio, ao invés de dois; não é necessário que o ouvinte compreenda o significado literal de um discurso irônico para entender sua essência. A partir disso ficam sugeridos indicadores de que a compreensão da ironia verbal não é mais difícil do que a compreensão de sentenças literais (GIBBS e O'BRIEN, 1991; KREUZ e GLUCKSBERG, 1989; SPERBER e WILSON, 1995).

As contribuições teóricas dos pressupostos ecoicos trazem, também, que a principal função da ironia é revelar a atitude de um falante em relação a uma situação. O falante lembra ao ouvinte não apenas uma expectativa compartilhada ou uma norma social, mas também aquilo que deveria ter ocorrido, em oposição ao que ocorreu, em uma situação (KREUZ e GLUCKSBERG, 1989). Considerando os relatos ecoicos de ironia, a atitude de um falante é revelada através do "eco" das crenças convencionais, pensamentos individuais, preferências, etc. (KREUZ e GLUCKSBERG, 1989; KUMON-NAKAMURA et al., 1995; SPERBER e WILSON, 1995). A seguir, um exemplo de um enunciado irônico ecoico, onde o orador B se refere a uma declaração feita anteriormente pelo orador A:

A) Rafael: "Muito orégano deixa um gosto forte no molho".

Após um tempo, em um restaurante, um cozinheiro acaba colocando bastante orégano no molho, deixando-o com um gosto final muito forte.

B) Sergio: "Pelo visto acabou o orégano na cozinha do cozinheiro".

Sperber e Wilson (1995), assim como outros teóricos pragmáticos, tenderam a supor que as atitudes expressas pela ironia são essencialmente negativas por natureza. Porém, resultados sugeridos por Dews et al. (1995) sugerem que a ironia não precisa necessariamente ser percebida como negativa e pode ser usada para uma variedade de propósitos comunicativos, incluindo a transmissão de uma avaliação positiva e a obtenção de laços sociais através do humor (DEWS et al., 1995; KREUZ e GLUCKSBERG, 1989; KUMON-NAKAMURA et al., 1995; LITTMAN e MEY, 1991).

Os desdobramentos da abordagem ecoica levaram a questionamentos acerca das diferenças entre ironia e sarcasmo. Enquanto os linguistas tendem a definir atos de fala

irônicos como expressões verbais intencionalmente contrafactuais, o senso comum parece reservar as características de intencionalidade e crítica pessoal como ocorrências de sarcasmo (KREUZ e GLUCKSBERG, 1989). A importância deste conjunto de descobertas coloca em evidência os cuidados necessários para definir os construtos da ironia e do sarcasmo, na tentativa de projetar perguntas que avaliem a compreensão e a diferenciação destes atos de fala (CREUSERE, 1999).

5.1.5 Teoria pretensa da ironia

Os pressupostos ecoicos da ironia verbal incluem a suposição de que a compreensão do ato de fala implica apenas a consideração do significado que não é declarado, em oposição ao processamento do significado literal de um enunciado. Tal posição também é tomada na teoria pretensa de Clark e Gerrig (1984). Porém, existe pelo menos uma diferença importante entre as teorias ecoica e pretensa; em sua crítica à visão anterior, Clark e Gerrig (1984) observaram que nem todas as instâncias de ironia e sarcasmo envolvem a menção de um antecedente implícito, como a sabedoria popular. Dessa forma, os autores alegaram que a fundamentação ecoica da ironia é muito restritiva e, subsequentemente, tentaram fornecer uma explicação alternativa para o modo como os atos de fala irônicos são processados.

Temos aqui, de acordo com Clark e Gerrig (1984), a ironia como um ato comunicativo envolvendo duas camadas que parecem estar relacionadas à distinção de Grice entre o significado de "dito" versus "implícito". Além disso, Kreuz e Glucksberg (1989) afirmaram que, assim como as visões ecoicas, a teoria pretensa pode ser ao mesmo tempo muito poderosa e muito limitada. Mais especificamente, esses pesquisadores sugeriram que a noção pretensa pode ser aplicada a todos os atos de fala indiretos, como solicitações indiretas. Por exemplo, Kreuz e Glucksberg (1989) afirmam que, quando uma pessoa diz: "com certeza está quente aqui!", em uma sala cheia de pessoas, ela está apenas fingindo estar referenciando a temperatura quando sua verdadeira intenção é fazer com que alguém abra uma janela.

A reformulação da teoria pretensa de Clark (1996), pode ter servido para fornecer uma maneira de diferenciar entre a pretensão envolvida em solicitações indiretas versus atos comunicativos "encenados", como a ironia. Os atos comunicativos encenados são caracterizados pela propriedade do contraste, enquanto as solicitações indiretas não. No entanto, a vantagem da teoria pretensa sobre a teoria ecoica da ironia não é clara. De fato, Kreuz e Glucksberg (1989) sugeriram que um problema fundamental com a teoria pretensa é

que ela não consegue discriminar entre ironia e sarcasmo, enquanto a teoria da recordação ecoica pode fazer previsões psicologicamente testáveis sobre as duas.

Devido a problemas como esses, outras teorias de ironia foram desenvolvidas. A teoria de pretensa alusão de Kumon-Nakamura, Glucksberg e Brown (1995) incorpora aspectos de recordação ecoica (KREUZ e GLUCKSBERG, 1989; SPERBER e WILSON, 1995) e processos da teoria pretensa (CLARK e GERRIG, 1984) e será descrita a seguir.

5.1.6 Teoria da pretensa alusão

Os resultados apresentados por Kumon-Nakamura et al. (1995) reconheceram que nem todas as declarações irônicas envolvem claramente menção ou lembrança ecoica. Para explicitar este ponto, os autores observaram que a ironia pode ser expressa através de cinco maneiras (tipos), a saber:

- a) afirmação contrafactual: “está um belo dia para ir ao parque hoje”, quando está chovendo;
- b) afirmação verdadeira: “você certamente é forte”, para um homem que levanta uma caixa enorme, a deposita em uma mesa que depois quebra;
- c) pergunta: “você gosta da cor preta, não é?”, para uma pessoa vestindo roupas pretas da cabeça aos pés;
- d) oferta: “aqui está outra taça de vinho”, para quem já quebrou algumas taças;
- e) solicitação exageradamente polida: “seria muito difícil para você fazer a gentileza de baixar um pouco o volume da televisão para eu poder estudar?”, para alguém que não está muito preocupado com as responsabilidades do outro.

De forma geral, os autores (KUMON-NAKAMURA et al., 1995) sugerem uma expansão da perspectiva ecoica presente na ironia do discurso, quando comparada com as abordagens teóricas anteriormente citadas, e o fazem através de duas grandes características. A primeira sugere que a recordação ecoica é apenas um tipo de alusão e, assim, é mais correto supor que a alusão (em oposição à menção ecoica) a pensamentos prévios, comportamentos, etc., é uma característica necessária dos atos de fala irônicos. Uma segunda característica da ironia se assemelha com as características delineadas pelas teorias pragmáticas (GRICE, 1975, 1978; SEARLE, 1993[1979]), o que Kumon-Nakamura et al. (1995) referiram como ‘insinceridade pragmática’. A insinceridade pragmática remete intimamente à violação de qualquer uma das quatro condições de felicidade para atos de fala bem formados, a saber: (a) o conteúdo

proposicional de um enunciado, (b) o status do falante e do ouvinte, (c) a sinceridade do estado psicológico expresso ou implícito pelo enunciado, e (d) a percepção da sinceridade do falante por meio do enunciado. Desse modo temos que, por exemplo, afirmações declarativas devem ser verdadeiras, elogios devem ser verdadeiros e tomados como elogios ao invés de repreensões, perguntas devem ser feitas somente quando uma resposta é desejada, ofertas devem ser feitas somente quando a aceitação é desejada, e os níveis de educação devem ser apropriados a situação (KUMON-NAKAMURA et al., 1995). Por se tratar do principal referencial teórico do processamento da ironia verbal utilizado nesta dissertação, uma descrição detalhada do corpo desta teoria será apresentada na seção 6, sobre o segundo estudo piloto.

5.1.7 A ironia como uma violação do grau de saliência/negação indireta

Giora oferece uma importante contribuição ao estudo da ironia através de seus trabalhos (1995, 1997) que apresentam uma teoria mista, composta ora por um estágio, ora por dois estágios, ainda que constituindo uma considerável revisão da abordagem encontrada em Grice (1975, 1978). A teoria de Giora gira em torno de dois conceitos principais: a negação indireta e o grau de saliência. Na negação indireta, temos que a ironia envolve a presença de ambos os significados literais e implícitos e que a relação entre os dois resulta em uma negação indireta (isto é, implícita). Como vimos anteriormente, na visão tradicional das teorias da ironia encontramos que, durante o processamento da ironia, o primeiro significado encontrado é descartado e, portanto, não permanece disponível (GIORA, 1995). Nesse ponto da teoria proposta por Giora (1998), ocorre uma diferença conceitual envolvendo o processo de desambiguação. Giora diferencia o processo de desambiguação do processamento da ironia onde, no primeiro, o significado rejeitado é descartado e não fica disponível para o falante, enquanto, no segundo, ficam retidos ambos os sentidos. Giora (1995) apresentou ainda uma série de diferenças entre o processamento explícito/direto e da negação indireta.

Já a hipótese do grau de saliência é um construto desenvolvido e apresentado de forma independente aos estudos da ironia e consiste na ideia que alguns significados têm prioridade durante o processo de interpretação. Giora (1998) sugere que o fator determinante durante a ativação inicial do grau de saliência não é a literalidade nem a compatibilidade com o contexto, mas sim a saliência do estímulo verbal, em que significados salientes de palavras e expressões são sempre acessados primeiro e reiteradas vezes. A autora postula ainda que o significado de uma palavra ou expressão é considerado saliente se for codificado no léxico

mental e que a saliência é posta em graus. Desta forma, quando um item polissêmico é encontrado durante o processamento, o falante calcula primeiro seu significado mais saliente e, após, o(s) outro(s). Os fatores que afetam o grau de saliência são a convencionalidade, familiaridade, frequência e a prototipicidade da expressão.

Já o processamento de um enunciado, do ponto de vista da hipótese do grau de saliência, sugere que significados salientes tem prioridade no processamento. Novos significados são interpretados acessando primeiramente o significado relevante, rejeitando-o como significado pretendido, caso o for, e reinterpretando-o. Giora (1997), ao apresentar a sequência para o processamento, sugere que novos significados são mais difíceis de serem processados. Rejeitou, assim, a primazia do significado literal priorizando os significados salientes o que culminou com a rejeição da tradição griceana para a interpretação da ironia.

O escopo teórico apresentado acima reflete o desenvolvimento do campo experimental de pesquisa do fenômeno da ironia verbal tomando como perspectiva a Linguística Cognitiva no âmbito da psicolinguística. Evidencia, ainda, o amadurecimento e apropriação da miríade de referenciais teóricos estudados pelo grupo de pesquisa METAFOLIA, já que de certa forma estão interligados, úteis ao desenvolvimento da TCIV.

5.2 Itens e perguntas

Após algumas reuniões no formato *brainstorming* do grupo METAFOLIA, foram desenvolvidos 15 itens que abarcavam cinco diferentes tipos de ironia verbal, sendo um item de exemplo e 14 itens de teste. A ideia inicial era partir de uma lista de 14 itens e chegar a uma lista final de seis itens na TCIV para manter a uniformidade das demais tarefas do COMFIGURA. Os 14 itens ficaram assim dispostos quanto ao tipo de ironia que carregavam: nove do tipo contrafactual, dois do tipo pergunta, um do tipo oferta, um do tipo solicitação exageradamente polida e um do tipo afirmação verdadeira. O item de teste carregava o tipo contrafactual de ironia. As duas perguntas elaboradas, uma aberta e outra fechada, foram elaboradas da mesma forma que as perguntas das outras tarefas que compõem o COMFIGURA.

Abaixo (Quadro 6), um exemplo de item da TCIV.

QUADRO 6: Item de exemplo, forma verbal

Frase lida pelo aplicador	“João está deitado tentando dormir. Um som alto invade seu quarto. E ele diz:
Gravação em áudio	<i>“É bem legal quando os vizinhos fazem barulho à noite”</i>
Pergunta aberta	O que o João quis dizer?
Resposta esperada	Que ele não consegue dormir com barulho, que não gosta de barulho, que está difícil de dormir.
Pergunta fechada	O João quis dizer que está fácil ou difícil de dormir?
Resposta esperada	Difícil

Fonte: elaboração própria.

Neste exemplo, vemos o formato de um item da TCIV padronizado de acordo com o instrumento COMFIGURA, em que já se tem uma primeira alteração que precisou ser feita. Como a ironia possui uma estrutura conceitual diversa aos demais fenômenos do COMFIGURA, foi necessário que o ato de fala irônico aparecesse acompanhado de um contexto. Neste caso, temos a marcação do contexto na frase lida pelo aplicador. Houve, nesse ponto, uma preocupação em controlar a estrutura do contexto em todos os itens que compunham a TCIV, com a extensão e complexidade relativamente padronizadas.

O próximo elemento do item é o ato de fala irônico, como vimos no exemplo em “É bem legal quando os vizinhos fazem barulho à noite”. Todos os itens da TCIV foram gravados em áudio com o objetivo de controlar a prosódia e restringir a possibilidade de viesar a compreensão por parte do examinando através das diferentes entonações ou ânimo do aplicador caso não fossem gravados. As gravações foram realizadas por e com membros do grupo de pesquisa. A estrutura conceitual deste item do exemplo reflete uma ideia inicial de oposição, que corresponde ao tipo contrafactual de ironia.

Como o grupo de pesquisa considerou um apanhado de referenciais teóricos na composição dos itens, foi possível observar a ocorrência dessas estruturas teóricas sobrepostas. Temos, inicialmente, a ideia de oposição e cancelamento, em elementos como “é bem legal” e “quando os vizinhos fazem barulho à noite”, pois o emissor refere algo positivo para dizer algo negativo. Ao mesmo tempo, cancela a percepção de achar ‘legal’ quando ecoa a vivência experiencial que o barulho dos vizinhos não é legal quando se está tentando

dormir. Assim, tem-se um ato de fala de elogio para fazer uma crítica e uma alusão à violação de uma expectativa convencionalizada de que não é legal quando se está tentando dormir e os vizinhos fazem barulho à noite. Além disso, o item elicitava uma interpretação saliente, por intuição, em que dormir e barulho costumam ser coisas díspares.

Para manter a estrutura do item semelhante à tarefa de metáforas primárias, que deu origem ao COMFIGURA, e reforçar o contexto, que é um dos principais elementos da ironia, cada item recebeu uma ilustração da cena irônica. Para representar a cena, foram invocados os personagens conhecidos como Dunis, presentes na forma não-verbal da Tarefa de Compreensão de Metáforas Primárias. As ilustrações também foram concebidas pelo grupo METAFOLIA, como exemplificado na Figura 4.

FIGURA 4: Lâmina digital de apresentação do item exemplo, forma não-verbal



Fonte: Grupo METAFOLIA.

5.3 Participantes

Foram respeitados os trâmites éticos, através da aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética da UFRGS, parecer de nº 2.469.701 e assinatura, pelos responsáveis ou participantes, do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Participaram, por conveniência, 40 crianças com distribuição equilibrada de sexo e idades entre 6 e 11 anos ($M=8,2$; $DP=1,44$), oriundas de uma escola privada de Porto Alegre, RS, entrevistadas individualmente no ambiente escolar com tempo médio de 8 minutos. Para investigar as possíveis diferenças entre idades, um grupo de adultos foi composto por 52 participantes com idades entre 18 e 49 anos ($M=23,9$; $DP=6,73$), servidores e estudantes de uma universidade federal do mesmo município. Estes foram igualmente pareados quanto ao sexo e entrevistados

individualmente no ambiente universitário com tempo médio de 6 minutos. Todos os participantes apresentavam desenvolvimento típico, ao questionamento simples (referido pela escola, no caso das crianças e auto referido, no caso dos adultos).

5.4 Aplicação do instrumento

O item de exemplo e os 14 itens de teste foram apresentados na modalidade verbal (gravação em áudio padronizando a variável prosódica) e não verbal (cena gráfica no computador), no método duas-metades. Na forma verbal, em cada item, o contexto era lido pelo examinador e na sequência o participante ouvia um áudio que continha o enunciado-alvo irônica. Após isso o examinador fazia uma pergunta (pergunta aberta) indagando o participante sobre a situação enquanto o outro examinador tomava nota das respostas. Caso a resposta da pergunta aberta não fosse suficiente, considerando as respostas esperadas e já previstas no protocolo, era feita uma outra pergunta (pergunta fechada) em que se restringia as possibilidades de respostas do participante (resposta do tipo sim ou não) para garantir que o escore atribuído fosse condizente com a resposta e não prejudicado por uma dificuldade ao se expressar na resposta da pergunta aberta. Na forma não verbal, em cada item, o contexto era apresentado visualmente em uma lâmina computadorizada de estímulo e a criança ouvia o áudio que continha a ironia. A situação de registro das respostas e as perguntas abertas e fechadas era o mesmo da forma verbal.

Os 14 itens foram divididos em duas listas, com sete itens em cada, organizados por ordem numérica crescente: lista de itens par e lista de itens ímpar. Cada participante respondia ou a lista par ou a lista ímpar, de forma cruzada, nas duas formas de aplicação (verbal e não verbal). Ou seja, um participante respondia um item de exemplo, sete itens da forma verbal (itens 1, 3, 5, 7, 9, 11 e 13) e sete itens na forma não verbal (itens 2, 4, 6, 8, 10, 12 e 14), enquanto outro participante respondia um item de exemplo, inversamente sete itens da forma verbal (itens 2, 4, 6, 8, 10, 12 e 14), e sete itens na forma não verbal (itens 1, 3, 5, 7, 9, 11 e 13), formando então dois grupos de sujeitos divididos a partir dos itens do instrumento. Não houve sorteio; os participantes foram alocados nos grupos de acordo com a sequência natural de aplicações visto que as coletas eram realizadas simultaneamente por duas duplas de pesquisadores.

Como método de verificação das respostas dos participantes, foi realizada uma análise interna de juízes, através de uma perspectiva exploratória e qualitativa. Participaram seis juízes, todos membros do grupo de pesquisa METAFOLIA já sensibilizados com os

construtos da ironia verbal, que verificaram as respostas dos participantes, em grupo. Por exemplo: cada resposta de cada item do participante número 03 do grupo de crianças era lida pelo juiz A e todos os juizes (A, B, C, D, E e F) atribuíam uma pontuação a partir de um crivo preparado para este procedimento.

5.5 Resultados e discussão

No decorrer do exercício de análise de juizes, duas principais conclusões foram rapidamente atingidas. A primeira conclusão é que, como estava, a lista com um pequeno número de itens (14) formada por diferentes tipos de ironia (cinco) associada com o tipo de pergunta acabou gerando resultados inconsistentes. A segunda conclusão é que havíamos subestimado o fenômeno. Sendo essa uma ironia situacional ou não, foi uma grande surpresa. O grupo optou por interromper o processo, não concluir as análises e se ocupar em entender melhor o que havia acontecido.

Quanto aos itens, observamos que havia uma desproporção em relação à variabilidade, pois tínhamos uma lista composta por nove itens do tipo contrafactual, dois do tipo pergunta, um do tipo oferta, um do tipo solicitação exageradamente polida e um do tipo afirmação verdadeira. Ao contrário daquilo que supúnhamos, cada um dos diferentes cinco tipos de ironia indicava ter, além de uma aparência diferente, uma estrutura diferente, como se fossem fenômenos individualizados. O que depreendemos desta conclusão é que seria interessante até mesmo ter uma lista de itens para cada um desses diferentes tipos de ironia.

Na exploração das perguntas, observamos que apenas uma pergunta aberta e uma fechada, conforme o padrão do COMFIGURA, não seriam suficientes para abarcar o fenômeno da ironia verbal. Além disso, a estrutura da pergunta fechada não endereçava sozinho um construto teórico específico, deixando margem para múltiplas possibilidades, reduzindo as evidências de validade de conteúdo. No caso dos itens que não eram contrafactuais, esta pergunta deixava margem para certa confusão operacional na tentativa de delimitar para qual construto a resposta apontava.

Para ilustrar essa dificuldade, vejamos como exemplo o item 11, que carrega em sua estrutura uma ironia do tipo afirmação verdadeira: “O tio do Luiz está contando até 10 em voz alta. E o Luiz diz: *Agora eu sei que você realmente sabe contar*”. A pergunta fechada neste item era “O Luiz acha normal ou estranho um adulto saber contar?”. Os participantes não tiveram dificuldade em acertar, de acordo com a resposta prevista que era ‘normal’, mas o que

está em questionamento aqui não é a resposta correta ou errada fornecida pelo participante e sim se a pergunta está adequada e se referencia devidamente algum construto teórico específico. No caso acima, a estrutura lexical da pergunta oferece “normal” ou “estranho” como possibilidade de resposta, enquanto que o núcleo irônico da estrutura lexical do item coloca “agora eu sei que você realmente sabe”. Essas respostas podem indicar que adultos sabem mais que crianças, como um conhecimento de mundo, e não necessariamente que o participante compreendeu a ironia do comentário.

Situações como essas foram frequentes, principalmente nos itens que não eram contrafactuais. Além disso, elas foram percebidas apenas após a aplicação da tarefa na amostra, quando se identificou que os participantes acertaram a resposta esperada, porém essa resposta não endereçava claramente à ironia. Precisávamos que as respostas dos participantes, nas duas perguntas, endereçassem à ironia para, assim, sugerir evidências de validade de conteúdo da TCIV. Não era possível afirmar que os participantes compreendiam ironia verbal ao acertar o item, pois poderiam acertar devido a outros fatores.

Por fim, a partir dos resultados do estudo piloto 1, o grupo de pesquisa deu início ao estudo piloto 2 com as seguintes mudanças: 1) a lista de itens da TCIV deveria ser formada apenas por ironias do tipo contrafactual, 2) a revisão bibliográfica deveria ser reiniciada buscando restringir o referencial teórico, e 3) seríamos modestos em relação às expectativas, iríamos desapegar da ideia de manter uma estrutura exata ao COMFIGURA e iríamos repensar o investimento no tamanho da amostra.

6 ESTUDO PILOTO 2

O objetivo do segundo estudo piloto era determinar se a estrutura dos itens da TCIV era capaz de remeter ao construto teórico de modo satisfatório, produzindo evidências de validade de conteúdo da tarefa, e observar se o padrão de respostas dos participantes remetia às dimensões estabelecidas da ironia verbal.

6.1 Marco teórico da Tarefa de Compreensão de Ironia Verbal

Após o desenvolvimento do primeiro estudo piloto, a Teoria da Pretensa Alusão do Discurso Irônico (TPA, KUMON-NAKAMURA et al., 1995) foi considerada como o referencial mais adequado a ser adotado neste segundo estudo piloto.

No texto de *How About Another Piece of Pie: The Allusional Pretense Theory of Discourse Irony* (KUMON-NAKAMURA, et al., 1995), são apresentados os fundamentos que situam a ironia verbal no permeável limite entre domínios linguísticos e cognitivos. Em seu eixo central, a TPA afirma que os enunciados irônicos têm seus efeitos ao aludir a uma expectativa fracassada. Em conversas cotidianas, isso ocorre quando um emissor viola as regras pragmáticas do discurso, geralmente a máxima da sinceridade. Essas violações atraem simultaneamente a atenção do receptor para a expectativa fracassada e costumam expressar a atitude do emissor (normalmente negativa, mas não necessariamente) em relação à expectativa fracassada.

Kumon-Nakamura, et al. (1995) constroem a TPA a partir de algumas limitações no poder explanatório de teorias tradicionais, como a teoria pragmática (GRICE, 1975, 1978; SEARLE, 1993[1979]). Os autores da TPA sugerem como exemplo uma situação onde duas pessoas se aproximam de uma porta, a primeira pessoa a alcançar a porta a abre e a deixa se fechar atrás dela. Logo na sequência, a segunda pessoa, carregando uma caixa pesada, diz 1) “não segure a porta aberta; direi apenas abre-te sésamo” ou 2) “obrigado por segurar a porta”. Além de serem insinceras, o falante ao produzir essas frases expressa descontentamento ou desaprovação em cada uma delas. Nesse caso, as duas declarações aludem à expectativa de que as portas serão abertas para as pessoas que estão sobrecarregadas e não podem abrir portas para si mesmas. Um outro exemplo, como quando um emissor diz 3) “que clima agradável” durante uma chuva torrencial, o receptor deve rejeitar o significado literal como o significado pretendido e inferir que o emissor quer significar o oposto do que foi dito. Esses

exemplos podem refletir uma limitação quando se considera teorias pragmáticas como a de Grice, para ilustrar a ironia verbal (KUMON-NAKAMURA et al., 1995).

As teorias de orientação pragmática (GRICE, 1975, 1978; SEARLE, 1993[1979]) sugerem que os participantes envolvidos em uma conversação consideram o contexto e uma cooperação entre os falantes, que inclui princípios conversacionais para serem relevantes na conversa. Kumon-Nakamura et al. (1995) afirmam que teorias pragmáticas falham em fornecer a motivação do emissor para dizer o oposto do que se quer dizer e que não fica claro que expressões como as vistas em 1) e 2) sejam literalmente o oposto do que se pretendia, diferente do observado em 3). Nesse sentido, os autores fazem um questionamento: “O que, por exemplo, pode ser o oposto de ‘Obrigado por segurar a porta?’” (Ibid., p. 59). Eles ressaltam que, como a noção de significados opostos é aplicável apenas a afirmações declarativas - aquelas afirmações que podem ser julgadas como verdadeiras ou falsas -, teorias pragmáticas tradicionais falham em explicar os usos irônicos de outros tipos de expressões, como solicitações, ofertas ou expressões de agradecimento, entre outros. Tais abordagens pragmáticas também falham nos casos em que a afirmação é verdadeira, mas ainda assim é ironicamente pretendida. Como exemplo, temos quando um interlocutor aborrecido diz 4) “você com certeza sabe muito” para alguém que está exibindo conhecimento de modo arrogante ou ofensivo (KUMON-NAKAMURA et al., 1995).

Em uma abordagem teórica posterior aos postulados griceanos, Sperber e Wilson (1981, 1986) colocam em evidência o caráter interpretativo ecoico da ironia. Quando um emissor diz 3) “que clima agradável” durante uma tempestade, a intenção não é informar sobre o estado do tempo, mas sim expressar uma atitude. Nesse caso a atitude é expressa ecoando a preferência convencional pelo tempo bom, sem chuva. Como condição para que a ironia tenha sucesso, no entanto, o emissor e o receptor precisam partilhar e ecoar o mesmo referencial. Isso é reforçado por Kreuz e Glucksberg (1989), que afirmam que a ironia pode ser comunicada quando o emissor e o receptor compartilham conhecimento de um evento antecedente relevante, por exemplo quando o emissor diz 5) “que clima terrível” em um belo dia de sol. Em ambos os casos, a ironia pode chamar a atenção para a discrepância entre o que era esperado e o estado atual das coisas (KUMON-NAKAMURA et al., 1995).

Kreuz e Glucksberg (1989) propuseram, ainda, que a ironia é usada para lembrar eventos antecedentes, normas sociais ou expectativas compartilhadas, a fim de chamar a atenção para uma discrepância entre o que é e o que deveria ter sido. Como vimos, de acordo com esses pressupostos, a ironia pode ecoar ou aludir à uma informação e, ainda, significar o oposto do

que se pretende informar. A partir destes pressupostos, Kumon-Nakamura et al., (1995) ampliaram o escopo teórico da ironia, alocando o fenômeno em dois grandes processos: o que envolve a insinceridade e o que envolve uma alusão a alguma coisa.

A alusão pode ser direta, como em enunciados que explicitamente ecoam um enunciado anterior como visto em 5), ou pode ser indireta, como em enunciados do tipo 6) “quantos anos você disse que tem mesmo?” para alguém agindo de forma inapropriada para a idade ou 7) “você se importaria muito se eu pedisse que você considerasse limpar seu quarto em algum momento deste ano?” para um colega de quarto desleixado (Ibid.). Como os enunciados ecoicos podem ser incluídos sob a rubrica mais geral da alusão, a interpretação ecoica deixa de ser uma propriedade necessária da ironia do discurso. Assim, a alusão comporta previsão, expectativa, preferência ou norma prévia que tenha sido violada e é uma propriedade necessária da ironia no discurso. A função alusiva da ironia, portanto, não é simplesmente um tipo de referência ou coesão do tópico, refere-se especificamente a uma discrepância entre o que é esperado (o que deveria ser) e o que realmente é (KUMON-NAKAMURA et al., 1995).

A segunda característica da ironia verbal, segundo a TPA, é a insinceridade pragmática. No caso onde um emissor usa uma afirmação contrafactual para comunicar a ironia contida em “que clima agradável”, ele não pretende sinceramente informar o ouvinte sobre um estado do mundo. Dizer que o tempo é maravilhoso quando na verdade é terrível é uma descrição insincera do tempo. Em tais casos, as pessoas podem ser pragmaticamente insinceras (nos termos dos autores) ao proferir uma declaração falsa. No entanto, as pessoas também podem ser pragmaticamente insinceras e ao mesmo tempo pronunciar uma declaração verdadeira (Ibid.). Ainda na conceitualização da insinceridade, Kumon-Nakamura et al. (1995) sugerem que todos os enunciados intencionalmente irônicos envolvem insinceridade pragmática, na medida em que violam uma ou mais das condições de felicidade para atos de fala bem formados.

As condições de felicidade foram originalmente descritas por Austin (1962) e então elaboradas por Searle (1969, 1993[1979]) como condições que todo enunciado deveria satisfazer para ser um ato de fala bem formado. Como já afirmado, as condições de felicidade envolvem (a) o conteúdo proposicional de um enunciado, (b) o status tanto do falante quanto do ouvinte do enunciado, (c) a sinceridade do estado psicológico expresso ou implícito pelo enunciado e (d) a percepção da sinceridade do falante pelo ouvinte (SEARLE, 1993[1979]). A partir disto, Kumon-Nakamura et al. (1995) postulam que a insinceridade pragmática ocorre quando um falante é percebido como intencionalmente violando as condições de felicidade

por pelo menos um desses aspectos de um enunciado. Sempre que convenções como essas são violadas, um falante pode ser visto como intencionalmente insincero.

A insinceridade pode ser uma condição necessária para a ironia do discurso, mas possivelmente não é uma condição suficiente (KUMON-NAKAMURA et al., 1995). Os autores ressaltam que quando um falante é percebido como mentindo, por exemplo, a ironia não é comunicada, já que a intenção não é comunicar o oposto daquilo que foi dito ou deixar de comunicar algo. No caso da mentira, o enunciador tem a intenção de enganar, ludibriar, através daquilo que foi dito.

Tendo apresentado a teoria adotada neste segundo estudo piloto, a TPA, como fundamentação teórica do construto da ironia verbal, a seguir é apresentada as operacionalizações das dimensões deste construto:

a) *Alusão à violação de uma expectativa*: na forma direta, o enunciado irônico ecoa explicitamente um enunciado anterior. Na forma indireta, a interpretação ecoica não é necessariamente uma propriedade colocada no discurso, mas sim faz uma alusão a alguma predição, expectativa, preferência ou norma prévia daquilo que deseja comunicar.

b) *Insinceridade pragmática*: é, por definição, pragmática e não semântica e ocorre na intenção daquilo que é dito. Não está objetivamente posta, ou falada na estrutura da ironia verbal.

6.2 Itens e perguntas

Dos 15 itens componentes da versão anterior da TCIV, nove foram selecionados e adaptados ou reformulados. Todos eles apresentavam em comum o mesmo tipo de ironia, isto é, ironia do tipo afirmação contrafactual. Foram mantidas as duas perguntas desenvolvidas na versão anterior, porém a pergunta fechada foi modificada. Como os itens de estímulo foram estruturados a partir de um ato de fala, a pergunta fechada foi otimizada para identificar a ocorrência do ato de fala e a discrepância entre o que foi dito e a intenção do enunciador. Vejamos como exemplo o mesmo item explorado no estudo piloto 1, ressaltando a modificação feita na pergunta fechada:

QUADRO 7: Item de exemplo, forma verbal

Frase lida pelo aplicador	“João está deitado tentando dormir. Um som alto invade seu quarto. E ele diz:
Gravação em áudio	<i>“É bem legal quando os vizinhos fazem barulho à noite”</i>
Pergunta aberta	O que o João quis dizer?
Resposta esperada	Que ele não consegue dormir com barulho, que não gosta de barulho, que está difícil de dormir.
Pergunta fechada <i>(foco da alteração em relação ao estudo piloto 1)</i>	O João está reclamando do barulho ou só está dizendo uma coisa que não é verdade?
Resposta esperada	Reclamando do barulho.

Fonte: Elaboração própria.

6.3 Participantes

Respeitados os procedimentos éticos e administrativos, como os do estudo piloto 1, participaram por conveniência sete crianças, com distribuição equilibrada de sexo, com idade entre seis e sete anos ($M=6,28$; $DP=0,45$), oriundas de uma escola privada de Porto Alegre, RS, entrevistadas individualmente no ambiente escolar, com tempo médio de 8 minutos. Pelo relato da escola, todas as crianças apresentavam desenvolvimento típico.

6.4 Aplicação do instrumento

A TCIV foi aplicada igualmente para todos os participantes. Após as instruções para a aplicação, um aplicador lia o contexto, tocava o áudio gravado com o enunciado irônico e apresentava a lâmina que continha o contexto visual. Na sequência fazia as duas perguntas, uma aberta e uma fechada. Cabe ressaltar que, neste segundo piloto, independentemente se a resposta da primeira pergunta (aberta) fosse julgada suficiente (correta) ou não pelo aplicador, a pergunta fechada era feita.

6.5 Resultados e discussão

As respostas dos participantes foram submetidas ao mesmo método de análise interna de juízes aplicado ao estudo piloto 1. Nesse momento, se observou que a primeira pergunta, aberta, assim como no estudo piloto anterior, conseguiu remeter aos pressupostos respaldados na teoria adotada, onde as respostas faziam uma alusão à uma expectativa que foi violada. Já a segunda pergunta, fechada, ao mesmo tempo que inseriu em sua estrutura uma alusão à violação de alguma expectativa, remeteu à insinceridade pragmática e deixou ambígua a motivação da resposta do participante. Pode-se questionar se o participante depreendeu a intenção do personagem que produziu a ironia verbal, através das dimensões de alusão e insinceridade, ou se ele julgou a condição de verdade do ato de fala.

A pergunta sugere que o personagem João poderia, como opção de resposta, estar “reclamando do barulho”, indicando um reconhecimento do ato de fala de reclamação pelo participante, ao invés do ato de fala de elogio visto no item de estímulo “é bem legal quando os vizinhos fazem barulho à noite”. Para que o participante julgasse adequado responder que o personagem estava reclamando, não fica claro se ele remeteu à uma expectativa violada (o quão ruim é tentar dormir enquanto os vizinhos fazem barulho). É possível, também, que tenha sido identificada uma insinceridade, então considerada no nível semântico, quando o personagem diz que “é bem legal”, quando na realidade não é legal.

Ainda, a opção de resposta “dizendo uma coisa que não é verdade”, como apresentada na estrutura da pergunta, pode implicar que aquilo que o personagem disse, expresso no item através de “é bem legal quando os vizinhos fazem barulho à noite”, seja uma mentira. Nesse caso, o participante responderia julgando a condição de verdade do ato de fala, recebendo a pontuação que indicaria que compreendeu a ironia contida no item quando ele pudesse apenas ter a habilidade de identificar a ocorrência de uma mentira. Nesse último caso o participante pode ter um desempenho considerado falso-positivo pois pode ter um escore que indique a compreensão da ironia quando na verdade ele compreendeu se o enunciado era falso ou verdadeiro.

Com o estudo piloto 2, foi possível perceber que a estrutura dos itens que carregavam apenas o tipo de ironia contrafactual, a ironia verbal operacionalizada através das dimensões de alusão à uma expectativa violada e insinceridade pragmática (TPA), sinalizavam um caminho promissor. Contudo, o grupo METAFOLIA sentia que ainda faltava algum outro componente que pudesse estabilizar as respostas dos participantes e que indicasse um

caminho mais coerente em direção ao aferimento da compreensão da ironia verbal. E assim foram estabelecidas as bases para o estudo piloto 3, apresentado a seguir.

7 ESTUDO PILOTO 3

A terceira fase de estudos empíricos buscou extrair indicadores de validade de conteúdo através da concordância de juízes externos sobre os quesitos de adequação da TCIV e sobre as evidências empíricas reunidas a partir das respostas de uma terceira amostra. Em conjunto, buscou-se apresentar uma proposta de um sistema de classificação e de escore da tarefa revisando a estrutura do questionário da TCIV.

7.1 O sistema de perguntas referenciado

As perguntas desta terceira versão da TCIV foram referenciadas no estudo de Creusere (2000), *A developmental test of theoretical perspectives on the understanding of verbal irony: Children's recognition of allusion and pragmatic insincerity*. Nesse estudo a autora elaborou itens, perguntas e um sistema de pontuação das respostas utilizando a TPA (KUMON-NAKAMURA et al., 1995). Participaram do estudo 40 crianças, com oito anos de idade ($M=8,1$; $DP=0,8$) recrutadas em um banco de dados da Universidade do Texas em Austin.

Os itens da tarefa consistiam em quatro histórias gravadas em áudio que terminavam com um dos cinco tipos diferentes de ironia (contrafactual, afirmação verdadeira, pergunta, oferta e solicitação exageradamente polida). Após a apresentação de cada item os participantes respondiam um questionário, feito pelo examinador, que continha nove perguntas para cada item. A estrutura dessas perguntas revela um ineditismo na forma de testar a teoria proposta por Kumon-Nakamura et al. (1995), pois considera um processo adicional envolvido na compreensão de ironia e que não está previsto na teoria de Kumon-Nakamura et al. (1995) que é a habilidade de ToM.

O sistema de perguntas desenvolvido por Creusere (2000) foi o que mais se aproximou daquele idealizado para a TCIV considerando os múltiplos delineamentos que foram revisados, porém os itens dessa tarefa diferiam dos itens propostos para TCIV. Em Creusere (2000), o contexto de cada item era uma história relativamente longa e a lista comportava os cinco tipos de ironia, diferente do que se considerava adequado para a TCIV. Como era de interesse de Creusere (2000) testar os efeitos do humor e da maldade da ironia, concomitantemente, o questionário se tornou relativamente longo, com nove perguntas, mais uma vez se distanciando do questionário previsto para a TCIV. Como vimos anteriormente, determinados cuidados metodológicos foram tomados para manter uma certa padronização na estrutura entre os itens que compõem as diferentes tarefas do COMFIGURA.

Vejamos, a seguir, um exemplo de um item elaborado por Creusere (2000) e, na sequência, uma breve descrição de seu sistema de pontuação das respostas.

QUADRO 8: Exemplo de item da tarefa elaborada por Creusere (2000)

Contexto: <i>“Um dia, Sue estava sentada na cozinha conversando com uma amiga ao telefone. Bill entrou na cozinha e começou a tirar um monte de potes dos armários. Toda vez que ele colocava um pote no chão, fazia um som estridente. Sue teve que levantar a voz para que sua amiga pudesse ouvi-la ao telefone. Finalmente, Sue ficou aturdida, disse a sua amiga "tchau" e desligou o telefone. Quando ela se virou para Bill, ele disse "bom dia". Sue disse para Bill: ”</i>			
Possibilidades randomizadas: A. Afirmção contrafactual: “Oh, oi. Eu nem percebi que você estava aqui”. B. Verdadeira afirmação: “Oh, oi. Você sabe, eu não pude deixar de notar que você estava aqui”. C. Pergunta: “Oh, oi. Você percebeu que eu estava tentando falar ao telefone há um segundo?”. D. Oferecendo: “Oh, oi. Aqui está outro pote. Você pode bater também!”. E. Agradecendo: "Muito obrigado por bater os potes enquanto eu estava no telefone."			
Questão	Dimensão da pergunta	Pergunta	Tipo de pergunta
1	Fato	Bill estava quieto ou ele fazia muito barulho com os potes?	Pergunta fechada.
2	Memória	O que a Sue disse para o Bill?	Pergunta fechada, de controle.
3	Propósito	Por que Sue disse isso ao Bill?	Pergunta aberta, refere alusão.
4	Significado	O que Sue quis dizer quando disse isso ao Bill?	Pergunta aberta, refere alusão.
5	Sinceridade	Sue gostou que Bill estava batendo as panelas?	Pergunta fechada, sim ou não, refere insinceridade.
6	ToM 1	Sue achava que Bill estava quieto ou barulhento?	Pergunta fechada, sim ou não, refere Teoria da Mente de primeira ordem.
7	ToM 2	Sue queria que Bill soubesse o	Pergunta fechada, sim ou

		que ela estava pensando?	não, refere Teoria da Mente de segunda ordem.
8	Humor	Quão engraçado foi o comentário de Sue?	Pergunta fechada, escala Likert de 4 pontos, refere humor
9	Maldade	Quão maldoso foi o comentário de Sue?	Pergunta fechada, escala Likert de 4 pontos, refere maldade

Fonte: Adaptado de Creusere (2000).

Creusere (2000) identificou que a estrutura do sistema de perguntas precisaria ser reajustada a partir da amplitude das respostas dos participantes. A decisão metodológica tomada pela autora logo no início do processo de pontuação das respostas dos participantes foi motivada em função de que algumas respostas remetiam a múltiplas perguntas. Assim, as perguntas acabavam por não referenciar uma dimensão específica da ironia verbal, ficando prejudicadas em sua especificidade. As perguntas de propósito (Q3) e significado (Q4) tiveram que ser combinadas em uma classificação que buscava distinguir adequadamente entre respostas alusivas (valor = 3), enganosas (valor = 2), sinceras (valor = 1) e outras (valor = 0). O estudo de Creusere (2000) inaugurou os estudos empíricos que testavam a ironia através da TPA. Considerando as dimensões de alusão e insinceridade pragmática, foi necessário comparar as respostas sobre as medidas dessas duas dimensões com valores combinados da ToM1 (Q6) e ToM2 (Q7), já que essas duas características são frequentes e estáveis em estudos que exploram a compreensão de ironia (CREUSERE, 2000).

As medidas alternativas de compreensão da ironia, a crença de primeira ordem (Q6) e a crença de segunda ordem (Q7) foram avaliadas através da examinação e categorização em um sistema secundário, conforme descrito a seguir. Uma criança que reconheceu a crença do falante e a intenção de segunda ordem foi codificada como tendo detectado a ironia por trás da observação (valor = 3). Uma criança que entendeu a crença do falante, mas não sua intenção de segunda ordem, recebeu um valor de 2. Por fim, uma criança que obteve as duas medidas “erradas” foi codificada como tendo interpretado a observação como sincera (valor = 1). Todas as outras respostas receberam um valor de zero. As classificações das escalas de humor (Q8) e maldade (Q9) foram codificadas de zero (por exemplo, “não significa nada”) a 3 ponto (por exemplo, “muito, muito significativa”).

A estrutura do questionário proposto por Creusere (2000) para explorar as respostas dos participantes, fundamentada a partir da TPA foi utilizada para elaborar a terceira versão da TCIV. A habilidade de ToM também foi explorada, como um fenômeno concorrente para possíveis correlações, com duas perguntas no questionário da TCIV através do paradigma de ToM 1 e ToM2, para fins desta dissertação.

7.2 Marco teórico da Tarefa de Compreensão de Ironia Verbal

Neste estudo piloto três foi mantido o referencial definido no estudo piloto 2, a TPA (KUMON-NAKAMURA et al., 1995). Para explorar um interesse restrito desta dissertação, adicionalmente foi proposta a dimensão da habilidade de ToM uma vez que é comumente encontrada em associação com a ironia em estudos do gênero. O interesse particular neste ponto da dissertação, ao incluir questões referentes a ToM, se deu como forma de melhor compreender o padrão de respostas dos participantes ao observar se as referidas perguntas remetiam aos construtos propostos, se não remetiam às dimensões que não deveriam remeter ou se haveria alguma sobreposição de dimensões nas diferentes perguntas do questionário. Esse cuidado poderia auxiliar no momento de sugerir evidências de validade de conteúdo. Uma vez observado se as perguntas estavam, de fato, remetendo à teoria, isso sugeriria certa especificidade, além da sensibilidade da TCIV.

7.3 Definição operacional dos construtos

Primeiro, tem-se a alusão à violação de uma expectativa. Cabe lembrar que, na forma direta, o enunciado irônico ecoa explicitamente um enunciado anterior. Na forma indireta, a interpretação ecoica não é necessariamente uma propriedade colocada no discurso, mas sim, faz uma alusão a alguma predição, expectativa, preferência ou norma prévia daquilo que deseja comunicar.

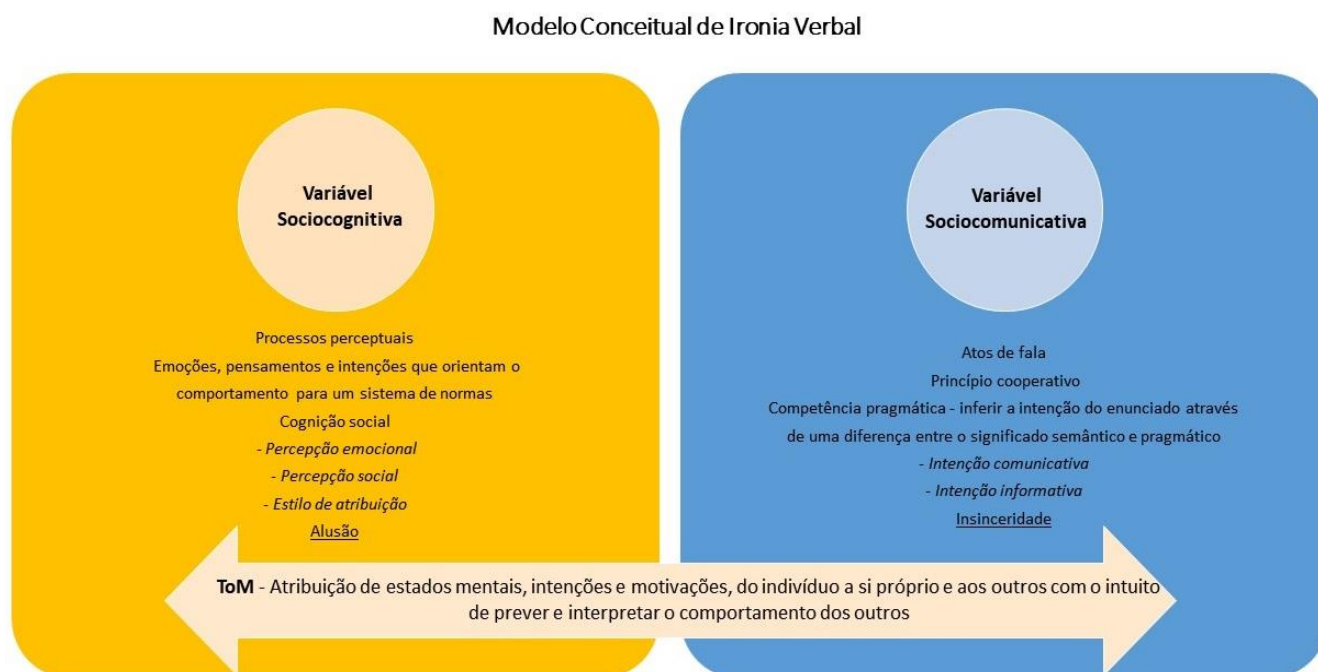
Já a insinceridade é, por convenção dos autores deste trabalho, semântica e não pragmática. Não está objetivamente posta ou falada na estrutura da ironia verbal. A insinceridade não é sinônimo de mentira ou engodo, mas sim quando não há uma intenção sincera, como em um elogio para fazer uma crítica, etc.

Ainda, a ToM é considerada uma habilidade que se sustenta a partir da atribuição de estados mentais do indivíduo a si próprio e aos outros com o intuito de prever e interpretar o comportamento das outras pessoas (ASTINGTON e OLSON, 1995). Operacionalmente, a

ToM considerada de primeira ordem envolve a habilidade para reconhecer crenças, verdadeiras ou falsas, e emoções de si ou de outros. A ToM de segunda ordem refere uma expansão no nível de complexidade, que envolve a compreensão de que as pessoas podem ter crenças, verdadeiras ou falsas, e reconhecer emoções acerca de outras crenças (PERNER e WIMMER, 1985). De uma forma geral, só é possível atribuir a habilidade de ToM a um indivíduo quando este demonstra compreender a crença falsa, ou seja, a crença que conflita com a realidade (WELLMAN, 1990; PERNER, 1995).

A sistematização dos diferentes modelos teóricos considerados nesta dissertação foi refletida na estrutura dos itens e no questionário que compõe a TCIV. Formalmente foram consideradas as três dimensões descritas acima, porém, a ironia verbal é considerada como um conjunto de fenômenos que, se supõe, são sobrepostos. Fica assegurado, então, que mesmo operacionalizando a ironia em três dimensões, esta dissertação compreende a ironia verbal a partir do modelo conceitual representado abaixo e anteriormente explicitado.

FIGURA 5: Modelo compreensivo da ironia verbal



Fonte: Material desenvolvido pelo autor para este estudo.

Conforme sugerido na imagem, a ToM constitui-se em uma habilidade compartilhada por dois eixos teóricos distintos. Os principais componentes referidos pela ToM, como a atribuição e reconhecimento de intenções e estados mentais, são comuns aos eixos sociocognitivo e sociocomunicativo e estão presentes em suas estruturas, porém são motivados e compreendidos de formas diferentes. Esta dissertação considera, hipoteticamente,

que a intenção que motiva o enunciado irônico pode ser ancorada a partir de uma alusão à alguma expectativa que tenha sido violada. Em complemento, pode ser disparada pelo reconhecimento de uma discrepância entre aquilo que é dito, referencial semântico, com a intenção comunicativa do enunciador.

7.4 Itens e perguntas

Foram mantidos os nove itens do estudo piloto 2, um item de treino e oito de teste, com pequenos ajustes. Os áudios foram regravados buscando otimizar a prosódia. Um novo sistema de perguntas foi elaborado inspirado no estudo conduzido por Creusere (2000). Abaixo, tem-se o item de entrada da TCIV utilizada neste terceiro estudo piloto, acompanhado do questionário. A estrutura das perguntas foi a mesma para todos os outros oito itens da tarefa.

QUADRO 9: Exemplo de item da TCIV - versão 3

Contexto lido pelo aplicador: João e Maria estão deitados na cama tentando dormir. Um som alto invade o quarto e João diz: Gravação em áudio: <i>“É bem legal quando os vizinhos fazem barulho a noite”</i>			
a) <u>alusão a uma expectativa violada</u> : não é legal quando barulho entra no quarto e estamos tentando dormir. b) <u>insinceridade</u> : uma aprovação/elogio pra fazer uma crítica. João não está querendo demonstrar sua aprovação ao barulho que os vizinhos fazem a noite.			
Questão	Dimensão referida	Pergunta	Tipo de pergunta
1	Geral	O que o João quis dizer?	Pergunta aberta, refere compreensão geral.
2	Alusão a	Por que o João disse isso pra Maria?	Pergunta aberta, refere alusão.
3	Alusão a'	O João disse isso porque é bom ou ruim dormir com barulho?	Pergunta fechada, refere alusão.
4	Insinceridade a	O João estava gostando do	Pergunta semi-aberta, refere

		barulho?	insinceridade.
5	Insinceridade a'	João estava criticando ou aprovando o barulho?	Pergunta fechada, refere insinceridade.
6	ToM 1	O que o João queria que a Maria pensasse?	Pergunta aberta, refere Teoria da Mente de primeira ordem.
7	ToM 2	João queria que a Maria soubesse o que ele estava pensando?	Pergunta fechada, refere Teoria da Mente de segunda ordem.

Fonte: Grupo METAFOLIA.

Buscando controlar a estrutura dos contextos, da fala irônica e das perguntas, algumas modificações foram feitas em relação ao estudo piloto 2. Abaixo, a sistematização realizada neste estudo piloto 3 para garantir os balanceamentos, buscando uma padronização entre os itens e as perguntas, é apresentada no Quadro 10.

Os contextos foram elaborados para oferecer elementos que caracterizassem o momento onde a ironia foi produzida. Em todos os itens havia dois personagens em uma situação rotineira. Como norma a estrutura do item continha a primeira parte onde a cena era descrita e uma marcação do personagem que acabava referenciando de onde o participante da TCIV deveria observar a ironia para responder as perguntas. A segunda parte do item continha a ato de fala irônico, apresentado em áudio. Para evitar a repetição e o cansaço do participante uma instabilidade foi prevista: ora o personagem que fazia algum ato era quem produzia o enunciado irônico, ora o enunciado irônico era verbalizado pelo personagem que assistia a cena. O último item possui, intencionalmente, uma estrutura diferente onde o personagem principal faz uma autorreferência irônica.

QUADRO 10: Balanceamento da estrutura argumentativa dos contextos

Item	Contexto
Exemplo	João e Maria estão deitados na cama tentando dormir. Um som alto invade o quarto e João diz:
1	Bruno está correndo com uma bola de futebol. E um amigo diz:

2	Daniel está com fones de ouvido escutando um som alto durante uma conversa. E seu amigo diz:
3	Lucas está carregando um saco muito grande de pipoca. E um amigo diz
4	Mateus está com um braço quebrado e carregando seu skate. E um amigo diz:
5	Pedro está suando e fedendo antes de ir dormir. E o irmão diz:
6	Ana já está saindo de biquíni quando começa a chover. E ela diz pra amiga:
7	Gabriel tirou o primeiro lugar no concurso de canto. E uma amiga diz:
8	Antônio está observando seu belo jardim cheio de flores. Ele diz para uma amiga:

Fonte: Grupo METAFOLIA.

Os enunciados irônicos carregavam o tipo de ironia contrafactual e foram ajustados a partir dos estudos piloto anteriores. Na estrutura do enunciado, há sempre dois componentes principais: um dos componentes é um estado emocional ou um julgamento quanto à adequação de algo, e o outro componente é uma referência a algo que estava presente no contexto do item.

QUADRO 11: Apresentação dos enunciados irônicos

Item	Enunciado irônico
Exemplo	É bem legal quando os vizinhos fazem barulho a noite!
1	Estou vendo que você está fazendo o dever de casa!
2	Eu adoro quando você presta atenção em mim!
3	Eu acho que você vai passar fome no cinema.
4	Você se cuida mesmo fazendo esportes!
5	Até parece que você acabou de sair do banho!
6	Que dia perfeito para ir à praia hoje.
7	Estou vendo que você nem sabe cantar.
8	Olha como eu sou um péssimo jardineiro mesmo.

Fonte: Grupo METAFOLIA.

Quanto ao questionário elaborado temos a pergunta geral, que buscou verificar a compreensão global do item pelo participante, tem-se o Quadro 12 abaixo. Esta pergunta parte do pressuposto de que alguém na cena disse uma coisa com alguma intenção.

QUADRO 12: Balanceamento da estrutura da pergunta geral

Item	Pergunta
Exemplo	O que o João quis dizer?
1	O que o amigo quis dizer?
2	O que o amigo quis dizer?
3	O que o amigo quis dizer?
4	O que o amigo quis dizer?
5	O que o irmão quis dizer?
6	O que a Ana quis dizer?
7	O que a amiga quis dizer?
8	O que o Antônio quis dizer?

Fonte: Grupo METAFOLIA.

A pergunta que refere à alusão a)¹ buscou identificar se o participante remetia à algum tipo de norma, comportamento ou expectativa que foi violada, através da identificação de alguma motivação do personagem que produziu o enunciado irônico. Temos nessa pergunta a dimensão da alusão, prevista pela TPA. A estrutura dessa pergunta é aberta para permitir que o participante elabore sua resposta livremente.

QUADRO 13: Balanceamento da estrutura das perguntas que referem alusão a).

Item	Pergunta
Exemplo	Por que o João disse isso pra Maria?

¹ Considerando que temos duas perguntas para aferir a dimensão da alusão, nomeamos as questões como “alusão a)” e “alusão a’)”. Questões que referem à insinceridade também terão este tratamento.

1	Por que o amigo disse isso pro Bruno?
2	Por que o amigo disse isso pro Daniel?
3	Por que o amigo disse isso pro Lucas?
4	Por que o amigo disse isso pro Mateus?
5	Por que o irmão disse isso pro Pedro?
6	Por que a Ana disse isso pra amiga?
7	Por que a amiga disse isso pro Gabriel?
8	Por que o Antônio disse isso para a amiga?

Fonte: Grupo METAFOLIA.

A pergunta que referiu a Alusão a') restringia a possibilidade de resposta do participante, oferecendo uma opção que veiculava as possibilidades da intenção do personagem que produziu o enunciado irônico e os possíveis comportamentos que o personagem deveria demonstrar. Para isso, o participante deveria ancorar sua resposta remetendo à algum tipo de norma, comportamento ou expectativa que deveria ter sido mantida. Essa pergunta foi elaborada como do tipo fechada e a dimensão referenciada era a alusão.

QUADRO 14: Balanceamento da estrutura das perguntas que referem alusão a')

Item	Pergunta
Exemplo	O João disse isso porque é bom ou ruim dormir com barulho?
1	O amigo disse isso porque o Bruno deveria estar fazendo o tema ou jogando bola?
2	O amigo disse isso porque ele tinha que estar escutando uma música ou prestando atenção?
3	O amigo disse isso porque Lucas pegou muita ou pouca pipoca?
4	O amigo disse isso porque o Mateus deveria parar de andar de skate ou poderia continuar andando?
5	O irmão disse isso porque acha que o Pedro está sujo ou limpo?

6	A Ana disse isso porque é melhor ir para a praia com chuva ou com sol?
7	A amiga disse isso porque quem ganha um concurso de canto canta mal ou bem?
8	O Antônio disse isso porque quem tem um jardim bonito deve ser um bom ou um mau jardineiro?

Fonte: Grupo METAFOLIA.

A pergunta que referiu insinceridade a) buscou identificar se o participante reconheceu a insinceridade do personagem através da discrepância entre os elementos pragmáticos postos no contexto, o item lexical utilizado e seu referencial semântico. A pergunta se propunha a ser aberta, mas sua estrutura precisou restringir essa abertura, tornando-a uma pergunta semi-aberta, já que de certa forma permitia duas possibilidades de respostas. A dimensão aqui era a insinceridade.

QUADRO 15: Balanceamento da estrutura as perguntas que referem insinceridade a).

Item	Pergunta
Exemplo	O João estava gostando do barulho?
1	O amigo achou bom o Bruno estar jogando bola naquela hora?
2	O amigo achou chato o Daniel estar escutando música de fones?
3	O amigo acha que o Lucas vai ficar com fome no cinema?
4	O amigo acha que Mateus está se cuidando ao andar de skate?
5	O irmão acha que o Pedro acabou de sair do banho?
6	A Ana acha que está um dia ruim para ir a praia?
7	A amiga acha que o Gabriel canta bem?
8	O Antônio acha que cuida mal das flores?

Fonte: Grupo METAFOLIA.

A pergunta que referiu insinceridade a') buscou identificar se o participante era capaz de depreender a intenção do personagem que produziu o enunciado irônico através de uma

estrutura que coloca em evidência os atos de fala. Dessa forma, o que o personagem fala pode ser compreendido como uma ação. Assim, a intenção do personagem deveria ser inferida através da ação expressa nas possibilidades de resposta. Esta pergunta foi estruturada como fechada e comportava a dimensão de “insinceridade”.

QUADRO 16: Balanceamento da estrutura das perguntas que referem insinceridade a’)

Item	Pergunta
Exemplo	João estava criticando ou aprovando o barulho?
1	O amigo está elogiando ou criticando o Bruno?
2	O amigo está mostrando que está contente ou reclamando do Daniel?
3	O amigo está dando um aviso ou gozando do Lucas?
4	O amigo está criticando ou elogiando o Mateus?
5	O irmão está elogiando ou criticando Pedro?
6	A Ana está reclamando ou anunciando que está contente?
7	A amiga está elogiando ou criticando o Gabriel?
8	O Antônio está criticando ou elogiando a si mesmo?

Fonte: Grupo METAFOLIA.

A pergunta que referiu a habilidade de ToM1 buscou identificar se o participante atribuiu alguma intenção ao personagem que produziu o enunciado irônico. Por essência, a pergunta é aberta.

QUADRO 17: Balanceamento da estrutura das perguntas que referem Teoria da Mente de 1ª ordem

Item	Pergunta
Exemplo	O que o João queria que a Maria pensasse?
1	O que o amigo queria que o Bruno pensasse?
2	O que o amigo queria que o Daniel pensasse?
3	O que o amigo queria que o Lucas pensasse?

4	O que o amigo queria que o Mateus pensasse?
5	O que o irmão queria que o Pedro pensasse?
6	O que a Ana queria que a amiga pensasse?
7	O que a amiga queria que o Gabriel pensasse?
8	O que o Antônio queria que a amiga pensasse?

Fonte: Grupo METAFOLIA.

A pergunta que referiu a habilidade de ToM2, por outro lado, buscou identificar se o participante atribuía alguma intenção ao personagem que produziu o enunciado irônico em relação ou sobre os efeitos desse enunciado ao outro personagem envolvido no contexto em questão.

QUADRO 18: Balanceamento da estrutura das perguntas que referem Teoria da Mente de 2ª ordem

Item	Pergunta
Exemplo	João queria que a Maria soubesse o que ele estava pensando?
1	O amigo queria que o Bruno soubesse o que ele estava pensando?
2	O amigo queria que Daniel soubesse o que ele estava pensando?
3	O amigo queria que Lucas soubesse o que ele estava pensando?
4	O amigo queria que Mateus soubesse o que ele estava pensando?
5	O irmão queria que Pedro soubesse o que ele estava pensando?
6	A Ana queria que a amiga soubesse o que ela estava pensando?
7	A amiga queria que o Gabriel soubesse o que ela estava pensando?
8	O Antônio queria que a amiga soubesse o que ele estava pensando?

Fonte: Grupo METAFOLIA.

Finalizada a composição dos itens e das perguntas, o procedimento de análise de juízes foi realizado com o objetivo de reunir indicadores de qualidade e adequação da TCIV.

7.5 Procedimento de análise de juízes

Esta etapa é denominada por Pasquali (1999) de análise semântica e foi pautada pelo julgamento dos itens e perguntas da TCIV buscando verificar o quanto o item se aproxima da definição operacional do construto através de suas dimensões. Este procedimento de analisar o quanto o item se aproxima do construto que o teste almeja mensurar é denominado de análise de conteúdo. A hipótese, nesta etapa deste trabalho, é que a análise de conteúdo sirva para referendar o quão adequados estão os itens ao representar o fenômeno medido pelo próprio item aproximando o resultado do teste com a teoria que o embasa.

Seis profissionais que não tiveram contato prévio com nenhuma versão da TCIV foram convidados a participar como juízes especialistas. Em suma, o perfil dos juízes especialistas foi formado por profissionais com experiência em pesquisa em pós-graduação nas áreas de elaboração de instrumentos psicométricos, avaliação e intervenção neuropsicológica, linguística, fonoaudiologia e psicoterapeutas com orientação neuropsicológica. Em suma, são profissionais que de alguma forma estão em contato com os diferentes elementos envolvidos na elaboração da TCIV. A seguir, uma breve contextualização dos juízes especialistas:

Juiz 1: Psicóloga clínica, especialista em transtornos do desenvolvimento, mestre e doutora em psicologia, com experiência em intervenção neuropsicológica no Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Juiz 2: Psicólogo clínico, mestrando em neuropsicologia com experiência no desenvolvimento e uso de escalas e testes psicométricos.

Juiz 3: Fonoaudióloga, especialista e mestre em distúrbios da comunicação, doutora em gerontologia, com experiência em avaliação e intervenção neuropsicológica.

Juiz 4: Psicóloga clínica, especialista em psicoterapia cognitivo-comportamental e experiência com avaliação e intervenção neuropsicológica no TEA e lesões cerebrais adquiridas.

Juiz 5: Linguista, mestre em estudos da linguagem e doutoranda em linguística. Experiência em Linguística Cognitiva, linguística aplicada a transtornos de aprendizagem em leitura, escrita e aritmética e em relações entre cognição linguística e matemática, bem como em neuropsicologia cognitiva aplicada à educação.

Juiz 6: Psicóloga clínica, especialista em psicoterapia cognitivo-comportamental e com experiência em avaliação e intervenção neuropsicológica no TEA.

Após serem convidados e concordarem em participar de forma online, os seis juízes receberam individualmente uma pasta virtual através do plataforma *Google Drive*, contendo três arquivos: 1) Protocolo para análise de juízes com a apresentação do trabalho, as instruções de preenchimento, um breve referencial teórico delimitando os conceitos operacionalizados nos itens para a avaliação e a própria TCIV contendo as instruções para aplicação, os itens e as respectivas perguntas, todos acompanhados pelos quesitos a serem pontuados; 2) uma pasta contendo os nove áudios gravados separadamente e 3) um demonstrativo do protocolo de aplicação da TCIV. O protocolo utilizado para a análise de juízes e o protocolo de aplicação da TCIV estão alocados no Apêndice A.

Os juízes foram informados que o principal objetivo do procedimento era levantar indicadores de qualidade dos itens para reduzir a lista de oito para seis itens onde os dois itens julgados mais problemáticos seriam descartados. Também que as questões sobre a habilidade de ToM poderiam não ser utilizadas na versão final do instrumento.

As instruções da TCIV foram avaliadas a partir da clareza, adequação e de sua suficiência considerando a estimativa da amostra (crianças, adultos e idosos). Os itens e as perguntas da TCIV foram avaliados considerando a relevância dos itens e a adequação do vocabulário para a faixa etária estimada (dos cinco até os 70 anos), a necessidade de se fazer todas as questões propostas, se as questões do item contemplavam suficientemente o fenômeno, se havia uma consistência entre a habilidade que o item pretende avaliar e o tipo de item da tarefa, se a habilidade avaliada foi representada no item, se o contexto lido pelo aplicador estava suficiente e claro, se a prosódia estava controlada através dos áudios e sobre a dificuldade dos itens. Os quesitos que avaliavam as instruções, os itens e as perguntas tinham uma escala Likert de 3 pontos (não, sim com ressalvas e sim) para registrar as respostas dos juízes. A única questão que possuía uma escala diferente foi a que avaliou a dificuldade do item, que era uma escala Likert de 5 pontos (muito difícil, difícil, basal, fácil e muito fácil). Nas instruções e em cada um dos itens havia um campo destinado para o juiz apontar suas observações caso desejasse.

Já ao final do protocolo havia quatro questões que endereçaram a TCIV como um todo. Essas questões buscaram levantar indícios de validade de face, quanto a possibilidade de escore único do item, sobre a suposta presença de uma hierarquia das perguntas, sobre as dimensões do fenômeno e sobre a gradação da complexidade das respostas. As respostas dos

seis juízes em todas as questões foram tabuladas e computadas no Programa *BioEstat*, versão 5.3, em um banco de dados elaborado para este procedimento.

7.5.1 Resultados do procedimento de análise de juízes

De uma forma geral, as respostas dos juízes se mantiveram estáveis nos quesitos propostos. A variação do coeficiente de concordância dos juízes, extraída através do índice Kappa, sugeriu que, dos nove itens avaliados (um exemplo e oito itens de teste), quatro itens tiveram uma concordância forte e cinco uma concordância moderada. Dos nove, em dois (ambos com concordância moderada) os juízes foram congruentes sinalizando algumas limitações. A análise qualitativa das respostas dos juízes sugeriu que esses dois itens estavam prejudicados na consistência entre a habilidade que o item se propõe a avaliar (item 2) e a grande amplitude, na percepção dos juízes, sobre a dificuldade do item (item 1). Justamente no quesito que avalia a dificuldade é onde se encontra a maior flutuação das respostas dos juízes nos nove itens. Isso pode ser explicado pela subjetividade de cada avaliador, o que também pode ser uma característica de tarefas que mensuram a ironia. Serão apresentados na sequência os resultados da análise de juízes, condensados no Quadro 19.

QUADRO 19: Apresentação dos resultados do procedimento de análise de juízes

Item	Kappa	Classificação	Ranking	Qualitativo	Tipo
Exemplo	0.69	Forte	Exemplo	Adequado	Fato
1	0.42	Moderada	7	Variabilidade na percepção de dificuldade	Fato/atitude
2	0.41	Moderada	8	Consistência duvidosa	Atitude
3	0.64	Forte	3	Adequado	Atitude
4	0.78	Forte	1	Fazer adequações no vocabulário	Atitude
5	0.48	Moderada	6	Percepção de dificuldade	Fato
6	0.73	Forte	2	Adequado	Fato
7	0.56	Moderada	4	Adequado e rever	Fato

				vocabulário para crianças muito pequenas	
8	0.55	Moderada	5	Adequado	Fato

Fonte: elaboração própria.

Através da análise das respostas dos juízes, sobre a estrutura dos itens e a perspectiva do respondente, a juíza 5 sabiamente questionou sobre o fato de a tomada de perspectiva estar em relação ao personagem da cena ou do próprio respondente. Também, apontou que alguns contextos não estavam muito claros. Por exemplo, no item 2 havia: “Daniel está com fones de ouvido escutando um som muito alto. E um amigo diz: *Eu adoro quando você presta atenção em mim!*”. A juíza 5 comenta, acertadamente, que o contexto não mostra que Daniel está em uma situação na qual deveria estar prestando atenção no amigo e que ele, inclusive, poderia nem ter visto o seu amigo e, por isso, não ter dado atenção a ele. Após essa análise, o contexto do item 2 foi alterado para “Daniel está com fones de ouvido escutando um som alto durante uma conversa. E seu amigo diz...”. Já o outro questionamento da mesma juíza sobre a tomada de perspectiva foi recorrente em outros itens. O grupo de pesquisa, em decisão conjunta, optou por manter o item como estava, uma vez que o tipo de item delineado comportava essa nuance e o sistema de resposta deveria prever essa variabilidade.

A partir das discussões suscitadas por este procedimento de análise de juízes e das respostas dos participantes ao estudo piloto 2, uma outra nuance foi levantada. Foi possível observar que, em uma análise mais íntima da estrutura interna do item, a ironia era referenciada no enunciado irônico em relação ao fato em questão, à atitude tomada por algum dos personagens ou de forma mista. O grupo de pesquisa se resignou quanto as tentativas de explicação teórica e optou por observar como estes aspectos apareceriam nas respostas dos participantes. Isto também será resguardado para a discussão dos resultados. Quanto às instruções para a aplicação da TCIV, os juízes foram unânimes ao afirmar que os comandos estavam adequados.

O próximo passo sistematizado após a análise semântica é a análise empírica dos itens. Nesta etapa da análise, Pasquali (1999) sustenta a importância de se observar os como os itens se portaram nesses sujeitos.

7.6 Participantes

Um grupo de 26 adultos, universitários, com desenvolvimento típico, estudantes de uma universidade pública de Porto Alegre, com idades entre 18 e 42 anos ($M=23,2$; $DP=5,42$), distribuição paritária de sexo e selecionados por conveniência participaram desta etapa do trabalho.

7.7 Aplicação do instrumento

Após a apresentação dos objetivos do trabalho e da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido a TCIV foi aplicada. Como não era objetivo do estudo explorar o desempenho da amostra na TCIV, mas sim verificar a adequação dos itens da tarefa, optou-se por uma aplicação coletiva. Em um ambiente de sala de aula, cada participante recebeu um protocolo no qual registraria de forma autônoma suas respostas. O protocolo estava diagramado de modo que havia a numeração do item e das perguntas com seus respectivos espaços (Apêndice B). O aplicador situava os participantes em relação à sequência de itens, lia o contexto em voz alta para todos e um pesquisador auxiliar disparava o item gravado em áudio no sistema de som da sala de aula. Os respondentes não tinham qualquer apoio escrito do item. Após um breve intervalo de tempo, quando todos pudessem ter respondido, era apresentado o item subsequente. A aplicação demorou aproximadamente 40 minutos.

7.8 Resultados e discussão

De uma forma geral, esta terceira versão da TCIV foi a que se mostrou mais sensível para captar a compreensão de ironia verbal em relação às outras duas versões anteriores. Foi possível identificar, através das respostas dos participantes, que a ironia verbal foi compreendida através dos itens que compõem a tarefa com estabilidade e sem deixar margem para outros fenômenos que não estivessem previstos a partir das diferentes concepções teóricas. Porém, ainda se observam importantes limitações na especificidade da TCIV a partir do questionário elaborado. Estes dizem respeito a qual processo envolvido na compreensão de ironia verbal, como os descritos no corpo desta dissertação, as respostas dos participantes remeteram.

Não foi possível identificar um padrão estável capaz de direcionar as respostas dos participantes para as dimensões de alusão e insinceridade, inclusive quando se considera a ToM. As perguntas acabaram se sobrepondo, prejudicando a possibilidade de compreender o

padrão de respostas dos participantes, uma vez que nem sempre as respostas remetiam a uma das duas dimensões das quais originaram. É importante considerar que Creusere (2000), em seu estudo que derivou o questionário utilizado nesta versão da TCIV, precisou ajustar o seu questionário da mesma forma e em função do mesmo fenômeno observado neste trabalho. Estes resultados colocaram o questionário da TCIV em uma situação de reanálise que será discutida a seguir.

As respostas dos participantes, para todas as perguntas, indicaram alguns padrões qualitativos. Houve um efeito de teto, ou seja, todos os participantes acertaram em todos os itens as questões que referiam alusão a') (O João disse isso porque é bom ou ruim dormir com barulho?), insinceridade a) (O João estava gostando do barulho?), insinceridade a') (João estava criticando ou aprovando o barulho?) e ToM2 (João queria que a Maria soubesse o que ele estava pensando?). Inicialmente, há que se ressaltar a possibilidade de um viés amostral ter ocorrido, uma vez que os participantes, por sua graduação, talvez estivessem sensibilizados para identificar sutilezas linguísticas. Outro fator é que a estrutura do questionário também pode ter favorecido uma vez que todas as questões que demonstraram efeito de teto eram do tipo fechadas ou restringiam muito as possibilidades de respostas. Porém, analisando o conjunto completo das questões e das respostas, é possível inferir que há algo a mais. Neste ponto do trabalho, ainda não está em discussão o sistema objetivo (quantitativo) de pontuação, mas sim as tendências qualitativas de agrupamento das respostas dos participantes.

Ainda que tenha sido verificada uma estabilidade nas respostas que referiam alusão a'), insinceridade a), insinceridade a') e ToM2, o mesmo não aconteceu nas que referiam à compreensão geral (O que o João quis dizer?), Alusão a) (Por que o João disse isso pra Maria?) e ToM1 (O que o João queria que a Maria pensasse?). Para sistematizar as respostas dos participantes, o primeiro movimento foi o de estabelecer as categorias onde as respostas pudessem ser alocadas e para isso se considerou as duas dimensões da TCIV, alusão e insinceridade. Como a ToM não foi considerada uma dimensão oficial da TCIV, mas sim um fenômeno que seria explorado nesta dissertação, a observação de suas inter-relações ficou resguardada provisoriamente.

Essa primeira investida se mostrou limitada pois algumas respostas não remetiam nem à alusão nem à insinceridade, mas ainda demonstravam que a ironia havia sido compreendida. A partir da discussão levantada na análise de juízes de que a ironia também poderia remeter ao fato ou à atitude, uma terceira categoria foi adicionada (conforme descrito no Quadro 20),

visto que as respostas também endereçavam, agora de forma inédita, o contexto do item. O fato refere-se ao elemento do contexto que foi o alvo da ironia enquanto a atitude referia um comportamento de algum personagem do contexto. Para favorecer a compreensão do leitor, será apresentado abaixo um exercício de visualização através do item de exemplo da TCIV e da primeira pergunta que o acompanha.

QUADRO 20: Exemplo do sistema de correção da pergunta geral

<u>Item Exemplo</u>				
“João e Maria estão deitados na cama tentando dormir. Um som alto invade o quarto e João diz: é bem legal quando os vizinhos fazem barulho a noite”.				
<u>Pergunta Geral</u>				
O que o João quis dizer?				
		Alusão	Insinceridade	Contexto
Part.	Resposta	Não é legal quando barulho entra no quarto e estamos tentando dormir.	João não está querendo demonstrar sua aprovação.	Fato ou atitude
01	não acha legal para o descanso quando os vizinhos fazem barulho a noite	Sim	Sim	Não
02	o barulho dos vizinhos afeta o sono	Não	Não	Sim (fato)
03	não gosta quando os vizinhos fazem barulho à noite	Sim	Sim	Não
04	não consegue dormir por causa do barulho incômodo	Não	Não	Sim (fato e atitude)
09	vizinho barulhento incomoda	Sim	Não	Não
22	João estava reclamando do barulho	Não	Sim	Não

Fonte: elaboração própria.

Nos exemplos acima, as respostas indicam limites sutis em alguns casos e mais notórios em outros. Os critérios de como as respostas podem ser alocadas não são fixos ou rígidos quando a resposta consegue carregar as duas dimensões propostas pela TPA (casos 1, 3, 9 e 22), mas são falhos quando a resposta não evidencia as dimensões em primeiro plano, mesmo que o respondente demonstre ter compreendido a ironia (casos 2 e 4).

Quando a resposta evidencia a categoria do contexto, é hora de voltarmos à diferenciação entre fato e atitude. Essa diferenciação ocorre quando o respondente pode ancorar sua resposta remetendo ao fato que o contexto do item evoca, a cena em si, ou na atitude de um dos personagens da cena irônica. Esta categoria emergiu a partir das respostas, foi inserida *ad hoc*, como uma forma de complementar a categorização das respostas. De uma forma intuitiva, mesmo quando a resposta não remete a uma alusão ou insinceridade, é possível identificar se ela remete ao fato ou à atitude. O participante que responde “não consegue dormir por causa do barulho incômodo”, em um primeiro momento, não reporta alusão nem insinceridade de uma forma direta, mas esta é uma resposta correta que indica que a ironia verbal foi compreendida. No núcleo da resposta, é possível identificar a noção convencionalizada de que barulho incômodo atrapalha o sono, e esse pode ser o cerne da alusão que foi feita para ancorar a compreensão da ironia verbal, na qual o participante pode se beneficiar com seu conhecimento de mundo.

Por definição, a alusão pode se apresentar na forma direta, quando o enunciado irônico ecoa explicitamente um enunciado anterior. Por outro lado, na forma indireta, a interpretação ecoica não é necessariamente uma propriedade colocada no discurso, mas faz uma alusão a alguma predição, expectativa, preferência ou norma prévia daquilo que deseja comunicar (KUMON-NAKAMURA et al., 1995). Quando se tem como no exemplo uma resposta do tipo “não consegue dormir por causa do barulho incômodo”, o referencial aludido (que ecoa) indiretamente pode ser “barulho incômodo atrapalha o sono”. Esta resposta pode sugerir uma predominância, ainda que não exclusividade, dos componentes que sugerem a variável sociocognitiva, pois a resposta pode referir a um processo de inferências e atribuições de estados mentais e de comportamentos, uma vez que o participante atribuiu uma intenção sobre o comportamento do personagem (de não conseguir dormir) a partir de seu conhecimento experiencial (de que barulho atrapalha o sono).

Ainda na resposta “não consegue dormir por causa do barulho incômodo”, não se vê um contraste que remete uma insinceridade entre o conteúdo semântico do enunciado e a intenção do enunciador ou a violação de alguma regra conversacional, o que seria mais característico

na variável sociocomunicativa. Respostas que indicassem um contraste no núcleo do enunciado irônico através do elemento que evoca uma insinceridade semântica poderiam remeter em um primeiro plano à variável sociocomunicativa.

Vejam, como exemplo, o enunciado irônico referido “é bem legal quando os vizinhos fazem barulho a noite”. Neste caso, João, o personagem que enuncia a ironia, não está querendo demonstrar sua aprovação quando diz “é bem legal” e esse elemento, que é tido como o núcleo do enunciado irônico, pode ser considerado como o disparador da insinceridade. No caso da resposta “não acha legal para o descanso quando os vizinhos fazem barulho a noite”, fica evidenciado um contraste entre “não acha legal” e sua insinceridade semântica evocada por “é bem legal”, mas, além disso, ela também evoca, agora em segundo plano, uma alusão do quanto o barulho atrapalha o sono. A identificação da insinceridade no nível semântico motiva o respondente a fazer um rastreio através do contraste entre o referencial semântico e a intenção comunicativa e informativa presentes no contexto. Como a intenção comunicativa e informativa também estão presentes, evidentemente, quando se faz uma alusão à violação de uma expectativa, não se considera uma cisão entre as variáveis sociocomunicativas e sociocognitivas.

É possível supor que as respostas dos participantes 02 e 04 se aproximam mais das respostas dos participantes 01, 03 e 09 e se distanciam mais da resposta do participante 22. No primeiro caso (participantes 01, 02, 03, 04 e 09), há algo que pode estar em associação, como a alusão a uma expectativa violada e o fato irônico referido, que acabam por evocar a variável sociocognitiva. Isso porque as respostas não trouxeram, em primeiro plano uma ancoragem no contraste entre o referencial semântico e a intenção do enunciador, o que poderia ser oriundo da insinceridade e, por conseguinte, da variável sociocomunicativa.

Além disso, os efeitos causados pela própria estrutura do item podem influenciar as respostas já que um ato de fala carrega em si uma expressão natural que evoca uma ação pelo personagem que enunciou o ato de fala irônico. Em “João estava reclamando do barulho”, fica em evidência a estrutura do ato de fala exprimindo uma ação, uma vez que o participante identificou que o personagem estava fazendo uma reclamação e não um elogio com “é bem legal”.

Não é o objetivo deste trabalho explorar e demonstrar cada uma das respostas dos participantes, até porque essa tarefa seria inviável, mas sim exemplificar que as respostas demonstram uma referência a algum componente teórico e já podem ser previstas dentro de

uma margem de variabilidade. Vejamos abaixo um exemplo de como se portam as respostas de alguns participantes na pergunta que refere a alusão a).

QUADRO 21: Exemplo do sistema de correção da pergunta de alusão

<u>Item 2</u>				
<i>“Daniel está com fones de ouvido escutando um som alto durante uma conversa. E seu amigo diz: Eu adoro quando você presta atenção em mim!”</i>				
<u>Pergunta Alusão a</u>				
Por que o amigo disse isso pro Daniel?				
		Alusão	Insinceridade	Contexto
Part.	Resposta	Daniel deveria estar prestando atenção no amigo	O amigo não adora quando Daniel não está prestando atenção nele	Fato ou atitude
01	para repreendê-lo	Não	Sim	Sim (atitude)
05	porque ele não estava prestando atenção nele com a música alta durante a conversa	Sim	Não	Não
11	ele queria a atenção de Daniel naquele momento	Sim	Não	Não
20	para ele prestar mais atenção	Sim	Não	Não
22	porque o incomoda a falta de noção de Daniel	Não	Sim	Não

Fonte: elaboração própria.

A pergunta de alusão a) buscou identificar alguma motivação que o participante atribuiu ao personagem que produziu o enunciado irônico. Pressupõe-se que essa motivação parte de algum tipo de norma, comportamento ou expectativa que foi violada, através da identificação de alguma motivação do personagem que produziu o enunciado irônico. A estrutura da pergunta “Por que fulano disse isso?” da pergunta de alusão a), bem como a estrutura “O que

fulano quis dizer?” da pergunta geral, acabaram convergindo para um núcleo comum de respostas que identificou e reconheceu tanto a motivação quanto a intenção que levaram um personagem a dizer algo da forma como foi dito.

Uma resposta do tipo “para repreendê-lo” (participante 01) coloca em evidência uma atitude do personagem enunciador irônico, novamente extrapolando os pressupostos TPA, não sendo possível alocar a resposta na categoria alusão ou insinceridade de forma inequívoca. De fato, uma resposta desse tipo remete ao ato de fala atribuído pela participante, supostamente pretendido pelo enunciador; neste caso, uma repreensão. A resposta remete a um tipo de atribuição de intenção que evoca uma insinceridade a partir da discrepância entre o referencial semântico de “eu adoro” e a intenção comunicativa de repreender o outro personagem. Essa atribuição de intenção pode ser qualitativamente diferente da atribuição de intenção quando se faz uma alusão a uma expectativa que foi violada. A atribuição de intenção, nesse caso, parece remeter mais à insinceridade do que à alusão.

Desta forma, no exemplo anterior, do item 1, vimos a ToM adentrando os limites da alusão e, no atual exemplo, do item 2, vimos uma ocorrência onde a ToM permeia a insinceridade. Já a pergunta que elicitava a própria habilidade de ToM trouxe respostas que indicam a ocorrência do mesmo processo de a intenção que moveu o enunciado irônico. A partir deste momento, as respostas dos participantes nas duas perguntas referentes a habilidade de ToM passam a ser consideradas e discutidas em conjunto. Tem-se, a seguir, exemplos de respostas de alguns dos participantes no Quadro 22.

QUADRO 22: Exemplo do sistema de correção da pergunta de Teoria da Mente

<u>Item 3</u>				
<i>“Lucas está carregando um saco muito grande de pipoca. E um amigo diz: Eu acho que você vai passar fome no cinema”</i>				
<u>Pergunta ToM1</u>				
O que o amigo queria que o Lucas pensasse?				
		Alusão	Insinceridade	Contexto
		Lucas exagerou na quantidade de pipoca que seria necessária, pois o	Faz um alerta para fazer uma zombaria. Lucas não deverá	Fato ou atitude.
Part.	Resposta			

		saco é muito grande.	passar fome no cinema	
02	ele exagerou na quantidade de pipoca	Sim	Sim	Não
06	que ele pegou comida demais	Sim	Sim	Não
13	que ele exagerou	Sim	Sim	Não
18	que não precisava tanta pipoca	Sim	Sim	Não
23	que era muita pipoca	Sim	Sim	Não

Fonte: elaboração própria.

Os exemplos demonstrados acima sugerem que mesmo as respostas que remetem à ToM conseguem ser alocadas por outras dimensões (alusão num primeiro plano, e insinceridade num segundo plano), bem como podem ser sistematizadas da mesma forma das perguntas que não medem a ToM. Há evidências, a partir da análise qualitativa das respostas dos participantes deste terceiro estudo piloto, de que as perguntas geral (O que o amigo quis dizer?), alusão a) (Por que o amigo disse isso pro Lucas?) e sobre a habilidade de ToM elicitam respostas que se sobrepõem durante o processamento da ironia verbal.

Considerando-se o conjunto das respostas apresentados no exemplo acima no Quadro 22 às cegas, as respostas que aqui foram obtidas através de uma pergunta que mensurou a ToM poderiam servir tanto para a questão geral como para alusão a). Temos aqui a ToM fazendo a junção entre as duas variáveis previstas para sistematizar a estrutura interna da ironia verbal (sociocognitiva e sociocomunicativa) ao mesmo tempo que as compõe. A ToM, considerada como uma dimensão formal da ironia verbal, pode ser observada através da atribuição e reconhecimento de crenças, estados mentais e intenções que, no caso da dimensão de alusão, propicia o *background* e baliza o julgamento de adequação o sistema de atribuições e reconhecimentos. Já a ToM no caso da dimensão de insinceridade se insere no sistema de atribuição e reconhecimento de intenções quando há uma discrepância entre a forma semântica daquilo que é dito e o que é pretendido.

Neste ponto, uma autocrítica deve ser feita. Houve uma falha metodológica e de execução no planejamento das duas questões que faziam referência a habilidade de Teoria da Mente. Na

versão que foi aplicada na amostra, e que está exemplificada neste texto, a forma da pergunta ToM1 na tabela acima na realidade afere o que seria a ToM2. Isto pode ser sistematizado da seguinte maneira:

QUADRO 23: Teoria da Mente de primeira e segunda ordem

	Como foi testada	Como deveria ser
ToM1	O que o amigo queria que o Lucas pensasse?	O que o amigo estava pensando?
ToM2	O amigo queria que Lucas soubesse o que ele estava pensando?	O que o amigo queria que o Lucas pensasse?

Fonte: elaboração própria.

Para os fins deste trabalho, fica sugerido o descarte das respostas referentes à questão ToM2 de todos os itens. Como a habilidade de Teoria da Mente de segunda ordem é reconhecidamente mais complexa em relação à de primeira ordem, se assume como verificação da habilidade de ToM, neste trabalho, apenas as respostas referentes à questão chamada de ToM1. Assim, estima-se que, caso o participante tenha tido êxito no que seria a ToM2, automaticamente ele possui a ToM1 desenvolvida.

Creusere (2000), no estudo descrito anteriormente, passou pelo mesmo processo de perceber que as questões “O que fulano quis dizer”, correspondente da pergunta geral neste estudo, e “Por que fulano disse isso?”, correspondente da pergunta alusão a), remetiam à mesma dimensão: a alusão. Creusere, (2000) não estava especialmente interessada em estabelecer os limites que diferenciavam alusão de ToM, inclusive os sistemas de pontuação das duas dimensões eram diferentes. A autora não estava preocupada em elaborar uma tarefa que fosse estável ao diferenciar os fenômenos que as questões elicitavam, mas sim observar como o fenômeno da ironia verbal se portava naquela amostra.

Como pré-requisito de um instrumento psicométrico devidamente calibrado, os itens e as questões precisam ser satisfatoriamente elaborados no referencial teórico adotado. Além disso, é necessário ter a capacidade de diferenciar o que não faz parte do construto em evidência. Com os exemplos das respostas que tipicamente ocorreram nas perguntas geral, alusão a) e ToM, quando não fica evidente em um primeiro plano que as respostas do participante referem às dimensões alusão ou insinceridade, determinar se elas remetem à atitude do personagem ou ao fato do contexto pode ser um diferencial.

Em suma, temos então que as perguntas geral e alusão a) se mostraram sobrepostas e remeteram à dimensão de alusão descrita pela TPA. A primeira pergunta sobre ToM demonstra complementar o processamento da compreensão de ironia verbal quando explora as intenções dos personagens. Quando se considera a alusão e a ToM como dimensões da ironia verbal, é possível inferir que ambas contribuem ao processo, evidenciando a motivação e a intenção do emissor do enunciado irônico.

A dimensão insinceridade, por hipótese, pode elicitar dois tipos de inferência: a semântica e a pragmática. As inferências semânticas oferecem uma interpretação do que o falante diz e as pragmáticas, baseadas na recuperação de informações específicas do contexto, permitem uma interpretação do que o falante quer dizer (PANCIERRA e DOMINGUES, 2013). A insinceridade é mensurada na TCIV através de questões relativamente fechadas e que não possibilitam muita amplitude de respostas, o que deve se relacionar com o efeito de teto observado nesta amostra. Porém, na forma como estão estruturadas, as questões explicitam dois importantes componentes. A questão de insinceridade a) (O João estava gostando do barulho?) evoca uma inferência pragmática ao focar a veracidade semântica do enunciado em um determinado contexto. Já a questão de insinceridade a') (João estava criticando ou aprovando o barulho?) envolve inferência pragmática de outra natureza, já que coloca em questão uma ação transmitida através do ato de fala, transparecendo uma intenção comunicativa que destoa da forma verbal pela qual foi produzida.

De acordo com Banasik-Jemielniak e Bokus (2019), entender a ironia significa entender a intenção da outra pessoa, compreender os dois significados sugeridos pelo enunciado irônico (semântico e pragmático) e poder escolher o pretendido. Como esse mecanismo está relacionado à atribuição do estado mental, a compreensão de ironia está frequentemente ligada ao desenvolvimento da ToM (BANASIK 2013; HUANG et al., 2015). Uma perspectiva que considere as três dimensões aqui em questão (alusão, insinceridade e ToM) parece ser promissora, mesmo que não reflita uma hierarquia nas respostas dos participantes e que indique que esses processos são visíveis na decomposição das respostas aos itens, como um procedimento qualitativo opcional.

De qualquer modo, a TCIV demonstra ser sensível para captar a compreensão de ironia verbal pois as diferentes perguntas (geral, alusão a), alusão a'), insinceridade a), insinceridade a') e ToM) remetem à compreensão do fenômeno pelo respondente. A partir deste momento, será proposto um sistema de pontuação para TCIV que seja capaz de abarcar a variabilidade das respostas, amplo o suficiente para considerar as diferentes dimensões, sensível para captar

a compreensão de ironia verbal e específico o suficiente para sugerir em qual processo o respondente se ancorou predominantemente.

7.9 Proposta de sistema de pontuação das respostas da TCIV

A estrutura do questionário da TCIV coloca em evidência a forma como a ironia verbal é considerada nesta dissertação. As perguntas elicitam respostas que referem o construto da ironia verbal através de duas dimensões, sociocognitiva e sociocomunicativa, operacionalizadas através da alusão à violação de uma expectativa, insinceridade (aqui considerada semântica e não pragmática), e ToM. Dessa forma as respostas dos participantes podem ser direcionadas aos componentes sociocognitivos e sociocomunicativos, num primeiro plano, visto a dificuldade em se diferenciar especificamente a ocorrência dos atributos de alusão, insinceridade e ToM, que poderiam ser considerados em um segundo plano. O primeiro plano e o segundo plano seriam considerados análises qualitativas da resposta, que talvez possam ser interessantes ao usuário do instrumento, podendo ser um procedimento opcional. O usuário do instrumento pode estar mais interessado em saber se o respondente compreendeu ou não a ironia verbal do que saber qual elemento da estrutura interna da ironia foi determinante.

Por isso e para otimizar o tempo de aplicação sem causar fadiga ou desinteresse no participante, se propõe um questionário com a seguinte estrutura, exemplificado através do item de entrada:

Item: “João e Maria estão deitados na cama tentando dormir. Um som alto invade o quarto e João diz: é bem legal quando os vizinhos fazem barulho a noite”.

Pergunta 1: O que o João quis dizer?

Pergunta 2: Por que João disse isso?

Pergunta 3: João estava criticando ou aprovando o barulho?

Esse modelo de três perguntas “principais” (duas abertas e uma fechada) destoa do padrão comumente encontrado em outros estudos que exploraram a ironia verbal, uma vez que costumam manter a estrutura das perguntas centrais em uma aberta e outra fechada. Ao nosso entender, as duas perguntas abertas (perguntas um e dois) conseguiriam captar a dimensão sociocognitiva do construto da ironia verbal, num primeiro plano através dos atributos de alusão e ToM e, num segundo plano o atributo de insinceridade. A terceira

pergunta (fechada) captaria a dimensão sociocomunicativa do construto da ironia verbal, num primeiro plano através do atributo da insinceridade e, num segundo plano os atributos de alusão e ToM. Desta forma, as respostas se movem dentro de um espectro de compreensão de ironia verbal, polarizado entre as habilidades sociocognitivas e sociocomunicativas, através dos atributos de alusão, insinceridade e ToM.

A justificativa principal para alocar as perguntas centrais neste formato é que, na TCIV, temos a concepção de que a ironia e a ToM não são fenômenos correlacionados, mas sim complementares, concomitantes. A compreensão de ironia verbal, pela TPA, fica condicionada à ocorrência de uma violação de expectativa e de uma insinceridade, ressaltando que os próprios proponentes da teoria afirmam que a insinceridade pode ser uma condição necessária para a ironia verbal, mas possivelmente não é uma condição suficiente (KUMON-NAKAMURA et al., 1995).

Considerando a elaboração de um instrumento psicométrico para a avaliação da compreensão de ironia verbal e a tentativa de decompor o fenômeno da ironia verbal esta dissertação considera que a alusão e a ToM são fenômenos bastante próximos e, possivelmente, sobrepostos. No mecanismo da alusão é preciso que ocorra a identificação de uma expectativa ou norma que tenha sido violada, em consonância com autores da TPA (KUMON-NAKAMURA et al., 1995), porém, antes de identificar a violação é preciso aludir e prever aquilo que deveria acontecer. Neste ponto se supõe uma aproximação da ToM à alusão (prevista pela TPA), uma vez que, no contexto de avaliação, a ToM é identificada quando o indivíduo demonstra compreender a crença falsa, ou seja, a crença que conflita com a realidade (WELLMAN, 1990; PERNER, 1995). Para isso ele precisa conhecer e determinar a realidade que está sendo aludida e só depois identificar a violação. Neste processo de inferências entre aquilo que aconteceu, aquilo que deveria acontecer, o que não aconteceu e de qual forma aconteceu são observados os componentes sociocognitivos e sociocomunicativos, possivelmente de forma concomitante e exemplificam a magnitude da ironia verbal.

Com relação a insinceridade e a ToM, se supõe nesta dissertação, que a insinceridade refere (predominantemente, mas não exclusivamente) à estrutura do mecanismo que elicita a ToM, expressa através do item de estímulo (no caso da TCIV, formado pelo contexto e enunciado irônico). Isto pode ser observado através do conteúdo (refere o assunto sobre o estado mental), a atitude (indica se o conteúdo é esperado, desejado, etc.) e o sujeito (a pessoa que possui uma atitude sobre o conteúdo) envolvidos no item. Para ilustrar temos, como

exemplo, o item sete da TCIV, que inicia pela apresentação do contexto lido pelo aplicador: “Gabriel tirou o primeiro lugar no concurso de canto. E uma amiga diz: (gravação em áudio) ‘Estou vendo que você nem sabe cantar’”. O conteúdo envolve, nesse caso, uma inferência sobre o núcleo irônico do enunciado que resulta em “que ele sabe cantar”. A atitude revela uma discrepância a partir daquilo que era esperado. O sujeito, aquele produziu o enunciado irônico no exemplo, passa a ser o alvo de um processo de inferências para determinar a suas intenções e motivações. Este mecanismo (conteúdo, atitude e sujeito) reflete a estrutura dos itens da TCIV a partir do principal paradigma de testagem da ToM, que são as tarefas de crença falsa.

Dessa forma, não se considera nesta dissertação uma hierarquia entre a alusão, insinceridade e ToM, mas sim que esses fenômenos podem ocorrer simultaneamente e um ou mais de um desses fenômenos podem ser evidenciados nas respostas consideradas satisfatórias dos participantes às perguntas da TCIV.

Como sugestão para a pontuação das respostas e composição do escore da TCIV, as perguntas um, dois e três poderão ter um crivo que oferecerá algumas possibilidades, em termos gerais, do que se espera como respostas adequadas sugerindo que a ironia verbal foi compreendida naquele item em questão. As respostas esperadas poderão ser estabelecidas a partir daquilo que o grupo de pesquisa considera como suficientes e/ou originadas da frequência deste terceiro estudo piloto ou de um próximo. As respostas dos participantes, nas perguntas um, dois e três, serão consideradas em conjunto através de uma forma geral, e que se estiver de acordo com as respostas previstas receberá uma pontuação máxima de 2 pontos.

Se as respostas não forem satisfatórias, as demais perguntas serão aplicadas para decompor o processamento da ironia verbal em elementos mais isolados, como:

Pergunta 4: (Alusão a’)) O João disse isso porque é bom ou ruim dormir com barulho?

Pergunta 5: (Insinceridade a)) O João estava gostando do barulho?

Pergunta 6: (ToM1) O que o João estava pensando?

Pergunta 7: (ToM2) O que o João queria que a Maria pensasse?

No caso de o participante conseguir acertar todas ou algumas das respostas previstas para as perguntas quatro, cinco, seis ou sete a pontuação seria de 1 ponto, igualmente a partir de um conjunto geral de respostas previstas. A pontuação de 0 (zero) é atribuída se o participante não acertou nenhuma resposta prevista. Espera-se, assim, um sistema de verificação fluído

pois as perguntas podem remeter à ironia contida no item de estímulo. A diferença é que as respostas das três primeiras perguntas conseguem refletir a gama de fenômenos considerados na composição da ironia verbal. As outras quatro perguntas conseguem o mesmo efeito, porém, direcionando o respondente em certa medida e restringindo as possibilidades de resposta e por isso devem ser mantidas.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A missão foi árdua, mas não menos instigante. Foi possível reafirmar a magnitude da linguagem humana, através do fenômeno da ironia verbal e seu desafio adicional de abarcá-lo em uma tarefa de avaliação. Em função de sua própria natureza a ironia verbal não possui limites operacionais bem circunscritos e isso requer um esforço para considerar as suas diferentes facetas. Isto é corroborado por Colston (2000) ao sugerir, acertadamente, que a ironia verbal envolve uma família de mecanismos, onde cada um desses conjuntos pode conter um conjunto ligeiramente diferente de condições necessárias para o sucesso da compreensão da ironia verbal. Esses mecanismos se sobrepõem em muitos casos ao mesmo tempo em que deixam lacunas entre si.

Os itens que compõem a TCIV possuem evidências de validade de conteúdo uma vez que as respostas elicitadas por eles remetem ao construto da ironia verbal. Isso não quer dizer que a tarefa não tenha limitações. A própria estrutura do item o torna vulnerável a críticas, já que buscou reduzir a ironia verbal em sua menor unidade, carecendo de validade ecológica. Por outro lado, não ficou dependente da memória operacional do participante, caso fosse oferecido um contexto ou enunciado maior.

Pela própria natureza do fenômeno da ironia verbal, o respondente pode se ancorar em qualquer um dos elementos que compõem o item, seja no contexto ou seja no enunciado, seja na alusão, insinceridade, ToM ou ato de fala, desde que evidencie o trânsito de atribuições intencionais. Para isso pode requerer elementos pragmáticos, como os encontrados na variável sociocomunicativa, e/ou os elementos da cognição social, como os da variável sociocognitiva. Essa sobreposição conceitual é natural da ironia verbal e muitas vezes um mesmo fenômeno é compreendido teoricamente de formas diferentes, porém, estimulado e capturado por procedimentos diferentes.

É importante salientar que esta tarefa fará parte de um instrumento maior, o COMFIGURA, podendo ser a última tarefa das cinco propostas, e assim sofrer efeitos de fadiga ou desinteresse se aplicadas todas as questões da TCIV de forma padrão. Dentre os comentários feitos pelos participantes, predomina o de que as questões são repetitivas e uma vez que as questões de insinceridade tiveram efeito de teto a posição delas na sequência de aplicação pode ser repensada, talvez interpondo questões de insinceridade com aquelas que mensuram a ToM.

A opção de resposta indicando o fato ou a atitude pode ser um marcador qualitativo auxiliar no momento de compreender o mecanismo da alusão utilizado pelo participante e poderá ser melhor operacionalizado.

Em suma, o estudo piloto 3 buscou explorar indicadores de análise semântica dos itens, através do procedimento de análise de juízes e a análise empírica. A análise semântica sugere, através da variação do coeficiente Kappa oriundo da concordância dos juízes, que dos oito itens verificados, os itens 1 e 2 podem ser removidos da lista por terem sua validade de conteúdo questionada, quando comparados aos outros seis itens.

A partir da exploração teórica e empírica realizada neste trabalho, se conclui que a Tarefa de Compreensão de Ironia Verbal, através de seus itens, demonstra evidências de validade de conteúdo em consonância com os critérios elencados por Pasquali (1999), conforme sistematizados abaixo:

1. comportamentais: itens expressam um comportamento passível de ser mensurado;
2. objetividade: os itens possibilitam a identificação da ocorrência de compreensão de ironia verbal nas respostas;
3. simplicidade: os itens expressam um conteúdo restrito que pode ser facilmente compreendido;
4. clareza: os itens são compreensíveis por crianças testadas a partir dos seis anos de idade e por adultos;
5. relevância: os itens avaliam o construto teórico da ironia verbal considerando os mecanismos intrínsecos das diferentes teorias que a fundamentam;
6. variedade: os itens foram controlados em termos de sua variabilidade e extensão;
7. modalidade: os itens não apresentam expressões como “bastante” ou “totalmente” que sugerissem algum critério subjetivo;
8. tipicidade: os itens apresentam expressões típicas do atributo;
9. credibilidade (*face validity*): os itens contextualizam situações rotineiras típicas, com grau de complexidade adequado para as diferentes faixas etárias a que se destina.

A precisão, que seria o décimo quesito, foi o único no qual os resultados não foram consistentes, já que não foi possível definir a posição do item dentro do construto, considerando sua estrutura interna, a partir das respostas obtidas nas amostras estudadas. Uma

vez que a precisão pode se relacionar com os atributos de fidedignidade do instrumento, este quesito deve ser objeto de estudos futuros.

Ainda em direção aos rumos da TCIV, são sugeridos estudos que possam complementar a consistência do instrumento reunindo evidências de validade de construto e de critério e evidências de fidedignidade, em conjunto com as evidências de conteúdo apresentadas neste trabalho. Fica sugerida a possibilidade de um quarto estudo piloto, que busque verificar a adequação da nova configuração do questionário, desde suas possíveis diferenças resultantes do arranjo das perguntas (já que não foram feitas adequações na estrutura das perguntas que referenciavam os atributos de alusão e insinceridade) e da adequação das perguntas de ToM. Testar a ToM de forma isolada, concorrente ao fenômeno da ironia, também poderia ser uma sugestão para os estudos futuros da tarefa. Os rumos futuros do desenvolvimento da TCIV poderiam abarcar, inclusive, a exploração dos marcadores de compreensão de ironia verbal em amostras clínicas predominantemente no contexto das alterações comunicativas e suas relações inter-relacionais.

O presente trabalho buscou almejar possíveis respostas sobre os limites operacionais da ironia verbal envolvidos no processo de elaboração de uma tarefa com propriedades psicométricas satisfatórias. Para além disso, emerge como uma oportunidade de discussão sobre os diferentes elementos que estruturam este complexo dispositivo da linguagem humana.

REFERÊNCIAS

- ACKERMAN, Brian. Contextual integration and utterance interpretation: The ability of children and adults to interpret sarcastic utterances. *Child Development*, v. 53, n. 4, p. 1075–1083, 1982.
- ACKERMAN, Brian. Form and function in children's understanding of ironic utterances. *Journal of Experimental Child Psychology*, v. 35, n. 3, p. 487–508, 1983.
- ADAMS, Douglas. *O restaurante no fim do universo*. São Paulo: Arqueiro, 2004.
- ADOLPHS, Ralph. Social cognition and the human brain. *Trends in Cognitive Sciences*, v. 3, p. 469-479, 1999.
- ADOLPHS, Ralph. The Social Brain: Neural Basis of Social Knowledge. *Annual review of psychology*, v. 60, p. 693-716, 2009.
- AKIMOTO, Yoritaka; MIYAZAWA, Shiho; MURAMOTO, Toshiaki. Comprehension Processes of Verbal Irony: The Effects of Salience, Egocentric Context, and Allocentric Theory of Mind. *Metaphor and Symbol*, v. 27, p. 217-242, 2012.
- ANDERSON, David; ADOLPHS, Ralph. A framework for studying emotions across species. *Cell*. v. 157, n. 1, p. 187-200, 2014.
- ANASTASI, Anne; URBINA, Susana. *Testagem psicológica*. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- APPERLY, Ian. What is “theory of mind”? Concepts, cognitive processes and individual differences. *Quarterly Journal of Experimental Psychology*, v. 65, n. 5, p. 825-839, 2012.
- ASTINGTON, Janet. Language and metalanguage in children's understanding of. In: ASTINGTON, Janet (Ed.). *Minds in the making: Essays in honor of David R. Olson*. Oxford, UK: Blackwell., 2012. p. 267 – 284.
- ASTINGTON, Janet; BARRIAULT, Terri. Children's theory of mind: How young children come to understand that people have thoughts and feelings. *Infants e Young Children*, v. 13, n. 3, p. 1-12, 2001.
- ATTARDO, Salvatore. The semantic foundations of cognitive theories of humor. *HUMOR: International Journal of Humor Research*, v. 10, p. 395–420, 1997.
- ATTARDO, Salvatore. Irony as relevant inappropriateness. *Journal of Pragmatics*, v. 32, p. 793–826, 2001.

- AUSTIN, John. *How to do things with words*. Oxford, UK: Oxford University Press, 1962.
- BANASIK, Natalia; PODSIADLO, Kornelia. Comprehension of Ironic Utterances by Bilingual Children. *Psychology of Language and Communication*, v. 20, n. 3, p. 316–335, 2016.
- BARBE, Katharina. *Irony in context*. Amsterdam: Benjamins, 1995.
- BARON-COHEN, Simon; LESLIE, Alan; FRITH, Uta. Does the autistic child have a “theory of mind”? *Cognition*, v. 21, p. 37–46, 1985.
- BARON-COHEN, Simon. *Mindblindness: An essay on autism and theory of mind*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1997.
- BEE, Helen. *A criança em desenvolvimento*. 7ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- BOOTH, Wayne. *A rhetoric of irony*. Chicago: University of Chicago Press, 1974.
- BROWN, Penelope; LEVINSON, Stephen. *Politeness: Some universals in language usage*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1987.
- BURGERS, Christian; VAN MULKEN, Margot; SCHELLENS, Peter. Type of evaluation and marking of irony: The role of perceived complexity and comprehension. *Journal of Pragmatics*, v. 44, p. 231-242, 2011.
- CAILLIES, Stéphanie; BERTOT, Vincine; MOTTE, Jacques; RAYNAUD, Christine; ABÉLY, Michel. Social cognition in ADHD: Irony understanding and recursive theory of mind. *Research in developmental disabilities*, v. 35, n. 11, p. 3191-3198, 2014.
- CHEN, Rong. *Verbal irony as conversational implicature*. Tese não publicada (Doutorado). Departamento de Inglês, Ball State University, Muncie, EUA, 213f., 1990.
- CHOMSKY, Noam. A Review of B. F. Skinner’s Verbal Behavior. *Language*, v. 35, p. 26–58, 1959.
- CLARK, Herbert; GERRIG, Richard. On the pretense theory of irony. *Journal of Experimental Psychology: General*, v. 113, n. 1, p. 121–126, 1984.
- COHEN, Ronald; SWERDLIK, Mark; STURMAN, Edward. *Testagem e avaliação psicológica: Introdução a testes e medidas*. 8ª ed. Porto Alegre: AMGH Editora, 2014.
- COLSTON, Herbert. Salting a wound or sugaring a pill: The pragmatic functions of ironic criticisms. *Discourse Processes*, v. 23, p. 24–45, 1997.

COLSTON, Herbert; O'BRIEN, Jennifer. Contrast and pragmatics in figurative language: Anything understatement can do, irony can do better. *Journal of Pragmatics*, v. 32, p. 1557–1583, 2000a.

COLSTON, Herbert; O'BRIEN, Jennifer. Contrast of kind vs. contrast of magnitude: The pragmatic accomplishments of irony and hyperbole. *Discourse Processes*, v. 30, p. 179–199, 2000b.

COMBS, Dennis; PENN, David; TIEGREEN, Joshua; NELSON, Amelia; LEDET, Sumer; BASSO, Michael; ELERSON, Kenneth. Stability and generalization of Social Cognition and Interaction Training (SCIT) for schizophrenia: six-month follow-up results. *Schizophrenia research*, v. 112, n. 1, p. 196-197, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Resolução nº 9, de 25 de Abril de 2018*. Disponível em: <<http://satepsi.cfp.org.br/docs/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-n%C2%BA-09-2018-com-anexo.pdf>> Acesso em: 30/05/2019.

COULL, Greig; LEEKAM, Susan; BENNETT, Mark. Simplifying second-order belief attribution: What facilitates children's performance on measures of conceptual understanding? *Social Development*, v. 15, n. 3, p. 260–275, 2006.

COUTURE, Shannon; PENN, David; ROBERTS, David. The functional significance of social cognition in schizophrenia: a review. *Schizophrenia Bulletin*, v. 32, p. S44-S63, 2006.

CREUSERE, Marlena. Theories of adults' understanding and use of irony and sarcasm: Applications to and evidence from research with children. *Developmental Review*, v. 19, n. 2, p. 213–262, 1999.

CREUSERE, Marlena. A developmental test of theoretical perspectives on the understanding of verbal irony: Children's recognition of allusion and pragmatic insincerity. *Metaphor and Symbol*, v. 15, p. 29–45, 2000.

CUTLER, Anne. On saying what you mean without meaning what you say. In: LaGALY, Michael; FOX, Robert; BRUCK, Anthony (Eds.), *Papers from the Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society*, v. 10, 1974, p. 117-127.

DIAMOND, Adele. Executive functions. *Annual review of psychology*, v. 64, p. 135-168, 2013.

DELEAU, Michel, MALUF, Maria Regina; PANCIERA, Sara. O papel da linguagem no desenvolvimento de uma Teoria da Mente: Como e quando as crianças se tornam capazes de

representações de estados mentais. In: SPERB, Tania; MALUF, Maria Regina (Orgs.). *Desenvolvimento sociocognitivo: Estudos brasileiros sobre a Teoria da Mente*. São Paulo: Vetor, 2008, p. 191-247.

DEMAREST, Amy; MEYER, Christine; PHELPS, Erin; GARDNER, Howard; WINNER, Ellen. Words speak louder than actions: Understanding deliberately false remarks. *Child Development*, v. 55, n. 4, p. 1527–1534, 1984.

DEWS, Shelley; WINNER, Ellen. Muting the meaning: A social function of irony. *Metaphor and Symbolic Activity*, v. 10, p. 3–19, 1995.

DEWS, Shelley; KAPLAN, Joan; WINNER, Ellen. Why not say it directly? The social functions of irony. *Discourse Processes*, v. 19, n. 3, p. 347–367, 1995.

DEWS, Shelley; WINNER, Ellen; KAPLAN, Joan; ROSENBLATT, Elizabeth; HUNT, Malia; LIM, Karen; McGOVERN, Angela; QUALTER, Alison; SMARSH, Bonnie. Children's understanding of the meaning and functions of verbal irony. *Child Development*, v. 67, n. 6, p. 3071–3085, 1996.

FILIK, Ruth; MOXEY, Linda. The on-line processing of written irony. *Cognition*, v. 116, p. 421-436, 2010. doi:10.1016/j.cognition.2010.06.005

FILIPPOVA, Eva; ASTINGTON, Janet. Further Development in Social Reasoning Revealed in Discourse Irony Understanding. *Child development*, v. 79, p. 126-138, 2008.

FILIPPOVA, Eva; ASTINGTON, Janet. Children's Understanding of Social-Cognitive and Social-Communicative Aspects of Discourse Irony. *Child development*, v. 81, n.3, p. 913-928, 2010. doi:10.1111/j.1467-8624.2010.01442.x

FISKE, Susan; TAYLOR, Shelley. *Social cognition*. 2ª Ed. Nova York: McGraw-Hill, 1991.

FLAVELL, John; MILLER, Patricia; MILLER, Scott. *Desenvolvimento cognitivo*. 3ª Ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999 (Original publicado em 1993)

FONTANIER, Pierre. *Les figures du discours*. Paris: Flammarion, 1977[1830].

FU, Victoria; GOODWIN, Megan; SPORAKOWKI, Michael; HINKLE, Dennis. Children's thinking about family characteristics and parent attributes. *Journal of Genetic Psychology*, v. 148, p. 153-166, 1987.

GALLO-PENNA, Eliana; MALUF, Maria Regina. Efeitos da linguagem materna na compreensão de estados mentais. In: ROAZZI, Antonio; SPERB, Tania (Orgs.). *O desenvolvimento de competências sociocognitivas*. São Paulo: Vetor, 2013, p. 121-142.

GIBBS Jr., Raymond. On the psycholinguistics of sarcasm. *Journal of Experimental Psychology: General*, v. 115, p. 3–15, 1986.

GIBBS Jr., Raymond. *The poetics of mind*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1994.

GIBBS Jr., Raymond; O'BRIEN, Jennifer. Psychological aspects of irony understanding. *Journal of Pragmatics*, v. 16, p. 523–530, 1991.

GIBBS Jr., Raymond; O'BRIEN, Jennifer; DOOLITTLE, Shelly. Inferring meanings that are not intended: Speakers' intentions and irony comprehension. *Discourse Processes*, v. 20, p. 187–203, 1995.

GIBBS Jr., Raymond; COLSTON, Herbert. *Irony in language and thought*. New York: Lawrence Erlbaum Associates, 2007.

GIBBS Jr., Raymond. Are ironic acts deliberate? *Journal of Pragmatics*, v. 44, p. 104–115, 2012. doi:10.1016/j.pragma.2011.11.001.

GIORA, Rachel. On irony and negation. *Discourse Processes*, v. 19, p. 239–264, 1995.

GIORA, Rachel. Understanding figurative and literal language: The graded salience hypothesis. *Cognitive Linguistics*, v. 7, p. 183–206, 1997.

GIORA, Rachel. Irony. In: VERSCHUEREN, Jef; ÖSTMAN, Jan-Ola; BLOMMAERT, Jan; BULCAEN, Chris (Eds.), *Handbook of pragmatics*. Amsterdam, Netherlands: John Benjamins, 1998, p. 1-20.

GIORA, Rachel; FEIN, Ofer; SCHWARTZ, Tamir. Irony: Graded salience and indirect negation. *Metaphor and Symbol*, v. 13, p. 83–101, 1998.

GIORA, Rachel; FEIN, Ofer. Irony: Context and salience. *Metaphor and Symbol*, v. 14, p. 241–257, 1999

GIORA, Rachel; FEIN, Ofer. Irony comprehension: The graded salience hypothesis. *HUMOR: International Journal of Humor Research*, v. 12, p. 425–436, 1999.

GLUCKSBERG, Sam. Commentary on nonliteral language: Processing and use. *Metaphor and Symbolic Activity*, v. 10, p. 47–57, 1995. doi:10.1207/s15327868ms1001_5

GOLDNADEL, Marcos. Pragmática. In: ROMERO, Márcia; GOLDNADEL, Marcos; RIBEIRO, Pablo; FLORES, Valdir. *Manual de linguística: Semântica, pragmática e enunciação*. Editora Vozes, São Paulo, 2019, p. 65-142.

GREEN, Michael; PENN, David; BENTALL, Robert; CARPENTER, Willam; GAEBEL, Wolfgang; GUR, Ruben; KRING, Ann; PARK, Sohee; SILVERSTEIN, Steven; HEINSSSEN, Robert. Social cognition in schizophrenia: an NIMH workshop on definitions, assessment, and research opportunities. *Schizophrenia bulletin*, v. 34, n. 6, p. 1211-1220, 2008.

GRICE, H. Paul. Logic and conversation. In: COLE, Peter; MORGAN, Jerry (Eds.). *Syntax and semantics: Vol. 3, Speech acts*. New York: Academic, 1975, p. 41–58.

GRICE, H. Paul. Further notes on logic and conversation. In: COLE, Peter (Ed.). *Syntax and semantics: Vol. 9, Pragmatics*. New York: Academic, 1978, p. 113–127.

GRICE, H. Paul. *Studies in the way of words*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1989.

HALFORD, Graeme. *Children's understanding: The development of mental models*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum, 1993.

HARRIS, Melanie; PEXMAN, Penny. Children's perceptions of the social functions of irony. *Discourse Processes*, v. 36, n. 3, p. 147–165, 2003. doi:10.1207/S15326950DP3603_1

HAVERKATE, Henk. A speech act analysis of irony. *Journal of Pragmatics*, v. 14, n. 1, p. 77–109, 1990.

HUTZ, Claudio; BANDEIRA, Denise; TRENTINI, Clarissa. *Psicometria*. Porto Alegre: Artmed, 2015.

KAUFER, David. Understanding ironic communication. *Journal of Pragmatics*, v. 5, n. 6, p. 495–510, 1981. doi:10.1016/0378-2166(81)90015-1

KREUZ, Roger; ROBERTS, Richard. On satire and parody: The importance of being ironic. *Metaphor and Symbolic Activity*, v. 8, n. 2, p. 97–109, 1993.

KREUZ, Roger; GLUCKSBERG, Sam. How to be sarcastic: The echoic reminder theory of verbal irony. *Journal of Experimental Psychology: General*, v. 118, n. 4, p. 374–386, 1989.

KRUEGER, Frank; BARBEY, Aron; GRAFMAN, Jordan. The medial prefrontal cortex mediates social event knowledge. *Trends in Cognitive Sciences*, v. 13, n. 2, p. 103-109, 2009.

KUMON-NAKAMURA, Sachi; GLUCKSBERG, Sam; BROWN, Mary. How about another piece of pie? The allusional pretense theory of discourse irony. *Journal of Experimental Psychology: General*, v. 124, n. 1, p. 3–21, 1995.

LAMB, Michael; SHERROD, Lonnie. *Infant social cognition: Empirical and theoretical considerations*. Hillsdale, NJ: L. Erlbaum Associates, 1981.

LEON, Viviane; SIQUEIRA, Maity; PARENTE Maria Alice; BOSA Cleonice. Especificidade da compreensão metafórica em crianças com autismo. *Psico*, v. 38, n. 3, p. 269-277, 2007.

LESLIE, Alan. Some implications of pretense for mechanisms underlying the child's theory of mind. In: ASTINGTON, Janet; HARRIS, Paul; OLSON, David (Orgs.). *Developing theories of mind*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1988, p. 19-46.

LEVIN, Samuel. Are figures of thought figures of speech? In: BYRNES, Heidi (Ed.). *Contemporary perceptions of language: Interdisciplinary dimensions*. Washington, DC: Georgetown University Press. 1982, p. 112–123.

LEZAK, Muriel. *Neuropsychological assessment*. 3ª Ed. New York: Oxford University Press, 1995.

LUCARIELLO, Joan. Situational irony: A concept of events gone awry. *Journal of Experimental Psychology: General*, v. 123, n. 2, p. 129–145, 1994.

MARTINS, Carla; BARRETO, Ana; CASTIAJO, Paula. Teoria da Mente ao longo do desenvolvimento normativo: Da idade escolar até à idade adulta. *Análise Psicológica*, v. 31, p. 377-392, 2013.

MAYER, John; SALOVEY, Peter; CARUSO, David; SITARENOS, Gill. Emotional intelligence as a standard intelligence. *Emotion*, v. 1, n. 3, p. 232-242, 2001.

MECCA, Tatiana; DIAS, Natalia; BERBERIAN, Arthur. *Cognição Social: Teoria, Pesquisa e Aplicação*. São Paulo: Ed Memnon, 2016.

MILANOWICZ, Anna. Irony as a Means of Perception Through Communication Channels: Emotions, Attitude and IQ Related to Irony Across Gender. *Psychology of Language and Communication*, v. 17, n. 2, p. 115–132, 2013. doi:10.2478/plc-2013-0008.

- MONTEIRO, Luciana; LOUZÃ, Mário. Alterações cognitivas na esquizofrenia: consequências funcionais e abordagens terapêuticas. *Rev. psiquiatria clínica*, v. 34, supl. 2, p. 179-183, 2007.
- MUECKE, Douglas. *The compass of irony*. London: Methuen, 1969.
- MUECKE, Douglas. *Irony*. London: Methuen, 1970.
- MUECKE, Douglas. The communication of verbal irony. *Journal of Literary Semantics*, v. 2, p. 35–42, 1973.
- MUECKE, Douglas. Irony markers. *Poetics*, v. 7, p. 363–375, 1978a.
- MUECKE, Douglas. Analyses de l'ironie. *Poétique*, v. 36, p. 478–494, 1978b.
- NEVES, Mônica. O processamento cognitivo da ironia. *Revista Linguística*, v. 2, n. 2, p. 243-254, 2015.
- PACICO, Juliana; HUTZ, Claudio. Validade. In: HUTZ, Claudio; BANDEIRA, Denise; TRENTINI, Clarissa. *Psicometria*. Porto Alegre: Artmed, 2015, p. 71-84.
- PANCIERA, Sara; VALÉRIO, Anegreice; MALUF, Maria Regina; DELEAU, Michel. Pragmática da linguagem e desenvolvimento da Teoria da Mente: estudos com pré-escolares. In: SPERB, Tania; MALUF, Maria Regina (Orgs.). *Desenvolvimento sociocognitivo: Estudos brasileiros sobre a Teoria da Mente*. São Paulo: Vetor, 2008, p. 191-247.
- PASQUALI, Luiz. *Psicometria: teoria e aplicações*. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.
- PASQUALI, Luiz. Histórico dos Instrumentos Psicológicos. In: PASQUALI, Luiz (Org.). *Instrumentos Psicológicos: manual prático de avaliação*. Brasília: LabPam/IBAP, 1999.
- PASQUALI, Luiz. *Técnicas de exame psicológico (TEP): Manual (Vol. 1: Fundamentos das Técnicas Psicológicas)*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.
- PASQUALI, Luiz. *Psicometria: teoria dos testes na psicologia e na educação*. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.
- PAWLOWSKI, Josiane; SEGABINAZI, Joice; WAGNER, Flávia; BANDEIRA, Denise. A systematic review of validity procedures used in neuropsychological batteries. *Psychology and Neuroscience*, v. 6, n. 3, p. 311-329, 2003.
- PENN, David; SANNA Lawrence; ROBERTS, David. Social cognition in schizophrenia: an overview. *Schizophrenia Bulletin*, p. 34, n. 3, p. 408–411, 2008. doi:10.1093/schbul/sbn014.

PINKHAM, Amy; PENN, David; GREEN, Michael; BUCK, Benjamin; HEALEY, Kristin; HARVEY, Philip. The social cognition psychometric evaluation study: results of the expert survey and RAND panel. *Schizophrenia Bulletin*, v. 40, n. 4, p. 813-823, 2014.

PREMACK, David; WOODRUFF, Guy. Does the chimpanzee have a theory of mind? *Behavioral and Brain Sciences*, v. 1, n. 4, p. 515-526, 1978.

RAMIRES, Vera. *O amor e suas vicissitudes: As concepções de crianças e adolescentes*. Tese não-publicada (Doutorado em Psicologia). Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

RECCHIA, Holly; HOWE, Nina; ROSS, Hildy; ALEXANDER, Stephanie. Children's understanding and production of verbal irony in family conversations. *British journal of developmental psychology*, v. 28, p. 255-274, 2010. doi:10.1348/026151008X401903.

ROAZZI, Antonio; SANTANA, Suely. Teoria da Mente: efeito da idade, do sexo e do uso de atores animados e inanimados na inferência de estados mentais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 12, n. 2, p. 307-330, 1999.

ROAZZI, Antonio; SPERB, Tania. Apresentação: O desenvolvimento de competências sociocomunicativas. In: ROAZZI, Antonio; SPERB, Tania (Eds.). *O desenvolvimento de competências sociocognitivas: novas perspectivas*. São Paulo: Vetor, 2013, p. 167-188.

RODRIGUES, Marisa; SILVEIRA, Flávia; PELISSON, Maíze. Teoria da Mente e leitura: estudo qualitativo na educação infantil. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 21, n. 2, p. 195-205, 2017.

ROITBLAT, Herbert. *Introduction to comparative cognition*. New York: W. H. Freeman, 1987.

SEARLE, John. Utterance meaning. *Erkenntnis*, v. 13, p. 207-224, 1978.

SEARLE, John. *Speech acts: An essay in the philosophy of language*. Cambridge, England: Cambridge University Press, 1969.

SEARLE, John. Metaphor. In: ORTONY, Andrew (Ed.), *Metaphor and thought*. 2ª Ed. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1993, p. 83-111.

SHELLEY, Cameron. The bicoherence theory of situational irony. *Cognitive Science*, v. 25, n. 5, p. 775-818, 2001.

SIQUEIRA, Maity. *As metáforas primárias na aquisição da linguagem: um estudo interlinguístico*. Tese não publicada (Doutorado em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2004.

SIQUEIRA, Maity; LAMPRECHT, Regina. As metáforas primárias na aquisição da linguagem: um estudo interlinguístico. *Delta*. v. 23, n. 2, p. 245-272, 2007.

SIQUEIRA, Maity; MARQUES Daniela. Desenvolvimento e validação do instrumento de compreensão de expressões idiomáticas. *Revista de Estudos da Linguagem*, p. 26, n. 2, p. 571-559, 2018.

SODIAN, Beate; THOERMER, Claudia. Precursors to a Theory of Mind in infancy: Perspectives for research on autism. *Quarterly Journal of Experimental Psychology*, v. 61, p. 27-39, 2008.

SOUZA, Debora; VILLA, Nádia. O papel da Teoria da Mente no desenvolvimento da compreensão da ironia. In: ROAZZI, Antonio; SPERB, Tania (Eds.). *O desenvolvimento de competências sociocognitivas: novas perspectivas*. São Paulo: Vetor, 2013, p. 167-188.

SPERBER, Dan; WILSON, Deirdre. Irony and the use-mention distinction. In: COLE, Peter (Ed.). *Radical pragmatics*. New York: Academic, 1981, p. 295-318.

SPERBER, Dan; WILSON, Deirdre. *Relevance: Communication and cognition*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1986.

TOMASELLO, Michael; CARPENTER, Malinda; CALL, Josep; BEHNE, Tanya; MOLL, Henrike. Understanding and sharing intentions: the origins of cultural cognition. *Behavioral Brain Science*, v. 28, p. 1-63, 2005.

VILLA, Nádia; SOUZA, Debora. Compreensão de ironia e Teoria da Mente: um estudo com crianças brasileiras. *Anais do VIII Congresso Brasileiro de Psicologia do Desenvolvimento*. Universidade de Brasília, 2011.

WAKUSAWA, Keisuke; SUGIURA, Motoaki; SASSA, Yuko; JEONG, Hyeonjeong; HORIE, Kaoru; SATO, Shigeru; YOKOYAMA, Hiroyuki; TSUCHIYA, Shigeru; INUMA, Kazuie; KAWASHIMA Ryuta. Comprehension of implicit meanings in social situations involving irony: A functional MRI study. *NeuroImage*, v. 37, n. 4, p. 1417-1426, 2007.

WELLMAN, Henry. *The Child's Theory of Mind*. Cambridge, MA: Bradford Books, 1990.

ZELAZO Philip; MULLER, Ulrich; FRYE Douglas; MARCOVITCH, Stuart. The development of executive function in early childhood. *Monographs of the Society for Research in Child Development*, v. 68, n. 3, p. 93-119, 2003.

APÊNDICES

APÊNDICE A: Protocolo para a análise de juízes

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ESTUDOS DA LINGUAGEM: PSICOLINGUÍSTICA



Pesquisadora responsável/Orientadora: Profa. Dra. Maity Siqueira

Orientando/Mestrando: Sergio Duarte Junior

Grupo de Estudos METAFOLIA - Estudos em Semântica Cognitiva

Protocolo para análise de juízes da Tarefa de Compreensão de Ironia Verbal

1. Apresentação do instrumento

A tarefa de compreensão de ironia verbal, objeto deste trabalho, é resultado de profundas e múltiplas reuniões que motivaram o grupo de pesquisa a buscar não só referenciais teóricos, mas também diferentes delineamentos experimentais. Ainda, foram realizados previamente outros três estudos-piloto que culminaram em ajustes e reorganizações até se compor a lista atual de itens-estímulos. A tarefa, que será apresentada a seguir, é composta por oito itens, que deverão ser aplicados em sua integralidade no estudo piloto subsequente ao procedimento de análise de juízes, quando acolhidas as devidas sugestões de adequação. A partir de parâmetros estatísticos e observacionais serão selecionados seis itens, dentre estes oito, que comporão a versão final da tarefa utilizada no futuro estudo de validação do Teste COMFIGURA, ao lado das outras tarefas já validadas atualmente. A estrutura dos itens desta tarefa mantém certa similaridade com os demais itens das tarefas do COMFIGURA.

Para a aplicação da tarefa de compreensão de ironia verbal, sempre individual, é requerido um ambiente silencioso e, além do protocolo de aplicação do pesquisador, um computador ou smartphone onde serão apresentados os estímulos verbais, em áudio gravado. A aplicação é estimada em 10 minutos. Quanto aos participantes, faixa etária considerada é a partir dos 5 até os 70 anos de idade e com desenvolvimento típico.

2. Definição operacional do construto

A ironia verbal é um fenômeno situado no nível não-literal da linguagem e ocorre através da inconsistência entre a expressão verbal e a situação onde ocorre, pois os comentários

contradizem a situação referente (Colston, 2000). A compreensão de ironia verbal é um amplo processamento cognitivo e linguístico que vai além de uma solução corriqueira, na linguagem, para dizer uma coisa em termos de outra.

A Teoria da Pretensa Alusão do discurso irônico (Kumon-Nakamura, Glucksberg & Brown, 1995) carrega em si o paradigma que faz alusão ao fracasso de uma expectativa que é comum aos sujeitos do discurso e a insinceridade que ocorre na camada pragmática do discurso. É o referencial teórico predominante na elaboração dos itens apresentados a seguir.

a) Dimensão: Alusão à violação de uma expectativa

A alusão à uma expectativa pode ocorrer de forma direta ou indireta. Na forma direta o enunciado irônico ecoa (remete) explicitamente um enunciado anterior. Na forma indireta a informação ecóica não está colocada no discurso. Neste caso a interpretação ecoa uma informação (ecóica) que não é necessariamente uma propriedade colocada no discurso, mas sim, faz uma alusão a alguma predição, expectativa, preferência ou norma prévia daquilo que deseja comunicar. Os itens desenvolvidos neste estudo se fundamentam na forma indireta de alusão. Com isso encontramos a primeira propriedade necessária ao discurso da ironia verbal, que é a ocorrência de uma alusão a alguma predição, expectativa, referência ou norma social que tenha sido violada.

b) Dimensão: Insinceridade pragmática

A insinceridade é, por definição, pragmática e se refere à intenção daquilo que é dito e não naquilo que está objetivamente posto, ou falado na estrutura da ironia verbal. Tal insinceridade não é sinônimo de mentira ou engodo, mas sim da demonstração da intenção contrária ao que está sendo dito. Tomemos como exemplo a ocorrência de ironia verbal no diálogo entre duas pessoas quando uma delas diz para a outra: *“estou vendo que você conhece bem essa região da cidade”*, quando o parceiro motorista está visivelmente perdido. A insinceridade pragmática pode ser observada, no exemplo, quando se depreende que a intenção de quem falou é informar que o parceiro motorista não conhece a região da cidade onde se perderam. Em sua natureza conceitual a insinceridade pragmática viola uma ou mais de uma condição de felicidade para os atos de fala bem formados. O referencial teórico referente aos atos de fala, bem como as condições de felicidade, não são dimensões do

instrumento ainda que tenham importantes aplicações na estrutura dos itens. Estes atributos serão devidamente contemplados ao longo do texto da dissertação, em elaboração.

c) Dimensão: Atribuição de crenças - Teoria da Mente

Esta dimensão foi incluída por se tratar de um fenômeno extremamente próximo ao processamento da ironia verbal e serve prioritariamente como exploração acadêmica do construto (ironia verbal) durante a elaboração das perguntas que serão feitas aos participantes. Ainda não é de todo certo que essas perguntas estarão na versão final do instrumento, mas serão alvo de um estudo específico durante o desenvolvimento da dissertação. A Teoria da Mente (ToM) é considerada uma habilidade que se sustenta a partir da atribuição de estados mentais do indivíduo a si próprio e aos outros com o intuito de prever e interpretar o comportamento dos outros (Astington & Olson, 1995). Operacionalmente, a ToM considerada de primeira ordem envolve a habilidade para reconhecer crenças, verdadeiras ou falsas, e emoções de si ou de outros. A ToM de segunda ordem refere uma expansão no nível de complexidade, que envolve a compreensão de que as pessoas podem ter crenças, verdadeiras ou falsas, e reconhecer emoções acerca de outras crenças (Perner & Wimmer, 1985). De uma forma geral, só é possível atribuir a habilidade de ToM a um indivíduo quando este demonstra compreender a crença falsa, ou seja, a crença que conflita com a realidade (Dennett, 1978; Pylyshyn, 1973; Bennett, 1990 citados em Wellman, 1990; Perner, 1995).

Exemplo:

Contexto: *Ana se esforça para concluir todas as tarefas do dia e ter tempo de preparar um jantar romântico surpresa para Pedro, seu noivo. Depois de o jantar estar pronto, no horário habitual de Pedro chegar em casa, toca o telefone e Ana atende: “Ana, vou me atrasar e não me espere para jantar. Vou trabalhar até mais tarde” fala Pedro.*

Ironia verbal: *Ana responde: “Sem problemas, adoro quando você trabalha até tarde”.*

No exemplo, Ana responde que adora quando seu companheiro trabalha até mais tarde, contrariando o senso comum (expectativa) onde se espera que as pessoas tenham uma rotina para organizar seus horários e, essencialmente, o efeito irônico pode ser obtido no instante que o leitor depreende:

- a) dimensão alusão: Ana não adora quando Pedro trabalha até mais tarde, o que remete à expectativa violada de que sim, há um problema;

- b) dimensão insinceridade: Ana foi insincera ao dizer que adora, tendo a intenção de comunicar outra coisa, isto é, que não gosta;
- c) dimensão teoria da mente: como resultado, Pedro pode ter inferido que Ana não estava feliz.

Estas três estruturas teóricas sustentam a elaboração dos itens. O objetivo desta tarefa é julgar a adequação dos itens e o quão contempladas estas teorias estão na tarefa de compreensão de ironia verbal.

Orientações para o preenchimento do protocolo de análise de juízes

- No protocolo de avaliação, apresentado a seguir, o juiz deverá observar a adequação das instruções que o aplicador dará ao participante/respondente e, na sequência, os itens que compõem o instrumento. Para isso deverá assinalar com um “x” na opção que espelha a assertividade do material;
- Após a apreciação individual de cada um dos itens há algumas questões sobre a adequação da tarefa como um todo;
- O arquivo com os respectivos áudios está disponível online, na mesma pasta deste arquivo, sob o título: “Áudios ironia 8 itens”. Para uma melhor experiência, sugere-se ao juiz manter aberto este protocolo e o respectivo arquivo com os áudios para que possa ouvir e fazer os seus julgamentos;
- O instrumento em sua versão para a aplicação aos participantes da pesquisa está nesta mesma pasta intitulado “Demonstrativo do protocolo de aplicação” para as verificações que se fizerem necessárias, caso for;
- As respostas obtidas através dos itens que remetem ao construto Teoria da Mente de 1ª e 2ª ordens, marcados em azul, não necessariamente constituirão a versão final da tarefa. As respostas dos participantes, nestes itens, serão utilizadas em estudo exploratório paralelo.

Instruções de aplicação

Olá, eu sou (identificação do entrevistador)

Estou fazendo uma pesquisa sobre compreensão de linguagem. Antes de começar a pesquisa, quero dizer que vou lhe contar algumas histórias e lhe fazer algumas perguntas. Não há só uma resposta possível e não há relação entre as diferentes histórias. Também não há tempo limitado para responder as perguntas. Eu lhe conto a primeira parte de uma história e tu vais ouvir um áudio, depois eu farei algumas perguntas. Alguma dúvida até aqui?

Então, podemos começar com um exemplo?

1) As instruções de aplicação, para o entrevistador, são claras?

0 – Não 1 – Sim, com ressalvas 2 – Sim

2) As instruções de aplicação, para o participante, são suficientes?

0 – Não 1 – Sim, com ressalvas 2 – Sim

3) O vocabulário utilizado nas instruções está adequado?

0 – Não 1 – Sim, com ressalvas 2 – Sim

Observações

Item de treino
Contexto lido pelo aplicador: João e Maria estão deitados na cama tentando dormir. Um som alto invade o quarto e João diz: Gravação em áudio: “É bem legal quando os vizinhos fazem barulho a noite”
Dimensões do construto e sua transposição ao item
a) <u>alusão a uma expectativa violada</u> : não é legal quando barulho entra no quarto e estamos tentando dormir. b) <u>insinceridade</u> : uma aprovação/elogio pra fazer uma crítica. João não está querendo demonstrar sua aprovação ao barulho que os vizinhos fazem a noite.
Perguntas feitas pelo aplicador
<u>Geral</u> O que o João quis dizer? <u>Alusão a</u> Por que o João disse isso pra Maria? <u>Alusão a'</u> O João disse isso porque é bom ou ruim dormir com barulho? <u>Insinceridade a</u> O João estava gostando do barulho? <u>Insinceridade a'</u> João estava criticando ou aprovando o barulho? <u>ToM 1ª ordem</u> O que o João queria que a Maria pensasse? <u>ToM 2ª ordem</u> João queria que a Maria soubesse o que ele estava pensando?
1) Este item é relevante para a faixa etária dos 5 até os 70 anos de idade, no desenvolvimento típico? <input type="checkbox"/> 0 – Não <input type="checkbox"/> 1 – Sim, com ressalvas <input type="checkbox"/> 2 – Sim
2) O vocabulário utilizado na construção do item é adequado? <input type="checkbox"/> 0 – Não <input type="checkbox"/> 1 – Sim, com ressalvas <input type="checkbox"/> 2 – Sim
3) É necessário que se façam todas as questões propostas pelo item? <input type="checkbox"/> 0 – Não <input type="checkbox"/> 1 – Sim, com ressalvas <input type="checkbox"/> 2 – Sim

4) As questões do item contemplam suficientemente o fenômeno? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim
5) Existe uma consistência entre a habilidade que se pretende avaliar e o tipo de item? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim
6) A habilidade avaliada é bem representada pelo item? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim
7) O contexto lido pelo aplicador é claro e suficiente para elicitar o fenômeno? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim
8) As gravações em áudio possuem o controle da prosódia e inteligibilidade? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim
9) Quão difícil é este item? () muito difícil () difícil () basal () fácil () muito fácil
10) Considerações

Item de teste 1 prosódia
Contexto lido pelo aplicador: Bruno está correndo com uma bola de futebol. E um amigo diz: Gravação em áudio: “ <i>Estou vendo que você está fazendo o dever de casa!</i> ”
Dimensões do construto e sua transposição ao item
a) <u>alusão</u> a uma expectativa violada: Bruno deveria estar fazendo o dever de casa. b) <u>insinceridade</u> : uma constatação para fazer uma crítica. O amigo não está vendo Bruno fazer o dever de casa.
Perguntas feitas pelo aplicador
<u>Geral</u> O que o amigo quis dizer? <u>Alusão a</u> Por que o amigo disse isso pro Bruno? <u>Alusão a'</u> O amigo disse isso porque o Bruno deveria estar fazendo o tema ou jogando bola? <u>Insinceridade a</u> O amigo achou bom o Bruno estar jogando bola naquela hora? <u>Insinceridade a'</u> O amigo está elogiando ou criticando o Bruno? <u>ToM 1ª ordem</u> O que o amigo queria que o Bruno pensasse? <u>ToM 2ª ordem</u> O amigo queria que o Bruno soubesse o que ele estava pensando?
1) Este item é apropriado para a faixa etária dos 5 até os 70 anos de idade, no desenvolvimento típico? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim
2) O vocabulário utilizado na construção do item é adequado? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim
3) É necessário que se façam todas as questões propostas pelo item? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim
4) As questões do item contemplam suficientemente o fenômeno? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim
5) Existe uma consistência entre a habilidade que se pretende avaliar e o tipo de item? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim
6) A habilidade avaliada é bem representada pelo item? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim
7) O contexto lido pelo aplicador é claro e suficiente para elicitar o fenômeno? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim
8) As gravações em áudio possuem o controle da prosódia e inteligibilidade? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim
9) Quão difícil é este item? () muito difícil () difícil () basal () fácil () muito fácil

10) Considerações

Item de teste 2
Contexto lido pelo aplicador: Daniel está com fones de ouvido escutando um som alto durante uma conversa. E seu amigo diz: Gravação em áudio: “ <i>Eu adoro quando você presta atenção em mim!</i> ”
Dimensões do construto e sua transposição ao item
a) <u>alusão a uma expectativa violada</u> : Daniel deveria estar prestando atenção no amigo. b) <u>insinceridade</u> : manifestou contentamento para fazer uma reclamação. O amigo não adora quando Daniel não está prestando atenção nele.
Perguntas feitas pelo aplicador
<u>Geral</u> O que o amigo quis dizer? <u>Alusão a)</u> Por que o amigo disse isso pro Daniel? <u>Alusão a')</u> O amigo disse isso porque ele tinha que estar escutando uma música ou prestando atenção? <u>Insinceridade a)</u> O amigo achou chato o Daniel estar escutando música de fones? <u>Insinceridade a')</u> O amigo está mostrando que está contente ou reclamando do Daniel? <u>ToM 1ª ordem</u> O que o amigo queria que o Daniel pensasse? <u>ToM 2ª ordem</u> O amigo queria que Daniel soubesse o que ele estava pensando?
1) Este item é relevante para a faixa etária dos 5 até os 70 anos de idade, no desenvolvimento típico? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim
2) O vocabulário utilizado na construção do item é adequado? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim
3) É necessário que se façam todas as questões propostas pelo item? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim
4) As questões do item contemplam suficientemente o fenômeno? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim
5) Existe uma consistência entre a habilidade que se pretende avaliar e o tipo de item? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim
6) A habilidade avaliada é bem representada pelo item? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim
7) O contexto lido pelo aplicador é claro e suficiente para elicitar o fenômeno? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim
8) As gravações em áudio possuem o controle da prosódia e inteligibilidade? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim
9) Quão difícil é este item? () muito difícil () difícil () basal () fácil () muito fácil
10) Considerações

Item de teste 3
Contexto lido pelo aplicador: Lucas está carregando um saco muito grande de pipoca. E um amigo diz: Gravação em áudio: “ <i>Eu acho que você vai passar fome no cinema</i> ”
Dimensões do construto e sua transposição ao item
a) <u>alusão a uma expectativa violada</u> : Lucas exagerou na quantidade de pipoca que seria necessária, pois o saco é muito grande. b) <u>insinceridade</u> : faz um alerta para fazer uma zombaria. Lucas não deverá passar fome no cinema.
Perguntas feitas pelo aplicador
<u>Geral</u> O que o amigo quis dizer?

<p><u>Alusão a)</u> Por que o amigo disse isso pro Lucas?</p> <p><u>Alusão a')</u> O amigo disse isso porque Lucas pegou muita ou pouca pipoca?</p> <p><u>Insinceridade a)</u> O amigo acha que o Lucas vai ficar com fome no cinema?</p> <p><u>Insinceridade a')</u> O amigo está dando um aviso ou gozando do Lucas?</p> <p><u>ToM 1ª ordem</u> O que o amigo queria que o Lucas pensasse?</p> <p><u>ToM 2ª ordem</u> O amigo queria que Lucas soubesse o que ele estava pensando?</p>
1) Este item é relevante para a faixa etária dos 5 até os 70 anos de idade, no desenvolvimento típico? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim
2) O vocabulário utilizado na construção do item é adequado? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim
3) É necessário que se façam todas as questões propostas pelo item? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim
4) As questões do item contemplam suficientemente o fenômeno? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim
5) Existe uma consistência entre a habilidade que se pretende avaliar e o tipo de item? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim
6) A habilidade avaliada é bem representada pelo item? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim
7) O contexto lido pelo aplicador é claro e suficiente para elicitar o fenômeno? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim
8) As gravações em áudio possuem o controle da prosódia e inteligibilidade? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim
9) Quão difícil é este item? () muito difícil () difícil () basal () fácil () muito fácil
10) Considerações

Item de teste 4
Contexto lido pelo aplicador: Mateus está com um braço quebrado e carregando seu skate. E um amigo diz: Gravação em áudio: “ <i>Você se cuida mesmo fazendo esportes</i> ”
Dimensões do construto e sua transposição ao item
a) <u>alusão a uma expectativa violada</u> : Mateus deveria ter se cuidado mais andando de skate. b) <u>insinceridade</u> : um elogio para fazer uma crítica. Mateus está se arriscando/ não está se cuidando andando quebrado de skate.
Perguntas feitas pelo aplicador
<p><u>Geral</u> O que o amigo quis dizer?</p> <p><u>Alusão a)</u> Por que o amigo disse isso pro Mateus?</p> <p><u>Alusão a')</u> O amigo disse isso porque o Mateus deveria parar de andar de skate ou poderia continuar andando?</p> <p><u>Insinceridade a)</u> O amigo acha que Mateus está se cuidando ao andar de skate?</p> <p><u>Insinceridade a')</u> O amigo está criticando ou elogiando o Mateus?</p> <p><u>ToM 1 ordem</u> O que o amigo queria que o Mateus pensasse?</p> <p><u>ToM 2ª ordem</u> O amigo queria que Mateus soubesse o que ele estava pensando?</p>
1) Este item é relevante para a faixa etária dos 5 até os 70 anos de idade, no desenvolvimento típico? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim
2) O vocabulário utilizado na construção do item é adequado? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim

3) É necessário que se façam todas as questões propostas pelo item? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim
4) As questões do item contemplam suficientemente o fenômeno? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim
5) Existe uma consistência entre a habilidade que se pretende avaliar e o tipo de item? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim
6) A habilidade avaliada é bem representada pelo item? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim
7) O contexto lido pelo aplicador é claro e suficiente para elicitar o fenômeno? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim
8) As gravações em áudio possuem o controle da prosódia e inteligibilidade? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim
9) Quão difícil é este item? () muito difícil () difícil () basal () fácil () muito fácil
10) Considerações

Item de teste 5
Contexto lido pelo aplicador: Pedro está suando e fedendo antes de ir dormir. E o irmão diz: Gravação em áudio: “ <i>Até parece que você acabou de sair do banho!</i> ”
Dimensões do construto e sua transposição ao item
a) <u>alusão a uma expectativa violada</u> : não é bom dormir estando suado e fedido. b) <u>insinceridade</u> : uma constatação para fazer uma crítica. Pedro não parece que estava limpo como quem acaba de sair do banho.
Perguntas feitas pelo aplicador
<u>Geral</u> O que o irmão quis dizer? <u>Alusão a)</u> Por que o irmão disse isso pro Pedro? <u>Alusão a')</u> O irmão disse isso porque acha que o Pedro está sujo ou limpo? <u>Insinceridade a)</u> O irmão acha que o Pedro acabou de sair do banho? <u>Insinceridade a')</u> O irmão está elogiando ou criticando Pedro? <u>ToM 1ª ordem</u> O que o irmão queria que o Pedro pensasse? <u>ToM 2ª ordem</u> O irmão queria que Pedro soubesse o que ele estava pensando?
1) Este item é relevante para a faixa etária dos 5 até os 70 anos de idade, no desenvolvimento típico? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim
2) O vocabulário utilizado na construção do item é adequado? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim
3) É necessário que se façam todas as questões propostas pelo item? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim
4) As questões do item contemplam suficientemente o fenômeno? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim
5) Existe uma consistência entre a habilidade que se pretende avaliar e o tipo de item? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim
6) A habilidade avaliada é bem representada pelo item? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim
7) O contexto lido pelo aplicador é claro e suficiente para elicitar o fenômeno? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim
8) As gravações em áudio possuem o controle da prosódia e inteligibilidade? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim
9) Quão difícil é este item? () muito difícil () difícil () basal () fácil () muito fácil
10) Considerações

Item de teste 6
Contexto lido pelo aplicador: Ana já está saindo de biquíni quando começa a chover. E ela diz pra amiga: Gravação em áudio: “ <i>Que dia perfeito para ir à praia hoje</i> ”.
Dimensões do construto e sua transposição ao item
a) <u>alusão a uma expectativa violada</u> : as pessoas gostam de dias ensolarados para ir à praia. b) <u>insinceridade</u> : uma demonstração de contentamento para expressar um descontentamento. Ana não acha que o dia está bom para ir à praia.
Perguntas feitas pelo aplicador
<u>Geral</u> O que a Ana quis dizer? <u>Alusão a)</u> Por que a Ana disse isso pra Amiga? <u>Alusão a')</u> A Ana disse isso porque é melhor ir para a praia com chuva ou com sol? <u>Insinceridade a)</u> A Ana acha que está um dia ruim para ir à praia? <u>Insinceridade a')</u> A Ana está reclamando ou anunciando que está contente? ToM 1ª ordem O que a Ana queria que a amiga pensasse? ToM 2ª ordem A Ana queria que a amiga soubesse o que ela estava pensando?
1) Este item é relevante para a faixa etária dos 5 até os 70 anos de idade, no desenvolvimento típico? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim
2) O vocabulário utilizado na construção do item é adequado? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim
3) É necessário que se façam todas as questões propostas pelo item? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim
4) As questões do item contemplam suficientemente o fenômeno? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim
5) Existe uma consistência entre a habilidade que se pretende avaliar e o tipo de item? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim
6) A habilidade avaliada é bem representada pelo item? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim
7) O contexto lido pelo aplicador é claro e suficiente para elicitar o fenômeno? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim
8) As gravações em áudio possuem o controle da prosódia e inteligibilidade? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim
9) Quão difícil é este item? () muito difícil () difícil () basal () fácil () muito fácil
10) Considerações

Item de teste 7
Contexto lido pelo aplicador: Gabriel tirou o primeiro lugar no concurso de canto. E uma amiga diz: Gravação em áudio: “ <i>Estou vendo que você nem sabe cantar.</i> ”
Dimensões do construto e sua transposição ao item
a) <u>alusão a uma expectativa violada</u> : pessoas que tiram o primeiro lugar no concurso de canto sabem cantar. b) <u>insinceridade</u> : uma crítica para fazer um elogio. A amiga percebe que Gabriel sabe cantar.
Perguntas feitas pelo aplicador
<u>Geral</u> O que a amiga quis dizer? <u>Alusão a)</u> Por que a amiga disse isso pro Gabriel? <u>Alusão a')</u> A amiga disse isso porque quem ganha um concurso de canto canta mal ou bem? <u>Insinceridade a)</u> A amiga acha que o Gabriel canta bem?

<p><u>Insinceridade a'</u> A amiga está elogiando ou criticando o Gabriel? <u>ToM 1ª ordem</u> O que a amiga queria que o Gabriel pensasse? <u>ToM 2ª ordem</u> A amiga queria que o Gabriel soubesse o que ela estava pensando?</p>
1) Este item é relevante para a faixa etária dos 5 até os 70 anos de idade, no desenvolvimento típico? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim
2) O vocabulário utilizado na construção do item é adequado? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim
3) É necessário que se façam todas as questões propostas pelo item? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim
4) As questões do item contemplam suficientemente o fenômeno? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim
5) Existe uma consistência entre a habilidade que se pretende avaliar e o tipo de item? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim
6) A habilidade avaliada é bem representada pelo item? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim
7) O contexto lido pelo aplicador é claro e suficiente para elicitare o fenômeno? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim
8) As gravações em áudio possuem o controle da prosódia e inteligibilidade? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim
9) Quão difícil é este item? () muito difícil () difícil () basal () fácil () muito fácil
10) Considerações

Item de teste 8
Contexto lido pelo aplicador: Antônio está observando seu belo jardim cheio de flores. Ele diz para uma amiga: Gravação em áudio: “ <i>Olha como eu sou um péssimo jardineiro mesmo</i> ”
Dimensões do construto e sua transposição ao item
a) <u>alusão a uma expectativa violada</u> : péssimos jardineiros não têm belos jardins floridos. b) <u>insinceridade</u> : uma crítica para fazer um elogio. Antônio se considera um ótimo jardineiro.
Perguntas feitas pelo aplicador
<u>Geral</u> O que o Antônio quis dizer? <u>Alusão a)</u> Por que o Antônio disse isso para a amiga? <u>Alusão a')</u> O Antônio disse isso porque quem tem um jardim bonito deve ser um bom ou um mau jardineiro? <u>Insinceridade a)</u> O Antônio acha que cuida mal das flores? <u>Insinceridade a')</u> O Antônio está criticando ou elogiando a si mesmo? <u>ToM 1ª ordem</u> O que o Antônio queria que a amiga pensasse? <u>ToM 2ª ordem</u> O Antônio queria que a amiga soubesse o que ele estava pensando?
1) Este item é relevante para a faixa etária dos 5 até os 70 anos de idade, no desenvolvimento típico? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim
2) O vocabulário utilizado na construção do item é adequado? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim
3) É necessário que se façam todas as questões propostas pelo item? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim
4) As questões do item contemplam suficientemente o fenômeno? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim
5) Existe uma consistência entre a habilidade que se pretende avaliar e o tipo de item? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim

6) A habilidade avaliada é bem representada pelo item? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim
7) O contexto lido pelo aplicador é claro e suficiente para eliciar o fenômeno? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim
8) As gravações em áudio possuem o controle da prosódia e inteligibilidade? () 0 – Não () 1 – Sim, com ressalvas () 2 – Sim
9) Quão difícil é este item? () muito difícil () difícil () basal () fácil () muito fácil
10) Considerações

Questões gerais sobre a tarefa
<p>1) Validade de face: Em sua opinião, será possível identificar <u>qual fenômeno</u> está sendo avaliado considerando apenas os itens (o participante poderá identificar facilmente que se trata de uma tarefa de compreensão de ironia)? () 0 – Não, há outros fenômenos que são parecidos. () 1 – Sim, fica evidente se tratar de compreensão de ironia. Observações:</p>
<p>2) Escore global do item: Pode ser atribuído um <u>escore único</u>, dicotômico, (compreendeu ou não compreendeu) ao item? () 0 – Não () 1 – Sim Observações:</p>
<p>3) Hierarquia das perguntas a partir das dimensões do fenômeno (alusão, insinceridade ou teoria da mente): O sistema de pontuação (que será desenvolvido) deverá <u>graduar as perguntas</u> de modo que essas possuam um peso diferente? () 0 – Não () 1 – Sim Exemplo: a) o participante que acertar completamente a pergunta “Geral” recebe a pontuação máxima no item e as demais perguntas não são aplicadas; b) após a pergunta “Geral” se realiza a primeira pergunta de cada dimensão (“Alusão a” e “Insinceridade a”) em caso de erro são feitas as perguntas subsequentes Alusão a’ e Insinceridade a’). Observações:</p>
<p>4) Gradação de complexidade das respostas: O sistema de pontuação deverá refletir algum <u>grau de complexidade das respostas</u>? () 0 – Não, todas as questões devem ser aplicadas e consideradas em conjunto com o mesmo peso pois as dimensões são relacionadas. () 1 – Sim, as questões deverão ser pontuadas de acordo com as dimensões necessárias para a compreensão de ironia, previstas na literatura e já contempladas na composição dos itens. Exemplo: a pontuação da resposta de cada pergunta deverá seguir uma lógica onde quanto mais elaborada a resposta, maior a pontuação no item (2, 1 ou zero pontos). Observações:</p>
Comentários gerais

Referências

- Astington, J. W. & Olson, R. (1995). The cognitive revolution in children's understanding of mind. *Human Development*, 38, 179-189
- Colston, H. (2000). On necessary conditions for verbal irony comprehension. *Pragmatics and Cognition*, 8, 277–324.
- Colston, H. & Gibbs, R. (2007). A Brief History of Irony. In: Colston, H. & and Gibbs, R.:Irony in language and thought : a cognitive science reader. New York, NY, 3-24.
- Kumon-Nakamura, S., Glucksberg, S., & Brown, M. (1995). How about another piece of pie: The allusional pretense theory of discourse irony. *Journal of Experimental Psy*
- Perner, J. (1995). The many faces of belief: Reflections on Fodor's and the child's theory of mind. *Cognition*, 57(3), 241-269. doi: 10.1016/0010-0277(95)00673-1 *chology: General*, 124, 3–12.
- Perner, J., & Wimmer, H. (1985). “John thinks that Mary thinks that...”: Attribution of second-order beliefs by 5- to 10-year-old children. *Journal of Experimental Child Psychology*, 39, 437-471. doi: 10.1016/0022- 0965(85)90051-7
- Wellman, H. M. (1990). *The Child's Theory of Mind*. Cambridge, MA: Bradford Books/MIT Press.
- Wilson, D., & Sperber, D. (1992). On verbal irony. *Lingua*, 87, 53–76.

APÊNDICE B: Protocolo de aplicação

Protocolo de Aplicação

TESTE DE COMPREENSÃO DE LINGUAGEM FIGURADA - COMFIGURA TAREFA DE COMPREENSÃO DE IRONIA VERBAL PROTOCOLO DE RESPOSTAS - APLICAÇÃO PILOTO - grupo

Participante _____ Idade _____
Escolaridade _____ Local da coleta _____
Pesquisador _____ Data _____

Instruções
<i>Olá, eu sou (identificação do entrevistador). Estou fazendo uma pesquisa sobre compreensão de linguagem. Vamos lhe contar algumas histórias e vamos lhe fazer algumas perguntas. Não há só uma resposta possível e não há relação entre as diferentes histórias. Tente responder em forma de frases, mas de uma forma breve, respeitando a ordem de apresentação das perguntas. Eu lhe conto a primeira parte de uma história e você vai ouvir um áudio, depois eu farei algumas perguntas. Alguma dúvida até aqui? Então, podemos começar com um exemplo?</i>
Exemplo
<u>Contexto lido pelo aplicador:</u> João e Maria estão deitados na cama tentando dormir. Um som alto invade o quarto e João diz: (gravação em áudio) “É bem legal quando os vizinhos fazem barulho a noite”
Pergunta geral: O que o João quis dizer?
Pergunta alusão a: Por que o João disse isso pra Maria?
Pergunta alusão a’: O João disse isso porque é bom ou ruim dormir com barulho?
Pergunta insinceridade a: O João estava gostando do barulho?
Pergunta insinceridade a’: João estava criticando ou aprovando o barulho?
Pergunta ToM 1 ordem: O que o João queria que a Maria pensasse?
Pergunta ToM 2 ordem: João queria que a Maria soubesse o que ele estava pensando?
Evidências: Como você sabe disso?
Item 1
<u>Contexto lido pelo aplicador:</u> Bruno está correndo com uma bola de futebol. E um amigo diz: (áudio) “Estou vendo que você está fazendo o dever de casa!”
Pergunta geral: O que o amigo quis dizer?
Pergunta alusão a: Por que o amigo disse isso pro Bruno?
Pergunta alusão a’: O amigo disse isso porque o Bruno deveria estar fazendo o tema ou jogando bola?
Pergunta insinceridade a: O amigo achou bom o Bruno estar jogando bola naquela hora?
Pergunta insinceridade a’: O amigo está elogiando ou criticando o Bruno?

Pergunta ToM 1 ordem: O que o amigo queria que o Bruno pensasse?
Pergunta ToM 2 ordem: O amigo queria que o Bruno soubesse o que ele estava pensando?
Evidências: Como tu sabes disso?
Item 2
<u>Contexto lido pelo aplicador:</u> Daniel está com fones de ouvido escutando um som alto durante uma conversa. E um amigo diz: (áudio) <i>“Eu adoro quando você presta atenção em mim!”</i>
Pergunta geral: O que o amigo quis dizer?
Pergunta alusão a: Por que o amigo disse isso pro Daniel?
Pergunta alusão a’: O amigo disse isso porque ele tinha que estar escutando uma música ou prestando atenção?
Pergunta insinceridade a: O amigo achou chato o Daniel estar escutando música de fones?
Pergunta insinceridade a’: O amigo está mostrando que está contente ou reclamando do Daniel?
Pergunta ToM 1 ordem: O que o amigo queria que o Daniel pensasse?
Pergunta ToM 2 ordem: O amigo queria que Daniel soubesse o que ele estava pensando?
Evidências: Como tu sabes disso?
Item 3
<u>Contexto lido pelo aplicador:</u> Lucas está carregando um saco muito grande de pipoca. E um amigo diz: (áudio) <i>“Eu acho que você vai passar fome no cinema”</i>
Pergunta geral: O que o amigo quis dizer?
Pergunta alusão a: Por que o amigo disse isso pro Lucas?
Pergunta alusão a’: O amigo disse isso porque Lucas pegou muita ou pouca pipoca?
Pergunta insinceridade a: O amigo acha que o Lucas vai ficar com fome no cinema?
Pergunta insinceridade a’: O amigo está dando um aviso ou gozando do Lucas?

Pergunta ToM 1 ordem: O que o amigo queria que o Lucas pensasse?
Pergunta ToM 2 ordem: O amigo queria que Lucas soubesse o que ele estava pensando?
Evidências: Como tu sabes disso?
Item 4
<u>Contexto lido pelo aplicador:</u> Mateus está com um braço quebrado e carregando seu skate. Um amigo diz: (áudio) <i>“Você se cuida mesmo fazendo esportes”</i>
Pergunta geral: O que o amigo quis dizer?
Pergunta alusão a: Por que o amigo disse isso pro Mateus?
Pergunta alusão a’: O amigo disse isso porque o Mateus deveria parar de andar de skate ou poderia continuar andando?
Pergunta insinceridade a: O amigo acha que Mateus está se cuidando ao andar de skate?
Pergunta insinceridade a’: O amigo está criticando ou elogiando o Mateus?
Pergunta ToM 1 ordem: O que o amigo queria que o Mateus pensasse?
Pergunta ToM 2 ordem: O amigo queria que Mateus soubesse o que ele estava pensando?
Evidências: Como tu sabes disso?
Item 5
<u>Contexto lido pelo aplicador:</u> Pedro está suando e fedendo antes de ir dormir. Seu irmão diz: (áudio) <i>“Até parece que você acabou de sair do banho!”</i>
Pergunta geral: O que o irmão quis dizer?
Pergunta alusão a: Por que o irmão disse isso pro Pedro?
Pergunta alusão a’: O irmão disse isso porque acha que o Pedro está sujo ou limpo?
Pergunta insinceridade a: O irmão acha que o Pedro acabou de sair do banho?

Pergunta insinceridade a’: O irmão está elogiando ou criticando Pedro?
Pergunta ToM 1 ordem: O que o irmão queria que o Pedro pensasse?
Pergunta ToM 2 ordem: O irmão queria que Pedro soubesse o que ele estava pensando?
Evidências: Como tu sabes disso? x
Item 6
Contexto lido pelo aplicador: Ana já está saindo de biquíni quando começa a chover. E ela diz pra amiga: (áudio) <i>“Que dia perfeito para ir à praia hoje”</i>
Pergunta geral: O que a Ana quis dizer?
Pergunta alusão a: Por que a Ana disse isso pra amiga?
Pergunta alusão a’: A Ana disse isso porque é melhor ir para a praia com chuva ou com sol?
Pergunta insinceridade a: A Ana acha que está um dia ruim para ir à praia?
Pergunta insinceridade a’: A Ana está reclamando ou anunciando que está contente?
Pergunta ToM 1 ordem: O que a Ana queria que a amiga pensasse?
Pergunta ToM 2 ordem: A Ana queria que a amiga soubesse o que ela estava pensando?
Evidências: Como tu sabes disso?
Item 7
Contexto lido pelo aplicador: Gabriel tirou o primeiro lugar no concurso de canto. E uma amiga diz: (áudio) <i>“Estou vendo que você nem sabe cantar.”</i>
Pergunta geral: O que a amiga quis dizer?
Pergunta alusão a: Por que a amiga disse isso pro Gabriel?
Pergunta alusão a’: A amiga disse isso porque quem ganha um concurso de canto canta mal ou bem?
Pergunta insinceridade a: A amiga acha que o Gabriel canta bem?

Pergunta insinceridade a’: A amiga está elogiando ou criticando o Gabriel?
Pergunta ToM 1 ordem: O que a amiga queria que o Gabriel pensasse?
Pergunta ToM 2 ordem: A amiga queria que o Gabriel soubesse o que ela estava pensando?
Evidências: Como tu sabes disso?
Item 8
Contexto lido pelo aplicador: Antônio está observando seu belo jardim cheio de flores. Ele diz para uma amiga: (áudio) <i>“Olha como eu sou um péssimo jardineiro mesmo”</i>
Pergunta geral: O que o Antônio quis dizer?
Pergunta alusão a: Por que o Antônio disse isso para a amiga?
Pergunta alusão a’: O Antônio disse isso porque quem tem um jardim bonito deve ser um bom ou um mau jardineiro?
Pergunta insinceridade a: O Antônio acha que cuida mal das flores?
Pergunta insinceridade a’: O Antônio está criticando ou elogiando a si mesmo?
Pergunta ToM 1 ordem: O que o Antônio queria que a amiga pensasse?
Pergunta ToM 2 ordem: O Antônio queria que a amiga soubesse o que ele estava pensando?
Evidências: Como tu sabes disso?
<i>Na sua opinião, o que esse instrumento avalia?</i>
<i>Você tem algum comentário sobre as perguntas e suas respostas?</i>
<i>Obs:</i>

**TESTE DE COMPREENSÃO DE LINGUAGEM FIGURADA - CONFIGURA
PROTOCOLO DE RESPOSTAS - APLICAÇÃO PILOTO**

Participante _____ Idade _____ Escolaridade _____ Local da coleta _____ Data _____
Exemplo
Pergunta 1:
Pergunta 2:
Pergunta 3:
Pergunta 4:
Pergunta 5:
Pergunta 6:
Pergunta 7:
Item 1
Pergunta 1:
Pergunta 2:
Pergunta 3:
Pergunta 4:

Pergunta 5:
Pergunta 6:
Pergunta 7:
Item 2
Pergunta 1:
Pergunta 2:
Pergunta 3:
Pergunta 4:
Pergunta 5:
Pergunta 6:
Pergunta 7:
Item 3
Pergunta 1:
Pergunta 2:
Pergunta 3:

Pergunta 4:
Pergunta 5:
Pergunta 6:
Pergunta 7:
Item 4
Pergunta 1:
Pergunta 2:
Pergunta 3:
Pergunta 4:
Pergunta 5:
Pergunta 6:
Pergunta 7:
Item 5
Pergunta 1:
Pergunta 2:

Pergunta 3:
Pergunta 4:
Pergunta 5:
Pergunta 6:
Pergunta 7:
Item 6
Pergunta 1:
Pergunta 2:
Pergunta 3:
Pergunta 4:
Pergunta 5:
Pergunta 6:
Pergunta 7:
Item 7
Pergunta 1:

Pergunta 2:
Pergunta 3:
Pergunta 4:
Pergunta 5:
Pergunta 6:
Pergunta 7:
Item 8
Pergunta 1:
Pergunta 2:
Pergunta 3:
Pergunta 4:
Pergunta 5:
Pergunta 6:
Pergunta 7:

Observações quanto ao contexto da tarefa: